



SENADO FEDERAL

OFÍCIO “S”

Nº 1, DE 2016

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 5º, Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo FNO, referente ao 1º semestre de 2015.

Ofício nº 3 de 2016, na origem

DOCUMENTOS:

- OFÍCIO Nº 23 DE 2016
- ATO Nº 31 DE 2016
- RELATÓRIO
- OFÍCIO DA CMO (Nº 4 DE 2016)



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM
SECRETARIA EXECUTIVA DO CONDEL/SUDAM
Trav. Antonio Baena, 1.113 – Bairro Marco.
66093-082 – Belém – Pará
Fones: 4008-5421/5679/5673

Ofício nº 003/2016/GAB-SUDAM

Belém, 08 de janeiro de 2015

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Rose de Freitas
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização-CMO.
Câmara dos Deputados - Praça dos 3 Poderes, Ala “C”, sala 12, Térreo - Anexo II
70.160-900 - Brasília-DF

Assunto: Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO - 1º semestre de 2015.

Senhora Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, nos reportamos ao contido no art. 20, § 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e, encaminhamos em anexo Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO - 1º semestre de 2015, elaborado com base no Parecer Conjunto CGEAP/DIPLAN e CGAV/DGFAI nº03/2015-SUDAM, de 29/09/2015.

Na oportunidade, informamos que referido Relatório foi aprovado “*Ad referendum*” pelo Presidente do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- CONDEL/SUDAM, por meio do Ato nº 31, de 29/12/2015, publicado no Diário Oficial da União nº 249, de 30 de dezembro de 2015, (documentos anexos).

Nos colocamos à disposição para os esclarecimentos julgados necessários, ressaltando que os demais documentos, relativos ao tema, encontram-se disponibilizados na site da Sudam, no endereço eletrônico: www.sudam.gov, link condel.

Atenciosamente,


Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendente



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM
CONSELHO DELIBERATIVO-CONDEL**

ATO N° 31, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS E DOS RESULTADOS
OBTIDOS PELO FNO**

1º Semestre de 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (CONDEL/SUDAM) considerando o disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007, e no uso da atribuição conferida por meio do art. 8º, § 4º do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM, e considerando o art. 4º, XII, alínea “g” do Anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014 e art. 8º, XII, alínea “g” do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolve comunicar:

Art. 1º- A aprovação em ato *“ad referendum”* do Conselho, do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO no Primeiro Semestre de 2015, com fundamento no Parecer Conjunto CGEAP/DIPLAN e CGAV/DGFAI nº 03/2015-SUDAM, de 29/09/2015.

Art. 2º- Autorizar a SUDAM a encaminhar o referido relatório, acompanhado da decisão do CONDEL e do Parecer Conjunto CGEAP/DIPLAN e CGAV/DGFAI nº 03/2015-SUDAM, favorável a aprovação às Comissões que tratam das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em cumprimento ao disposto no § 4º, art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e, a Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal, cumprindo assim, o determinado pelo § 5º, art. 20 da mesma lei.

Art. 3º- A documentação técnica que dá suporte, de que trata o artigo primeiro, passa a integrar o presente ato.

Art. 4º- Este ato entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no sítio da SUDAM e no Diário Oficial da União.

Brasília (DF), 29 de dezembro de 2015.

GILBERTO MAGALHÃES OCCHI
Presidente do Conselho Deliberativo da SUDAM

§ 3º Enquanto a programação a que se refere o caput não for discutida com os Secretários de Ciência e Tecnologia das Unidades Federativas da Região Centro-Oeste, no âmbito do Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da SUDECO e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste - CONDEL/SUDECO, os recursos serão aplicados segundo os eixos estratégicos definidos pela Política de Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I, devidamente compatibilizados às peculiaridades regionais.

RESOLUÇÃO N° 42, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Calendário de Reuniões do CONDEL/SUDECO em 2016. Reuniões Ordinárias.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9º, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido no art. 18 do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, ad referendum do Conselho, o calendário para a realização das reuniões ordinárias do Conselho no exercício de 2016:

Reunião	Data	Dia	Local/UF ¹
5ª Reunião Ordinária	10.03.2016	Quinta-feira	Distrito Federal
6ª Reunião Ordinária	16.06.2016	Quinta-feira	Mato Grosso
7ª Reunião Ordinária	15.09.2016	Quinta-feira	Mato Grosso do Sul
8ª Reunião Ordinária	08.12.2016	Quinta-feira	Goiás

2. Ocorrendo problemas de natureza operacional ou legal, impeditivos do cumprimento do calendário fixado, ficará a Secretaria-Executiva autorizada a suspender, antecipar ou adiar as reuniões programadas, cientificando os Conselheiros, conforme o § 4º do art. 18 do Regimento Interno.

¹Sequência da Resolução n.º 035/2014, de 26 de novembro de 2014/Ordem do art. 2º da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009: Art. 2º A área de atuação da Sudeco abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal

GILBERTO MAGALHÃES OCCHI

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTEIRA N° 286, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Estado da Bahia.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Estado da Bahia, no valor de R\$ 53.887.588,04 (cinquenta e três milhões e oitocentos e oitenta e sete mil e quinhentos e oitenta e oito reais e quatro centavos), para a execução de obras de reconstrução de danos causados por fortes chuvas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo nº 59050.000555/2015-01.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.30.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em três parcelas.

Art. 4º A liberação do recurso fica condicionada ao atendimento do Art. 6º, 7º, se for o caso e 9º da Portaria N° 384, de 23 de outubro de 2014.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA CONSELHO DELIBERATIVO

ATO N° 31, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (CONDEL/SUDAM) considerando o disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007, e no uso da atribuição conferida por meio do art. 8º, § 4º do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM, e considerando o art. 4º, XII, alínea "g" do Anexo I,

Art. 4º A seleção das propostas será devidamente oficializada às Unidades Federativas e deliberada pela Diretoria Colegiada da SUDECO, que definirá a forma de transferência dos recursos de acordo com as características próprias de cada projeto, observada a legislação em vigor.

Art. 5º Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir da data de sua publicação no DOU e deverá ser disponibilizada na página da SUDECO na Internet.

GILBERTO MAGALHÃES OCCHI

RESOLUÇÃO N° 68, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria Colegiada da SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 6º, II e XVII do Anexo I do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º - Aprovar o projeto de Reinvestimento do IRPJ, referente à Modernização e Complementação de equipamentos, apresentado pela empresa SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ nº 00.280.273/0001-37, localizada em Manaus/Amazonas, com base no Parecer Técnico nº 094/2015, reconhecendo-lhe o direito ao incentivo do Reinvestimento, referente ao ano-calendário 2014, no valor de R\$ 21.826.047,03 (vinte e um milhões, oitocentos e vinte e seis mil, quarenta e sete reais e três centavos); em observância à legislação em vigor, especialmente, ao artigo 19 da Lei 8.167/1991, artigo 3º da Medida Provisória 2.199-14/2001 e o Capítulo VI da Portaria 283/2013 do Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

FÁTIMA LÚCIA PELAES
Diretora de Administração

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RESOLUÇÃO N° 75, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria Colegiada da SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 6º, incisos II e XVII do Anexo I do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º - Aprovar o projeto de Reinvestimento do IRPJ, referente à Complementação de equipamentos, apresentado pela empresa VALE S/A. - Minério de Ferro Complexo Carajás, CNPJ nº 33.592.510/0370-74, localizado na Serra dos Carajás, município de Parauapebas/Pará, com base no Parecer Técnico nº 105/2015, reconhecendo-lhe o direito ao incentivo do Reinvestimento, referente ao ano-calendário 2012, no valor de R\$ 108.348.290,38 (cento e oito milhões, trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa reais e trinta e oito centavos); em observância à legislação em vigor, especialmente, ao Artigo 19 da Lei nº 8.167/91, Artigo 3º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001 e o Capítulo VI da Portaria nº 283/2013 do Ministério da Integração Nacional.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

FÁTIMA LÚCIA PELAES
Diretora de Administração

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTEIRA N° 2.176, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Estabelece os procedimentos específicos para o desenvolvimento na carreira de Policial Rodoviário Federal de que trata a Lei nº 9.654, de 02 de julho de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 8.282, de 03 de julho de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Capítulo II, da Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008, no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, no artigo 10 da Lei nº 9.654, de 02 de junho de 1998 e no art. 3º do Decreto nº 8.282, de 03 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos específicos para o desenvolvimento na carreira de Policial Rodoviário Federal de que trata a Lei nº 9.654, de 02 de julho de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 8.282, de 03 de julho de 2014.

Art. 2º Considera-se:

I - progressão - a passagem do servidor de um padrão para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro da mesma classe;

II - promoção - a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior;



Governo da República Federativa do Brasil



Ministério da
Integração Nacional

Ministério da
Fazenda



FNO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE
(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS E DOS
RESULTADOS OBTIDOS NO
1º SEMESTRE DE 2015**

**Belém-PA
2015**

Diretoria Executiva

VALMIR PEDRO ROSSI
Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES
Diretor de Infraestrutura do Negócio

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor de Controle e Risco

LUIZ OTÁVIO MONTEIRO MACIEL JÚNIOR
Diretor de Gestão de Recursos

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
Diretor de Análise e Reestruturação

WILSON EVARISTO
Diretor Comercial e de Distribuição

Sumário

Apresentação	5
1 Sumário Executivo	6
2. Oportunidades e Necessidades da Região Norte	7
2.1 Oportunidades para a Realização de Investimentos na Região Norte	7
2.2 Necessidades para o Desenvolvimento da Região Norte	8
3 O Banco da Amazônia no Contexto do Desenvolvimento Regional Sustentável	9
3.1 Breve Histórico do Banco da Amazônia	9
3.2 Missão, Visão e Valores do Banco da Amazônia	10
3.3 Iniciativas do Banco da Amazônia como Agente das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Amazônica	10
4 Natureza, Beneficiários e Programas do FNO	12
4.1 Natureza do FNO	12
4.2 Beneficiários do FNO	12
4.3 Programas do FNO	13
5 Diretrizes, Prioridades e Restrições do FNO	14
5.1 Diretrizes do FNO	14
5.2 Prioridades do FNO	15
5.3 Restrições do FNO	16
6 Ingressos, Contratações e Resultados do FNO	20
6.1 Ingressos do FNO	20
6.2 Contratações do FNO	21
6.2.1 Contratações por Setor Produtivo	21
6.2.2 Contratações por Porte do Beneficiário	21
6.2.3 Contratações por Estado	22
6.2.4 Contratações por Programa de Financiamento	23
6.2.5 Contratações por Atividade Econômica	24
6.2.6 Contratações por Área Prioritária da PNDR	24
6.2.7 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR	24
6.2.8 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar	26
6.2.9 Contratações em Apoio à Micro e Pequena Empresa	27
6.2.10 Contratações em Apoio ao Microcrédito Produtivo Orientado	27
6.2.11 Contratações em Apoio ao Comércio e Serviço	28
6.2.12 Contratações em Apoio ao Agronegócio Regional	28
6.2.13 Contratações em Apoio ao Turismo Regional Sustentável	29
6.2.14 Contratações em Apoio à Cultura Amazônica	29
6.2.15 Contratações em Apoio à Biodiversidade Amazônica	29
6.2.16 Contratações em Apoio ao Programa ABC	30
6.2.17 Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	30

6.2.18 Contratações por Finalidade do Crédito	30
6.2.19 Contratações por Faixa de Valores	31
6.2.20 Contratações pela Primeira Vez	31
6.2.21 Contratações com a Participação de Recursos Próprios	31
6.2.22 Contratações Liquidadas	32
6.2.23 Saldo das Contratações	32
6.2.24 Situação da Demanda pelas Contratações	33
6.3 Resultados do FNO	33
6.3.1 Expansão do Crédito	33
6.3.2 Consecução de Metas	33
6.3.3 Execução do Orçamento	35
6.3.4 Controle da Inadimplência	36
7 Gestão do FNO pelo Banco da Amazônia	37
7.1 Formação de Alianças Institucionais	37
7.2 Atuação com Foco no Desenvolvimento Sustentável	37
7.3 Alinhamento com as Prioridades do Governo Federal para a Amazônia	38
7.4 Ação Integrada com os Governos Estaduais e Municipais	40
7.5 Apoio à Implantação de Projetos Estruturantes	41
7.6 Incentivo à Expansão do Agronegócio Regional	41
7.7 Estímulo ao Desenvolvimento das Áreas Prioritárias da PNDR	41
7.8 Atendimento aos Municípios mais Carentes	41
7.9 Priorização dos Empreendimentos de Menor Porte	42
7.10 Presença do Crédito em toda Região Norte	42
7.11 Extensão do Crédito para Novos Clientes	42
7.12 Intensificação da Fiscalização dos Financiamentos	43
7.13 Esforço para a Renegociação e Recuperação do Crédito	43
7.14 Minimização do Risco de Crédito	44
7.15 Repasse de Recursos para Outras Instituições Financeiras	44
7.16 Otimização do Resultado Financeiro	45
7.17 Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO	45
7.18 Cumprimento das Recomendações do Parecer Conjunto N° 95/2015/SFRI/ SUDAM/MI	49
8 Impactos do FNO	50
8.1 Distribuição Espacial do FNO	50
8.2 Estimativa dos Benefícios Macroeconômicos do FNO	52
8.3 Avaliação da Evolução do Emprego Através do Método <i>Propensity Socore Matching</i>	56
8.4 Avaliação com Base no Modelo de Equilíbrio Geral	60
8.5 Análise Conclusiva dos Impactos do FNO	63
9 Avaliação do FNO	64
9.1 Avaliação do Desempenho Acumulado	64
9.2 Avaliação Através dos Indicadores de Eficácia, Efetividade e Eficiência	65
Anexo A – Tabelas	69
Anexo B – Plano de Providências	89
Anexo C – Demonstrações Contábeis	110

Apresentação

Em observância à legislação vigente e às orientações e recomendações do Ministério da Integração Nacional, o Banco da Amazônia apresenta o **Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao 1º semestre de 2015**.

Os financiamentos concedidos pelo FNO, no período, totalizaram R\$ 1.986,2 milhões, representando um crescimento de 10,4% em comparação ao 1º semestre de 2014, quando foi financiado o valor de R\$ 1.799,1 milhões. Foram contratadas 15.789 operações de crédito, beneficiando, sobretudo, empreendedores de menor porte (agricultores familiares, mini, pequenos e pequenos-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte).

O desempenho dos financiamentos do FNO ratifica a importância dessa fonte de recursos como principal instrumento econômico-financeiro indutor do desenvolvimento sustentável da Região Norte, contribuindo significativamente para a redução das desigualdades intra e interregionais, a melhoria da qualidade de vida da população regional, a criação de novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, a mitigação da pobreza, a inclusão social, a diminuição do êxodo rural, o fortalecimento da agricultura familiar, o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, a expansão do turismo, o crescimento do agronegócio, o incremento do valor bruto da produção e do PIB regionais, a elevação da arrecadação tributária dos estados, entre outros benefícios de natureza socioeconômica.

Importante destacar que os financiamentos do Fundo priorizaram os municípios comprovadamente mais carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social, os quais são tipificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda. Essas localidades absorveram 75,0% dos financiamentos concedidos no 1º semestre de 2015, no valor de R\$ 1.488,9 milhões, e 88,5% das operações de crédito contratadas, correspondentes a 13.969 operações.

Registra-se, ainda, que os resultados obtidos nos financiamentos concedidos com os recursos do FNO representam, em grande parte, o trabalho desenvolvido com comprometimento pelo Banco da Amazônia e de forma compartilhada com os seus parceiros institucionais, a quem expressamos o nosso agradecimento e, ao mesmo tempo, conclamamos para que juntos possamos continuar realizando o melhor possível visando o desenvolvimento da Amazônia em bases mais sustentáveis.

Valmir Pedro Rossi
Presidente do Banco da Amazônia

1 Sumário Executivo

Apresentamos alguns dos resultados mais expressivos alcançados pela ação creditícia do FNO no 1º semestre de 2015:

- a) Foi financiado o valor total de R\$ 1.986,2 milhões e contratadas 15.789 operações de crédito. O setor rural contratou R\$ 1.328,3 milhões (66,9% do total financiado) e os demais setores contrataram R\$ 657,9 milhões (33,1% dos financiamentos concedidos). Em termos de operações contratadas, o setor rural realizou a contratação de 12.930 operações de crédito (81,9% das operações financiadas) e os demais setores contrataram 2.859 operações (18,1% do total de operações contratadas).
- b) A agricultura de base familiar foi o segmento econômico, que mais contratou operações de crédito, correspondendo a 11.669 contratações (73,9% do total contratado), enquanto que a agropecuária foi a que mais demandou recursos financeiros, no valor de R\$ 777,0 milhões (39,1% do total financiado).
- c) Os segmentos produtivos de menor porte (agricultores familiares, mini, pequenos e pequenos-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte) contrataram 15.645 operações de crédito, representando 99,1% do total das operações contratadas, sendo financiado para esses segmentos o valor de R\$ 1.524,6 milhões, correspondente a 76,8% dos financiamentos realizados.
- d) O apoio financeiro do Banco da Amazônia na realização do Plano Safra 2014/2015 totalizou R\$ 736,2 milhões, ultrapassando em 5,2% a meta estabelecida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), no valor de R\$ 700,0 milhões. Este resultado confirma o compromisso do Banco da Amazônia em continuar dispensando tratamento preferencial às atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares da Região Norte.
- e) As áreas prioritárias da Região Norte pela PNDR (mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingu e municípios da Faixa de Fronteira) contrataram 6.687 operações de crédito (42,4% do total das contratações) e demandaram recursos no valor de R\$ 818,2 milhões (41,2% dos financiamentos concedidos), contemplando diversas atividades econômicas importantes para o desenvolvimento local.
- f) Os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda, que são prioritários nos financiamentos do FNO, contrataram o valor de R\$ 1.488,9 milhões (75,0% do total financiado), fato que demonstra a preocupação da política de crédito do Banco da Amazônia com o desenvolvimento das localidades mais carentes de uma melhor infraestrutura socioeconômica.

- g) A ação creditícia do FNO alcança 100% das localidades da Região Norte, sendo fundamental na cobertura espacial integral dos financiamentos do Fundo a realização dos seminários do FNO-Itinerante, os quais são organizados pelo Banco da Amazônia e contam com a parceria do Ministério da Integração Nacional e participação do SEBRAE e dos governos estaduais e municipais. No período de 2010 a junho de 2015, foram realizados 82 seminários do FNO-Itinerante, contemplando municípios de todos os estados da Região Norte, em especial os de baixa renda com histórico de pouca ou nenhuma operação de crédito contratada. Somente no 1º semestre de 2015, foram realizados 10 seminários resultando na contratação/prospecção de 57 operações de crédito, no valor de R\$ 5,5 milhões.
- h) Os segmentos econômicos considerados prioritários no âmbito das ações estratégicas do Governo Federal para a Região Amazônica vêm recebendo apoio do Banco da Amazônia através do FNO. No 1º semestre de 2015 os segmentos da agricultura familiar, das micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais, do turismo e da cultura demandaram R\$ 567,3 milhões, representando 28,6% dos financiamentos realizados.
- i) Ao final do 1º semestre de 2015, o índice de inadimplência do FNO atingiu 3,1%, representando uma redução de 24,4% em relação ao 1º semestre de 2014, quando a inadimplência alcançou 4,1%.
- j) Estima-se que os financiamentos concedidos através do FNO no período, contribuirão para gerar importantes resultados socioeconômicos em benefício da população amazônica, como o incremento de R\$ 17.504 milhões no Valor Bruto da Produção (VBP) regional, o aumento de R\$ 8.948 milhões no PIB da Região Norte, a geração/manutenção de 310.757 novas oportunidades de trabalho, o pagamento de salários no total de R\$ 1.699 milhões e a geração de R\$ 2.541 milhões em tributos.

2. Oportunidades e Necessidades da Região Norte

2.1 Oportunidades para a Realização de Investimentos na Região Norte

A Região Norte é formada por sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e abrange uma área de 3.853.327,3 km², fazendo fronteiras com os seguintes países da América do Sul: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A Região possui 450 municípios, população superior a 17 milhões de habitantes, densidade demográfica de 4,47 habitantes por km², PIB de aproximadamente R\$ 231,4 bilhões e renda per capita de R\$ 13,43 mil (ver Quadro 1).

Quadro 1 Área, Número de Municípios, População, Densidade Demográfica, PIB e Renda Per Capita dos Estados da Região Norte

Estado	Área (km ²)	Nº de Municípios	População	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Milhões)	Renda Per Capita (R\$ Mil)
Acre	152.581,4	22	790.101	5,18	9.629	12,19
Amapá	142.814,6	16	750.912	5,26	10.420	13,88
Amazonas	1.570.745,7	62	3.873.743	2,47	64.120	16,55
Pará	1.247.689,5	144	8.073.924	6,47	91.009	11,27
Rondônia	237.576,2	52	1.748.531	7,36	29.362	16,79
Roraima	224.299,0	15	496.936	2,22	7.314	14,72
Tocantins	277.620,9	139	1.496.880	5,39	19.530	13,05
Região Norte	3.853.327,3	450	17.231.027	4,47	231.384	13,43

Fonte: IBGE - Estimativa População 2014 / PIB - Base 2012

As oportunidades para a realização de investimentos na Região Norte apontam, entre outros fatores, para o seu imenso patrimônio natural constituído de uma extraordinária biodiversidade, da mais vasta e variada floresta do planeta, da maior bacia hidrográfica do mundo e de grandes reservas de recursos minerais. Além disso, dispõe de elevado potencial hidrelétrico que possibilita o abastecimento interno de energia e a exportação energética para outras regiões do país, de importantes reservas minerárias, petrolíferas e de gás natural, bem como de imensa potencialidade pesqueira, existindo em suas águas mais de 1.500 espécies diferentes de peixes, além de crustáceos como o camarão e o caranguejo, este encontrado nos manguezais.

No campo econômico, as oportunidades de investimentos na Região se concentram no conjunto de atividades desenvolvidas dentro de um complexo sistema produtivo, com destaque para a pecuária de corte, a produção de grãos, a pesca, a fruticultura, o manejo e a extração dos recursos advindos da floresta, a produção industrial (especialmente de eletroeletrônicos no Polo Industrial de Manaus), a produção mineral, o comércio e a prestação de serviços.

2.2 Necessidades para o Desenvolvimento da Região Norte

A Região Norte possui necessidades específicas que representam verdadeiros desafios para que venha alcançar patamares mais elevados de sustentabilidade. Entre as necessidades da Região destacam-se:

- a) a implantação de uma infraestrutura econômica capaz de facilitar o armazenamento, o escoamento e a comercialização da produção;
- b) a regularização fundiária e o ordenamento territorial;
- c) a proteção dos ecossistemas, os direitos das populações tradicionais e a melhor destinação das terras para a exploração produtiva;
- d) a melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados aos produtores locais; e
- e) a capacitação tecnológica dos setores produtivos tradicionais da Região.

3. O Banco da Amazônia no Contexto do Desenvolvimento Regional Sustentável

3.1 Breve Histórico do Banco da Amazônia

O Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, foi fundado em 9 de julho de 1942 com o nome de Banco de Crédito da Borracha (BCB), cuja atuação tinha por objetivo promover o desenvolvimento a partir de incentivos à exploração da borracha natural, em apoio às Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1950, foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e passou a participar de forma mais abrangente do processo de desenvolvimento regional, financiando todos os segmentos econômicos da Região, sendo que, a partir de 1966, assumiu a denominação de Banco da Amazônia.

Com 73 anos de história, o Banco da Amazônia se destaca como o principal agente do Governo Federal na execução das ações governamentais voltadas para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, além de realizar todas as atividades bancárias tradicionais. Sua atuação ocorre de forma alinhada às orientações estratégicas do Governo Federal contidas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no Plano Amazônia Sustentável (PAS), no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Política Nacional de Agricultura Familiar, na Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, na Política Nacional de Turismo (PNT), no Plano Brasil Maior, no Plano Brasil Sem Miséria, no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), no Programa Mais Cultura, na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e nas políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura.

O Banco da Amazônia apoia, prioritariamente, os segmentos produtivos de menor porte, sobretudo, a agricultura de base familiar, além de valorizar o associativismo e cooperativismo de produção, as populações tradicionais da Região (ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, entre outros povos) e os agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária. Prioriza, também, iniciativas empreendedoras que visem à utilização racional das matérias-primas locais, que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Além disso, busca a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente, incentiva atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais, disponibiliza recursos financeiros para a modernização e competitividade dos empreendimentos, apoia o desenvolvimento científico regional através de projetos de pesquisa de diversas instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na Região e desenvolve ações de fomento balizadas em políticas integradas com os governos federal e estaduais e outras Instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

Como um dos signatários do Protocolo Verde e do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, o Banco da Amazônia vem aperfeiçoando, de forma contínua, seus produtos e serviços bancários, revestindo-os de elementos que fomentam a sustentabilidade, além de realizar outras ações que, embora não relacionadas ao negócio bancário, contribuem para o desenvolvimento da Amazônia, a exemplo do apoio à ciência e tecnologia e do patrocínio de projetos culturais, esportivos, sociais, entre outros.

O Banco da Amazônia está presente através do crédito de fomento em 100% das localidades da Região Norte, sendo fundamental no atendimento integral dos municípios com o apoio creditício a realização dos seminários do FNO-Itinerante, os quais são organizados pela Instituição e contam com a parceria do Ministério da Integração Nacional e participação do SEBRAE e dos governos estaduais e municipais, que possibilitaram às localidades de difícil acesso e carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social serem também contempladas com a presença creditícia do Banco da Amazônia.

3.2 Missão, Visão e Valores do Banco da Amazônia

A missão institucional do Banco da Amazônia é “*promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da execução de políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros*”. Sua visão estratégica para os próximos anos consiste em “*ser reconhecido como Banco de resultados sólidos, parceiro no desenvolvimento sustentável da Amazônia, que oferece produtos e serviços de qualidade, com processos eficientes e colaboradores capacitados e motivados*”.

A atuação do Banco da Amazônia é pautada nos seguintes valores:

- a) Ética e transparência;
- b) Compromisso com o desenvolvimento sustentável;
- c) Proatividade;
- d) Respeito à diversidade;
- e) Agente de mudança;
- f) Gestão compartilhada;
- g) Desenvolvimento de competências e meritocracia;
- h) Relacionamento e comunicação; e
- i) Decisões colegiadas.

3.3 Iniciativas do Banco da Amazônia como Agente das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Amazônica

Na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, o Banco da Amazônia atua em consonância com as políticas, planos e programas governamentais voltados ao desenvolvimento regional sustentável. Entre as ações desenvolvidas pela Instituição em apoio às iniciativas do Governo Federal para a Amazônia destacam-se:

- a) apoio à Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) financiando atividades produtivas desenvolvidas em áreas de colonização;
- b) participação no Plano Safra do Governo Federal financiando a produção dos agricultores familiares da Região;
- c) incentivo às micro e pequenas empresas desenvolvendo ações voltadas à ampliação do atendimento aos empreendedores do segmento e à melhoria do acesso ao crédito;
- d) apoio aos empreendedores individuais através da concessão de financiamentos para potencializar suas atividades econômicas desenvolvidas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados;
- e) adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, através da operacionalização do Programa “Amazônia Florescer”, possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica;
- f) estímulo ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis mediante a criação do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, em consonância com a Política Nacional de Turismo;
- g) incentivo à cultura amazônica por meio do Programa “Amazônia Mais Cultura”;
- h) contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais participando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL) e apoiando a formação e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em todos os estados da Amazônia Legal;
- i) apoio ao Programa de Aceleração do crescimento (PAC) do Governo Federal mediante o financiamento de projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia;
- j) contribuição com o Plano “Brasil Maior” do Governo Federal apoiando a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior voltada para a Amazônia visando à alavancagem da competitividade da indústria nos mercados interno e externo;
- k) contribuição com o Plano “Brasil Sem Miséria” do Governo Federal por meio do apoio financeiro aos setores produtivos, suporte à produção e concessão de patrocínio;
- l) estímulo ao desenvolvimento de atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio regional, da produção de biodiesel e da pesca e aquicultura;
- m) incentivo ao incremento da produção pesqueira regional financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura;
- n) apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas na Amazônia destinando recursos para instituições regionais de ensino e pesquisa, com o objetivo de convergir conhecimento científico e/ou buscar alternativas e avanços tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável; e
- o) apoio às populações tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, que historicamente sempre foram excluídas das políticas governamentais.

4. Natureza, Beneficiários e Programas do FNO

4.1 Natureza do FNO

O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 159, inciso I, alínea “c”, que prevê a obrigação de a União destinar 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O FNO foi regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, posteriormente alterada pelas Leis nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001, cabendo-lhe a parcela correspondente a 20% do valor destinado para aplicação pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, sendo administrado pelo Banco da Amazônia.

4.2 Beneficiários do FNO

São beneficiários dos recursos do FNO:

- a) agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive, remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR-10) mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão de obra utilizada, pescadores artesanais, extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável, silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes e aquicultores;
- b) populações tradicionais da Amazônia (povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, entre outros povos da floresta) não contempladas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- c) pessoas físicas e jurídicas, inclusive Sociedades de Propósito Específico (SPE), que se caracterizem como produtores rurais;
- d) pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas individuais, associações e cooperativas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no país a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas residentes e domiciliadas no país;
- e) pessoas jurídicas de direito privado, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no país a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, seja de pessoas não residentes no país, somente quando pertencerem aos setores de atividades e regiões econômicas de alto interesse nacional;

- f) pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas incubadas, empresários individuais, associações e cooperativas, classificadas como micro ou pequenas empresas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no país a sede de sua administração e cuja maioria de capital pertença a pessoas residentes e domiciliadas no país;
- g) empreendedores individuais, classificados conforme a Lei Complementar nº 128, de 19.12.2008, modificada pela Lei Complementar nº 139, de 10.11.2011; e
- h) empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, nos empreendimentos de infraestrutura econômica considerados prioritários para a economia pelo CONDEL/SUDAM.

4.3 Programas do FNO

Atualmente o FNO é operacionalizado através de cinco programas de financiamento:

- a) *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF)*: apóia atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas no MCR-10;
- b) *Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável)*: incentiva atividades desenvolvidas em bases sustentáveis, compreendendo os empreendimentos rurais e não rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos;
- c) *Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade)*: financia empreendimentos que privilegiam o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo, bem como empreendimentos voltados para a regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- d) *Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC)*: incentiva o uso de técnicas sustentáveis mediante o financiamento de projetos agropecuários e florestais que contribuam para a redução da emissão de gases de efeito estufa na Região Norte, visando a consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono; e
- e) *Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI)*: estimula o desenvolvimento econômico e social da Região Norte em bases sustentáveis, proporcionando financiamentos às micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais para implantação, ampliação, diversificação, modernização, reforma e relocalização de empreendimentos, induzindo e apoiando a inovação, o aumento da competitividade e as melhores práticas produtivas, visando o fortalecimento e a expansão do segmento, como também, a potencialização de suas atividades econômicas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados.

5. Diretrizes, Prioridades e Restrições do FNO

5.1 Diretrizes do FNO

O FNO atua alinhado às diretrizes definidas no artigo 3º da Lei nº 7.827/1989, aos objetivos da PNDR, às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e às prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM. Nos financiamentos concedidos com recursos do Fundo no 1º semestre de 2015 foram observadas as seguintes diretrizes:

- a) concessão de financiamentos aos setores produtivos da Região Norte, inclusive comércio e prestação de serviços;
- b) ação integrada com instituições federais sediadas na Região Norte;
- c) tratamento preferencial às atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas; as de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra locais; e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- d) preservação do meio ambiente;
- e) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- f) conjugação do crédito com assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- g) orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- h) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- i) apoio à criação de centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
- j) proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- k) programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão do Fundo e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no CONDEL/SUDAM;
- l) divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento;
- m) promoção do desenvolvimento sustentável e incluente, na área de abrangência do FNO, integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;
- n) geração de emprego e renda com observância dos potenciais e vocações locais;

- o) utilização dos recursos em sintonia com as políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safra, Brasil Maior e Brasil sem Miséria;
- p) elevação da qualificação da mão de obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local;
- q) disseminação da lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da Federação, com destaque para os recursos do FNO;
- r) promoção e difusão da inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade;
- s) apoio às estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE);
- t) Estímulo à competitividade regional em setores e atividades prioritárias;
- u) apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;
- v) estímulo à agregação de valor às cadeias produtivas regionais;
- w) apoio à nacionalização da produção de bens;
- x) apoio a empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais; e
- y) apoio a projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como empreendedores individuais.

5.2 Prioridades do FNO

No 1º semestre de 2015, os financiamentos do FNO priorizaram projetos setoriais e espaciais considerados de relevante interesse para o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte, a saber:

- a) projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica;
- b) projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter intra-regional;
- c) projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização;

- d) projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares;
- e) projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional;
- f) projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia, principalmente renovável; transporte, em especial ao hidroviário e ligado ao turismo; armazenagem; comunicação; abastecimento e tratamento de água; esgotamento sanitário e obras em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs);
- g) projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- h) projetos de apoio à cadeia do turismo regional em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização;
- i) projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos;
- j) projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- k) projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação;
- l) projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional;
- m) projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos;
- n) projetos de reciclagens e resíduos;
- o) projetos de fomento à atividade de comércio e serviço;
- p) projetos de desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira;
- q) projetos nos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte;
- r) projetos nos municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE), Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado do Tocantins) e Xingu; e
- s) projetos nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

5.3 Restrições do FNO

Na concessão de créditos através dos recursos do FNO serão rigorosamente observados os procedimentos restritivos decorrentes de imposição legal ou por não manterem compatibilidade com os princípios do desenvolvimento sustentável da Região, incorporados na política de financiamento do Banco da Amazônia. Assim, não poderão ser financiados pelo Fundo:

- a) empreendimentos onde tenha sido comprovada a utilização de mão de obra infantil, escrava ou análoga à escrava;
- b) proponentes que não estejam em dia com as obrigações trabalhistas;
- c) empreendimentos do setor público, exceto aqueles de infraestrutura econômica, inclusive os de iniciativa de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia pelo CONDEL/SUDAM;
- d) produtores e empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais, que não se encontrem em situação regular para com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os citados fundos de incentivos (conforme artigo 4º da Lei nº 7.827/1989, alterado pela Lei nº 11.775/2008);
- e) atividades, empreendimentos, planos ou projetos envolvidos de alguma forma em prática ilegal e/ou que utilize matéria-prima, insumos e/ou produtos em seu processo produtivo de origem ilegal;
- f) atividades, empreendimentos, planos ou projetos e/ou bem a financiar que não se encontrem em consonância com a preservação do meio ambiente, observados a legislação vigente, o disposto no Plano Amazônia Sustentável e na PNDR, os princípios do Fundo e as políticas ambientais do Banco da Amazônia;
- g) atividades, empreendimentos, planos ou projetos e/ou bem a financiar que se incompatibilizem com a inclusão social, observados a legislação vigente, o disposto no Plano Amazônia Sustentável e na PNDR, os princípios do Fundo e as políticas sociais do Banco da Amazônia;
- h) cultivo de fumo, fabricação de máquinas e aparelhos para a indústria do fumo e fabricação e/ou comercialização do fumo e produtos do fumo, de armas, de munições, de equipamentos militares, de explosivos, de pólvoras e de artigos pirotécnicos, exceto empreendimentos comerciais, cujos itens não se constituam a principal fonte de receita do beneficiário;
- i) saunas e termas, exceto quando integradas a empreendimentos de meios de hospedagem, de recreação, de lazer ou à atividades esportivas;
- j) Atividades de serviços financeiros, seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde, atividades auxiliares dos serviços financeiros, de seguros, de previdência complementar e de planos de saúde, exceto plano ou projeto que contemple apenas itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como construção civil e instalações da sede própria e máquinas e equipamentos para o desempenho de sua atividade;
- k) atividades imobiliárias, exceto:
 - imóveis destinados à locação em centros de logística, compreendendo a construção ou reforma de condomínios de galpões modulares ou outras edificações que sejam voltadas a oferecer estruturas e serviços relacionados ao fluxo e armazenamento de matérias-primas, materiais semi-acabados e produtos acabados, bem como de informações a eles relativas; e
 - quando se tratar de plano ou projeto que contemple apenas itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como construção civil e instalações da sede própria e máquinas e equipamentos para o desempenho de sua atividade.

- l) aluguéis de veículos, embarcações e aeronaves, exceto quando se tratar de:
 - empreendimentos turísticos, de recreação e de lazer ou a eles integrados; e
 - plano ou projeto que contemple apenas itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como construção civil e instalações da sede própria e máquinas e equipamentos para o desempenho de sua atividade.
 - m) atividades de jogos de azar e motéis;
 - n) aquisição de imóveis (terrenos e/ou edificações), exceto para as microempresas e empresas de pequeno porte quando for financiamento para localização ou relocalização do empreendimento;
 - o) unidades em construção, exceto itens que tenham se iniciado, comprovadamente, após a data de entrada do pedido de financiamento no Banco da Amazônia;
 - p) projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:
 - nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% da capacidade de geração prevista no projeto;
 - nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767/2012; e
 - nos casos de empreendimentos, caracterizados como prioritários mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do Fundo.
 - q) item de plano ou projeto relativo à construção e/ou reforma de casa-sede, de casa do administrador ou de outro tipo de moradia, com área superior a 60 m²;
 - r) aquisição de plantas ornamentais, para fins decorativos de ambiente;
 - s) máquinas, equipamentos, veículos, embarcações e aeronaves não relacionados diretamente com o desempenho da atividade ou do plano ou projeto do beneficiário e máquinas, equipamentos, veículos, embarcações e aeronaves usados, com percentual de vida útil inferior a 60%;
 - t) aplicação de recursos a fundo perdido;
 - u) encargos financeiros e refinanciamento de dívidas;
 - v) tributos federais, estaduais e municipais como item específico de orçamento para financiamento;
- Nota: não estão incluídos nesta restrição os tributos que compõem o preço dos produtos, bens e serviços financiados.
- w) recuperação de capitais já investidos ou pagamento de dívidas (saneamento de passivo), exceto quando se referirem a itens financiáveis integrantes do plano ou projeto e tiverem sido efetuados, comprovadamente, após o ingresso do pedido de financiamento no Banco da Amazônia;
 - x) helicópteros e aviões, exceto aviões para pulverização agrícola, aviões para empresa aérea regional de transporte de passageiros e de cargas e aviões e helicópteros para empresa de táxi aéreo homologado pela ANAC para transporte de passageiros enfermos, limitado a uma operação por beneficiário; e

y) aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos importados ou que apresentem índices de nacionalização em valor inferior a 60%, para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente:

- Não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;
- A máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou
- A Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Nota 1: *as máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos passíveis de financiamento deverão constar, com índice de nacionalização, em valor, igual ou superior a 60% do Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) ou do Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES, criados e mantidos pelo BNDES, resguardadas as exceções do item "y".*

Nota 2: *a comprovação de que não há produção nacional será feita por consulta à lista dos bens contemplados pelo regime de Ex-tarifário, divulgada por Resolução da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX, ou por anotação nas respectivas licenças de importação, realizada pelo Departamento de Comércio Exterior (DECEX), ou por consulta à entidade representativa dos fabricantes nacionais de bens afins ao bem importado.*

Nota 3: *a comprovação do índice mínimo de nacionalização, mediante consulta ao CFI ou ao Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES, será dispensada quando se tratar de veículo fabricado no País por empresa habilitada a usufruir da redução do IPI nos termos do art. 2º do Decreto nº 7.567/2011, alterado pelos Decretos nº 7.604/2011, nº 7.716/2012 e nº 7.819/2012 e as alterações posteriores, obedecidas as instruções fixadas em portaria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.*

Nota 4: *para comprovação de que a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpre o Processo Produtivo Básico (PPB) deverá ser apresentado laudo técnico emitido pela Secretaria de Política de Informática do MCTI (SEPIN), Secretaria do Desenvolvimento da Produção do MDIC (SDP) ou Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), quando a empresa estiver sediada no Polo Industrial de Manaus, que ateste o cumprimento do PPB conforme estabelece a Portaria Interministerial correspondente ao produto, emitida pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), publicada no Diário Oficial da União.*

Nota 5: *deverão, ainda, ser observados os itens "s" e "x" das Restrições do FNO, no tocante ao financiamento de máquinas, equipamentos, veículos, embarcações, aviões e helicópteros.*

6. Ingressos, Contratações e Resultados do FNO

6.1 Ingressos do FNO

No 1º semestre de 2015, foi repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ao Banco da Amazônia recursos do FNO no valor total de R\$ 1.173,7 milhões, representando 99,3% do valor de repasse estimado para o período, correspondente a R\$ 1.181,5 milhões (ver Quadro 2).

Quadro 2 Repasse do FNO via STN
1º Semestre de 2015

Mês	Valor Estimado	Valor de Repasse
Janeiro	206,5	216,9
Fevereiro	204,6	221,4
Março	180,6	161,2
Abril	190,6	174,0
Maio	218,1	214,0
Junho	181,1	186,2
Total	1.181,5	1.173,7
% do Valor de Repasse sobre o Estimado		99,3%

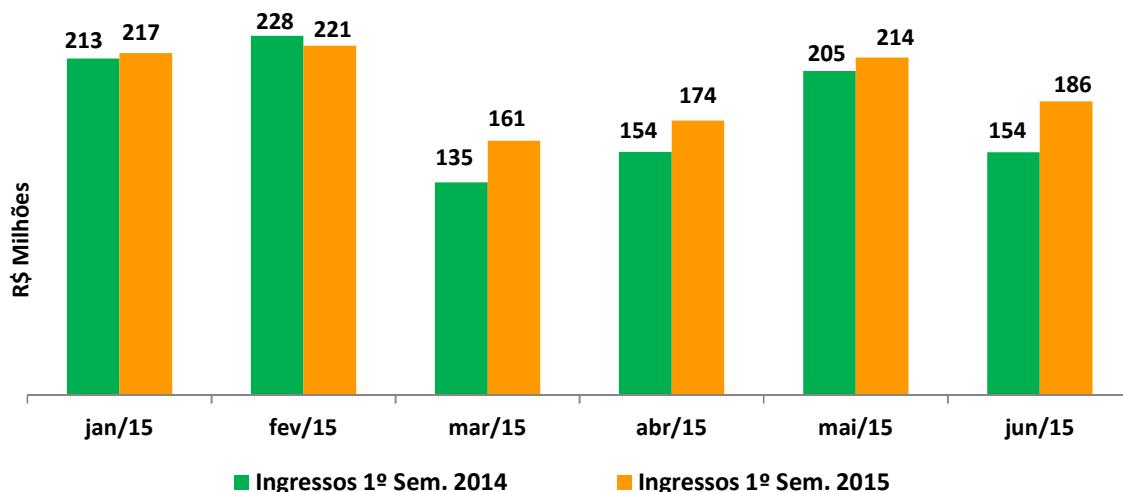
Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Contadoria (GECON)

O Gráfico 1, demonstrado a seguir, apresenta a evolução mensal de ingressos de recursos do FNO no 1º semestre de 2015 comparativamente aos ingressos realizados em igual período de 2014.

Gráfico 1 Ingresso Mensal de Recursos do FNO via STN

1º Semestre de 2014 e 2015

Fonte: Banco da Amazônia / GECON



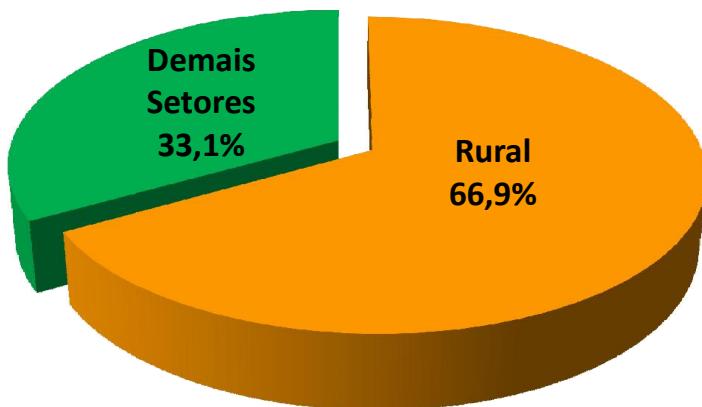
6.2 Contratações do FNO

6.2.1 Contratações por Setor Produtivo

No 1º semestre de 2015, foram contratadas 15.789 operações de crédito com recursos do FNO, no valor total de R\$ 1.986,2 milhões, superando em 10,4% os financiamentos concedidos no 1º semestre de 2014, de R\$ 1.799,1 milhões. Os empreendimentos do setor rural absorveram 81,9% das operações contratadas (12.930 operações) e 66,9% dos financiamentos concedidos (R\$ 1.328,3 milhões), enquanto os empreendimentos dos demais setores demandaram 18,1% das operações contratadas (2.859 operações) e 33,1% dos recursos financiados (R\$ 657,9 milhões) (ver Gráfico 2 e Anexo A – Tabela 1).

Gráfico 2 **Participação dos Setores Produtivos no Valor dos Financiamentos do FNO**
1º Semestre de 2015

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



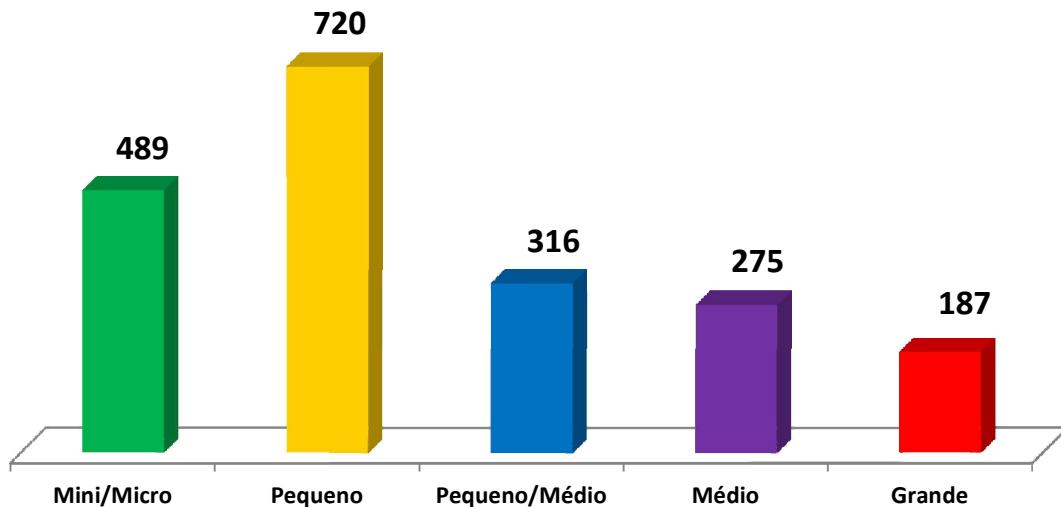
6.2.2 Contratações por Porte do Beneficiário

Os segmentos produtivos de menor porte (agricultores familiares; mini, pequenos e pequenos-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações; microempreendedores individuais; microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte) contrataram no 1º semestre de 2015 recursos do FNO no valor de R\$ 1.524,6 milhões (76,8% dos financiamentos concedidos) e 15.645 operações de crédito (99,1% do total das operações contratadas). Comparativamente ao 1º semestre de 2014, quando os segmentos produtivos de menor porte contrataram o valor de R\$ 1.421,0 milhões, verifica-se um crescimento de 7,3% na demanda desses segmentos (ver Gráfico 3 e Anexo A – Tabela 2).

Gráfico 3 Valores Contratados do FNO por Porte do Beneficiário

1º Semestre de 2015

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



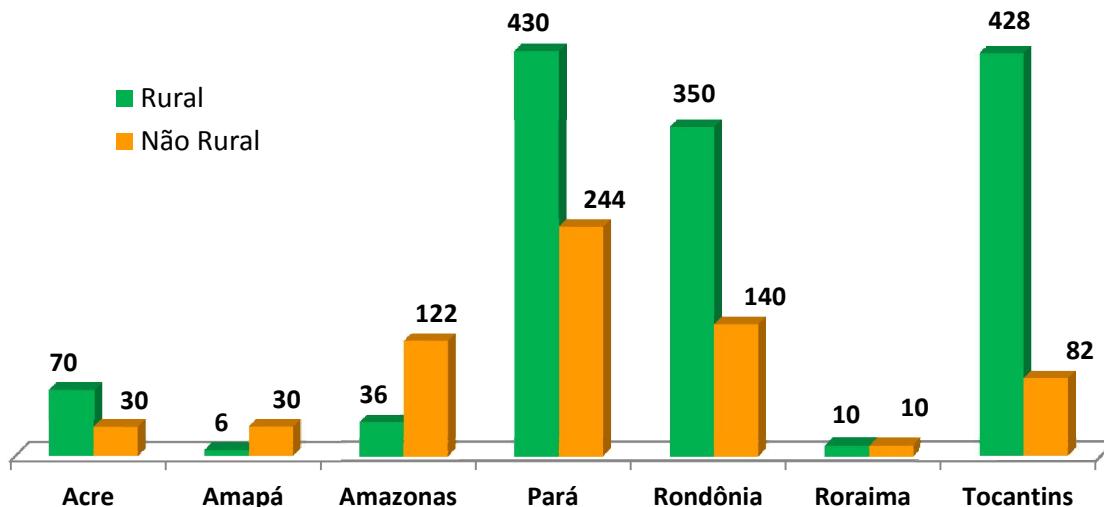
6.2.3 Contratações por Estado

As contratações realizadas no 1º semestre de 2015, pelos estados beneficiários dos recursos do FNO foram diretamente influenciadas pelas características econômicas e infraestruturais locais, a exemplo da dinâmica da economia estadual, da melhor organização da produção, da disponibilização de uma infraestrutura econômica mais eficiente e das oportunidades existentes para a realização de investimentos e negócios sustentáveis. Os estados que mais contrataram recursos do Fundo foram, em ordem decrescente, Pará (R\$ 673,8 milhões), Tocantins (R\$ 510,1 milhões) e Rondônia (R\$ 489,7 milhões), que juntos demandaram o valor de R\$ 1.673,6 milhões, representando 84,3% do total financiado no período (ver Gráfico 4 e Anexo A – Tabela 3).

Gráfico 4 Valores Contratados do FNO por Estado

1º Semestre de 2015

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



6.2.4 Contratações por Programa de Financiamento

O Programa FNO-Amazônia Sustentável foi o que apresentou o melhor desempenho nas contratações do Fundo realizadas no 1º semestre de 2015, com a contratação de R\$ 1.252,0 milhões (63,0% do total contratado). Em relação às contratações do 1º semestre de 2014 (R\$ 1.023,7 milhões), houve um crescimento de 22,3% na demanda do referido Programa, cuja abrangência das suas linhas de crédito contemplam a todos os empreendimentos e setores produtivos da Região.

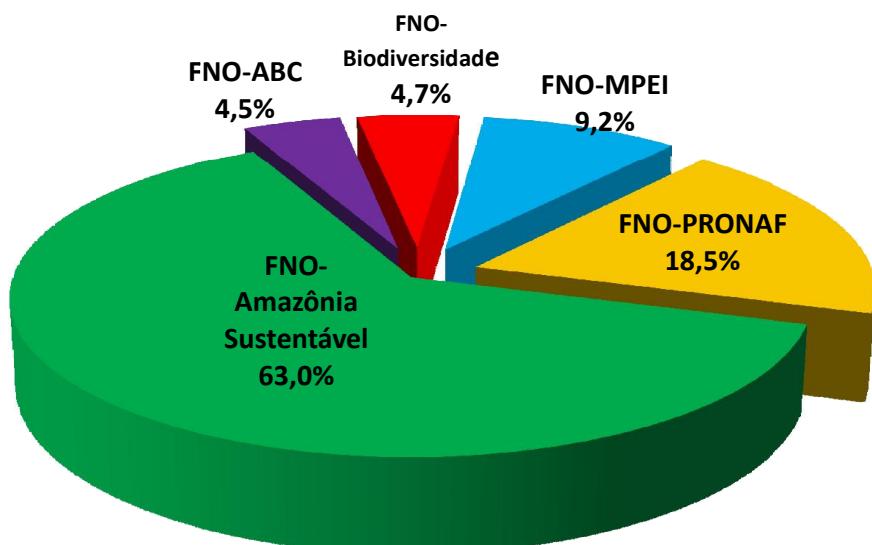
As contratações no âmbito do Programa FNO-PRONAF totalizaram R\$ 368,1 milhões (18,5% dos financiamentos concedidos). Comparativamente ao 1º semestre de 2014 (R\$ 350,7 milhões), as contratações realizadas pelo Programa apresentaram um incremento de 5,0%.

Os financiamentos realizados através do Programa FNO-Biodiversidade, no valor de R\$ 93,2 milhões, apresentaram um crescimento de 98,3% em comparação ao desempenho do Programa em igual período de 2014 (R\$ 47,0 milhões). Os empreendimentos financiados pelos Programas FNO-ABC e FNO-MPEI alcançaram juntos o valor de R\$ 272,9 milhões, representando 13,7% do total financiado no 1º semestre de 2015 (ver Gráfico 5 e Anexo A – Tabela 4).

Gráfico 5 Participação dos Programas de Financiamento nos Valores Contratados do FNO

1º Semestre de 2015

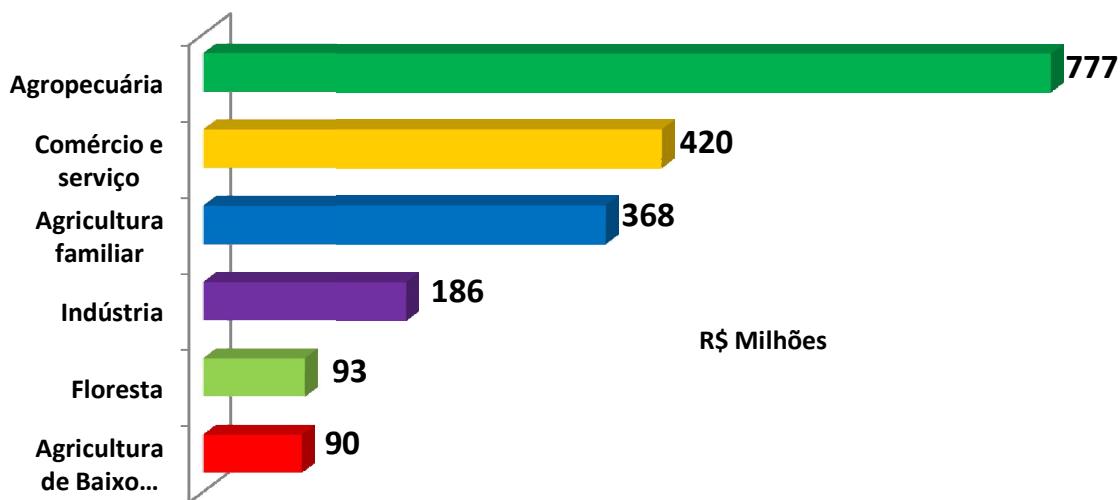
Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



6.2.5 Contratações por Atividade Econômica

As atividades econômicas que mais demandaram recursos do FNO, no 1º semestre de 2015, foram agropecuária, com R\$ 777,0 milhões (39,1% dos financiamentos concedidos); comércio e serviço, com R\$ 419,7 milhões (21,1%) e agricultura familiar, com R\$ 368,1 milhões (18,5%). Referidas atividades absorveram juntas 78,7% do total financiado pelo Fundo no período (ver Gráfico 6 e Anexo A – Tabelas 5 e 6).

Gráfico 6 Valores Contratados do FNO por Atividade Econômica
1º Semestre de 2015



6.2.6 Contratações por Área Prioritária da PNDR

Os municípios que integram as áreas prioritárias da PNDR para a concessão de financiamentos através do FNO (municípios localizados nas mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, da Chapada das Mangabeiras, do Vale do Rio Acre, do Bico do Papagaio e do Xingu, bem como os municípios que compõem a Faixa de Fronteira da Região Norte) receberam atenção especial do Banco da Amazônia e foram contemplados no 1º semestre de 2015 com a contratação de 6.687 operações de crédito, no valor total de R\$ 818,2 milhões, correspondente a 41,2% dos recursos contratados no período (ver Anexo A – Tabela 7).

6.2.7 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR

As contratações realizadas no 1º semestre de 2015, pelos municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda (BR), dinâmicos de menor renda (DMR), estagnados de média renda (EMR) e alta renda (AR) atingiram o valor de R\$ 1.986,2 milhões, correspondente a 38,5% da meta prevista para o exercício de 2015, no valor total de R\$ 5.160,0 milhões.

Os municípios com comprovada carência econômica e social (BR, DMR e EMR), que são prioritários nos financiamentos do FNO, foram responsáveis pela contratação de R\$ 1.488,9 milhões, representando 75,0% do total financiado, e pela demanda de 13.969 operações de crédito, correspondendo a 88,5% das operações contratadas. Esse resultado ratifica a preocupação do Banco da Amazônia com a geração de renda e de novas oportunidades de ocupação de mão de obra nas localidades que mais necessitam do apoio financeiro do FNO (ver Quadro 3, Gráfico 7 e Anexo A – Tabela 8).

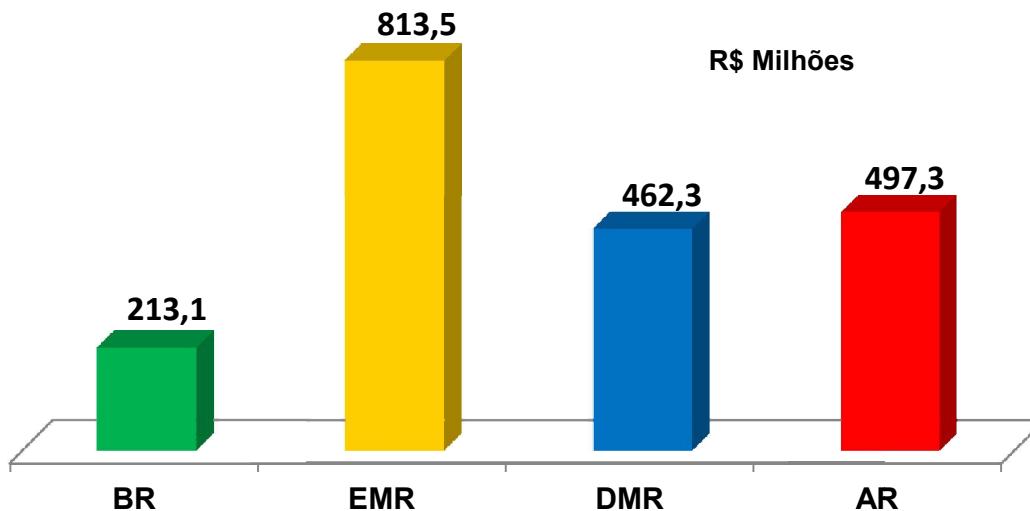
Quadro 3 Comparativo das Contratações do FNO Conforme Tipologia da PNDR
1º Semestre de 2015

Tipologia da PNDR	Contratações Previstas		Contratações Realizadas		Diferença entre as Participações Previstas e Realizadas (%)
	Valor (R\$ Milhões)	Participação (%)	Valor (R\$ Milhões)	Participação (%)	
1. Alta Renda (AR)	1.492,3	28,9	497,3	25,0	3,9
2. Tipologias Prioritárias	3.667,7	71,1	1.488,9	75,0	-3,9
Baixa Renda (BR)	740,5	14,4	213,1	10,7	3,7
Dinâmica de Menor Renda (DMR)	1.299,8	25,2	462,3	23,3	1,9
Estagnada de Média Renda (EMR)	1.627,4	31,5	813,5	41,0	-9,5
Total (1 + 2)	5.160,0	100,0	1.986,2	100,0	-

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Gráfico 7 Valores Contratados do FNO por Tipologia da PNDR
1º Semestre de 2015

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



6.2.8 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar

No 1º semestre de 2015, o Banco da Amazônia financiou através dos recursos do FNO, em apoio à agricultura de base familiar, 11.669 operações de crédito (73,9% das operações contratadas), no valor de R\$ 368,1 milhões (18,5% dos financiamentos concedidos), representando 49,1% da meta de contratações prevista para o segmento no exercício de 2015, correspondente a R\$ 750,0 milhões. O destaque foram as contratações no Estado de Roraima que superaram em 96,0% a meta prevista para o exercício (ver Anexo A – Tabela 9).

As contratações no âmbito da agricultura familiar proporcionaram a geração de aproximadamente 47 mil novas oportunidades de trabalho no campo, sendo a linha PRONAF Mais Alimentos Familiar a que mais contribuiu para esse resultado, já que foi responsável pelo maior número de contratações (5.107) no valor de R\$ 276,8 milhões, representando 75,2% dos financiamentos realizados pelo Programa (ver Anexo A – Tabela 10).

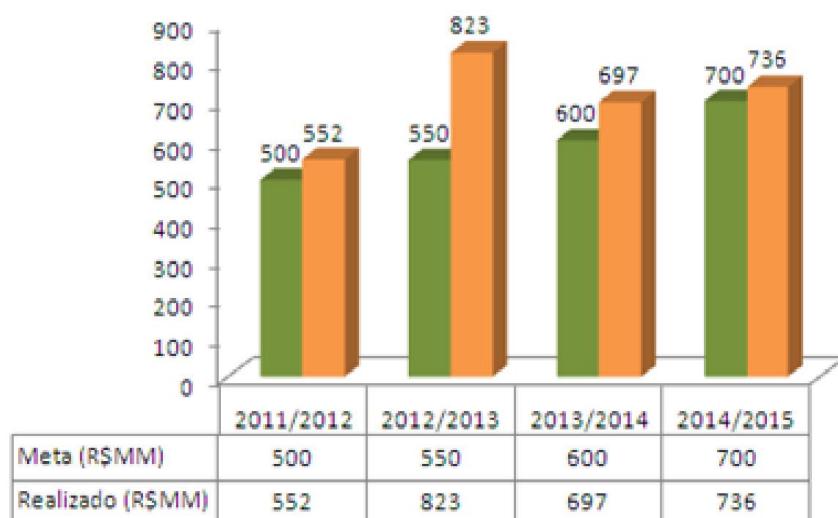
Importante ressaltar o desempenho do Banco da Amazônia na realização do Plano Safra 2014/2015, sendo financiado o valor de R\$ 736,2 milhões, ultrapassando em 5,2% a meta estabelecida pelo MDA, correspondente a R\$ 700,0 milhões. Desde o Plano Safra 2011/2012, o Banco da Amazônia vem superando a meta de contratação prevista pelo Governo Federal (ver Gráfico 8).

Essa performance do Banco da Amazônia em apoio ao Plano Safra confirma o seu compromisso institucional em continuar dispensando tratamento preferencial às atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares da Região Norte e, ao mesmo tempo, demonstra reconhecimento da importância da agricultura familiar para a segurança alimentar, a estabilidade econômica e o crescimento do país.

Gráfico 8 Desempenho do Banco da Amazônia em Apoio ao Plano Safra

Plano Safra 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Microfinanças e Agricultura Familiar (GEMAF)



6.2.9 Contratações em Apoio à Micro e Pequena Empresa

Utilizando recursos do FNO, o Banco da Amazônia incentiva os empreendimentos das micro e pequenas empresas da Região Norte. No 1º semestre de 2015 foram financiadas em apoio ao segmento 1.154 operações de crédito, no valor total de R\$ 182,9 milhões, incluindo 830 operações em apoio aos microempreendedores individuais, no valor de R\$ 5,6 milhões. O total financiado para as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais corresponde a 27,8% dos créditos concedidos às atividades dos setores não rurais e 9,2% de todo o crédito concedido no período (ver Anexo A – Tabela 6).

6.2.10 Contratações em Apoio ao Microcrédito Produtivo Orientado

Em adesão ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o Banco da Amazônia criou em 2009 o Programa “Amazônia Florescer” possibilitando, dessa forma, o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica mediante empréstimos sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do próprio negócio.

O Programa “Amazônia Florescer” utiliza recursos do FNO somente em operações do setor rural, através da linha de financiamento do PRONAF-Grupo B. No 1º semestre de 2015 foram realizadas pelo Programa 1.440 operações de crédito para agricultores familiares vinculados ao PRONAF, no valor total de R\$ 4,9 milhões.

Desde dezembro de 2009, quando o Banco da Amazônia passou a utilizar recursos do FNO nas operações de microcrédito, até o final de junho de 2015, foram realizadas 21.001 operações de crédito para esse público, no total de R\$ 57,7 milhões (ver Quadro 4).

Quadro 4 Contratações do FNO em Apoio ao Microcrédito Produtivo Orientado (Programa “Amazônia Florescer”) – Exercício de 2009 ao 1º Semestre de 2015

Período	Nº de Operações	Valor (R\$ Mil)
Exercício de 2009	11	20,0
Exercício de 2010	553	1.048,2
Exercício de 2011	855	1.631,7
Exercício de 2012	4.815	11.447,8
Exercício de 2013	7.562	19.920,9
Exercício de 2014	5.765	18.684,0
1º Semestre de 2015	1.440	4.933,0
Total	21.001	57.685,6

Fonte: Banco da Amazônia / GEMAF

6.2.11 Contratações em Apoio ao Comércio e Serviço

No 1º semestre de 2015 o Banco da Amazônia financiou, em apoio aos empreendimentos de comércio e prestação de serviço, utilizando recursos do FNO, 1.705 operações de crédito (10,8% das operações contratadas), no valor total de R\$ 419,7 milhões (21,1% dos financiamentos concedidos), correspondendo a 27,1% da meta de contratações prevista para o segmento no exercício de 2015, no valor de R\$ 1.548,0 milhões. Os estados que mais contrataram recursos foram o Pará, com R\$ 145,6 milhões (34,8%); Rondônia, com R\$ 79,1 milhões (18,8%), Amazonas, com R\$ 75,1 milhões (17,9%) e Tocantins, com R\$ 64,6 milhões (15,4%). Esses estados contrataram juntos 86,9% dos financiamentos concedidos no período em apoio ao comércio e serviço (ver Anexo A – Tabela 11).

6.2.12 Contratações em Apoio ao Agronegócio Regional

O Banco da Amazônia tem priorizado em sua estratégia de atuação o apoio às atividades integrantes da cadeia produtiva do agronegócio regional, resultando na estruturação e alavancagem de importantes segmentos como o de produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, turismo, artesanato, beneficiamento de produtos florestais, entre outros.

O incentivo do Banco da Amazônia ao agronegócio regional beneficia os empreendimentos rurais dos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empreendedores agroindustriais de médio e grande porte, fato que tem contribuído para a inserção competitiva do segmento nos mercados nacional e internacional, a exemplo da produção do biocombustível na Amazônia, cuja atividade tem envolvido e beneficiado centenas de famílias que estão diversificando a base produtiva da Região através do aprimoramento da produção do biodiesel.

No 1º semestre de 2015, o apoio financeiro do Banco da Amazônia ao agronegócio regional, utilizando recursos do FNO, atingiu o valor de R\$ 960,4 milhões, com predominância dos financiamentos para empreendedores de menor porte (82,4% dos créditos demandados pelo segmento), sendo contratadas 1.262 operações, das quais 1.223 (96,9%) contemplaram empreendedores de menor tamanho (ver Quadro 5).

Quadro 5 Contratações do FNO em Apoio ao Agronegócio Regional
1º Semestre de 2015

Porte	Nº de Operações	%	Valor (R\$ Milhões)	%
Mini/Micro, Pequeno e Pequeno-Médio	1.223	96,9	791,4	82,4
Médio e Grande	39	3,1	169,0	17,6
Total	1.262	100,0	960,4	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

6.2.13 Contratações em Apoio ao Turismo Regional Sustentável

Os recursos do FNO são fundamentais para o fortalecimento e a expansão do turismo sustentável na Região Norte, sendo este segmento estratégico no contexto da economia regional considerando sua imensa potencialidade para a geração de emprego e elevado efeito multiplicador de renda. O apoio do Banco da Amazônia ao segmento turístico obedece às estratégias definidas no Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, o qual é elaborado anualmente pela Instituição, em consonância com a Política Nacional de Turismo e com as políticas estaduais voltadas para o segmento.

No 1º semestre de 2015, foi investido no turismo regional, através dos recursos do FNO, o valor de R\$ 37,8 milhões mediante a contratação de 142 operações de crédito. Os estados que mais demandaram recursos do Fundo para o financiamento do turismo foram Pará, com R\$ 16,2 milhões (42,9%); Tocantins, com R\$ 8,9 milhões (23,5%), Rondônia, com R\$ 5,5 milhões (14,6%) e Amazonas, com R\$ 5,3 milhões (14,0%). A demanda conjunta desses estados representou 95,0% do total financiado pelo FNO no período em apoio ao turismo regional sustentável (ver Anexo A – Tabela 12).

6.2.14 Contratações em Apoio à Cultura Amazônica

A cultura amazônica é apoiada pelo Banco da Amazônia através do Programa “Amazônia Mais Cultura”, o qual se encontra devidamente alinhado à agenda social do Governo Federal e às estratégias de atuação da Instituição. No 1º semestre de 2015 o Banco da Amazônia financiou, através do FNO, 38 projetos em apoio à cultura regional, no valor total de R\$ 8,7 milhões, com destaque para os estados do Tocantins, que contratou R\$ 3,7 milhões (42,4%); Pará, com R\$ 1,6 milhões (18,9%); Amazonas, com R\$ 1,5 milhões (17,8%) e Rondônia, com R\$ 1,2 milhões (13,5%). Juntos esses estados contrataram 92,6% da demanda realizada pelo segmento cultural (ver Anexo A – Tabela 13).

6.2.15 Contratações em Apoio à Biodiversidade Amazônica

A atuação do Banco da Amazônia é pautada nos princípios da sustentabilidade, sendo o FNO importante instrumento creditício de apoio aos projetos que priorizam a preservação da biodiversidade regional. No 1º semestre de 2015, foram contratadas 31 operações de crédito com recursos do Programa FNO-Biodiversidade, no valor total de R\$ 93,2 milhões, para financiamento do segmento florestal. O estado que mais contratou recursos foi o Tocantins (R\$ 58,2 milhões), representando 62,5% do valor total financiado para a biodiversidade amazônica (ver Anexo A – Tabela 14).

Houve, ainda, o financiamento de 51 operações de crédito em apoio à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com encargos anuais de 4,71%, no valor total de R\$ 109,5 milhões. Os estados que mais contrataram recursos para essa finalidade foram Tocantins e Pará, com R\$ 53,4 milhões e R\$ 34,1 milhões, respectivamente (ver Anexo A – Tabela 15).

6.2.16 Contratações em Apoio ao Programa ABC

O Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) foi criado pelo Governo Federal com a finalidade de incentivar os produtores rurais a adotarem técnicas agrícolas sustentáveis no sentido de reduzir a emissão dos gases de efeito estufa e, em decorrência, os impactos do aquecimento global.

Utilizando recursos do FNO, através de um programa específico denominado FNO-ABC, o Banco da Amazônia apoia essa iniciativa do Governo Federal financiando projetos agropecuários e florestais que contribuam para a redução da emissão de gases de efeito estufa. No 1º semestre de 2015 foi financiado pelo Programa FNO-ABC o valor de R\$ 90,1 milhões, resultado da contratação de 71 operações de crédito. Os estados que mais demandaram recursos no âmbito do Programa FNO-ABC foram Tocantins, com R\$ 40,3 milhões; Rondônia, com R\$ 27,1 milhões e Pará, com 19,0 milhões (ver Anexo A – Tabela 16).

6.2.17 Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Banco da Amazônia contribui com o Governo Federal no apoio ao PAC mediante o financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento dos setores estratégicos da economia regional. Desde 2007, quando ocorreu o lançamento do Programa, foram contratados 36 projetos com recursos do FNO, totalizando R\$ 3.134,6 milhões. Não houve contratações de projetos no âmbito do PAC no 1º semestre de 2015.

6.2.18 Contratações por Finalidade do Crédito

Do total dos financiamentos contratados pelo FNO no 1º semestre de 2015, o valor de R\$ 1.088,5 milhões (54,8% dos financiamentos concedidos) foi destinado para investimento, sendo contratadas 11.941 operações de crédito (75,7%); R\$ 249,8 milhões (12,6%) para capital de giro associado ao investimento e para aquisição de matéria-prima/inssumos e aquisição de bens para formação de estoques, com a contratação de 1.977 operações de crédito (12,5%); R\$ 249,1 milhões (12,5%) para custeio, havendo a contratação de 841 operações creditícias (5,3%); e R\$ 398,8 milhões (20,1%) para infraestrutura, sendo contratadas 1.030 operações de crédito (6,5%). Do valor financiado para investimento, R\$ 944,6 milhões (86,8%) correspondem às contratações do setor rural e R\$ 143,9 milhões (13,2%) dos demais setores (ver Anexo A – Tabelas 17 e 18).

6.2.19 Contratações por Faixa de Valores

No setor rural, a maior demanda por financiamentos do Fundo no 1º semestre de 2015, em termos de operações contratadas, contemplou projetos na faixa entre R\$ 10,0 a R\$ 35,0 mil, com a contratação de 4.202 operações de crédito (32,6% do total das operações contratadas pelo setor rural no período). Nos demais setores, a demanda mais expressiva ocorreu na faixa entre R\$ 35,0 a R\$ 100,0 mil, sendo contratadas 908 operações (31,9% das contratações realizadas pelos demais setores).

Quanto aos valores contratados, a maior demanda, no setor rural, ocorreu na faixa entre R\$ 1,0 a R\$ 10,0 milhões, havendo a contratação no valor de R\$ 473,6 milhões (35,7% dos financiamentos realizados pelo setor rural). Nos demais setores, também o maior volume de contratações de recursos ocorreu na faixa entre R\$ 1,0 a R\$ 10,0 milhões, com o financiamento de R\$ 218,4 milhões, representando 33,2% do crédito demandado pelos demais setores (ver Anexo A – Tabela 19).

Registra-se ainda, a contratação de 10 operações de crédito em valores acima de R\$ 10,0 milhões, no total de R\$ 280,0 milhões (14,1% do total financiado no 1º semestre de 2015). Em termos de retorno socioeconômico, quando da maturação desses projetos, os mesmos deverão contribuir para a geração de 1.692 novos postos de trabalho (ver Anexo A – Tabela 20).

6.2.20 Contratações pela Primeira Vez

No 1º semestre de 2015, foram realizadas 7.834 operações de crédito formalizadas por clientes que operaram pela primeira vez com recursos do FNO, representando 49,6% do total das operações contratadas no período. Os recursos alocados totalizaram R\$ 797,6 milhões, correspondendo a 40,2% dos financiamentos concedidos, com destaque para as contratações realizadas pelos estados do Pará, Rondônia e Tocantins, que juntos demandaram R\$ 617,2 milhões, representando 77,4% dos financiamentos realizados pela primeira vez através do FNO (ver Anexo A – Tabela 21).

6.2.21 Contratações com a Participação de Recursos Próprios

As contratações do FNO, realizadas no 1º semestre de 2015, receberam a contrapartida de recursos próprios dos beneficiários no valor total de R\$ 74,6 milhões, sendo R\$ 34,5 milhões (46,2%) para os empreendimentos do setor rural e R\$ 40,1 milhões (53,8%) para os empreendimentos dos demais setores, com prevalência para as contratações realizadas pelos empreendedores do Estado do Pará, no valor de R\$ 32,3 milhões (43,4% do total da contrapartida de recursos próprios). As maiores contrapartidas de recursos próprios ocorreram nos empreendimentos de grande porte, totalizando R\$ 27,3 milhões, representando 36,5% do valor referente à contrapartida de recursos próprios (ver Anexo A – Tabelas 22 e 23).

6.2.22 Contratações Liquidadas

Ao final do 1º semestre de 2015, foram liquidadas 3.447 operações de crédito do FNO, sendo 3.199 (92,8%) operações do setor rural e 248 (7,2%) operações dos demais setores. Referidas liquidações totalizaram R\$ 898,3 milhões, com maior volume de liquidações ocorrendo no setor rural (R\$ 637,4 milhões), representando 71,0% das contratações liquidadas (ver Quadro 6).

Quadro 6 Contratações do FNO Liquidadas

1º Semestre de 2015

Setor	Nº de Operações	%	Valor (R\$ Milhões)	%
Rural	3.199	92,8	637,4	71,0
Demais Setores	248	7,2	260,9	29,0
Total	3.447	100,0	898,3	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Reestruturação de Operações (GERAT)

6.2.23 Saldo das Contratações

Em 30/06/2015, o saldo das contratações do FNO totalizou R\$ 18.457,6 milhões, em 251.670 operações de crédito. Desse total, 235.188 operações (93,5%) são do setor rural, com saldo de R\$ 8.606,1 milhões (46,6%), e 16.482 operações (6,5%) dos demais setores, com saldo de R\$ 9.851,5 milhões (53,4%) (ver Quadro 7).

Quadro 7 Saldo das Contratações do FNO

Posição em 30/06/2015

Setor	Nº de Operações	%	Valor (R\$ Milhões)	%
Rural	235.188	93,5	8.606,1	46,6
Demais Setores	16.482	6,5	9.851,5	53,4
Total	251.670	100,0	18.457,6	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Administração de Sistemas (GSIST) / Sistema SIG-Controper

6.2.24 Situação da Demanda pelas Contratações

Ao final do 1º semestre de 2015, a demanda pelo crédito do FNO apresentou a seguinte situação: 15.789 propostas apresentadas e contratadas, no valor de R\$ 1.986,2 milhões; 4.340 propostas em análise, no valor de R\$ 677,5 milhões; 413 propostas em fase de contratação, no valor de R\$ 219,8 milhões e 42 propostas indeferidas/canceladas, no valor de R\$ 4,0 milhões. Assim, foram demandadas ao Banco da Amazônia 20.584 propostas de contratações do FNO no período, totalizando R\$ 2.887,5 milhões (ver Anexo A – Tabelas 24 a 26).

6.3 Resultados do FNO

6.3.1 Expansão do Crédito

A ação creditícia do FNO tem alcançado todos os 450 municípios que integram a base político-institucional da Região Norte. O atendimento de 100% das localidades da Região com os financiamentos do Fundo foi possível graças ao esforço do Banco da Amazônia de levar os recursos do FNO aos municípios de difícil acesso, sendo fundamental nesse processo de expansão do crédito a realização dos seminários denominados de FNO-Itinerante.

Referidos seminários são realizados em parceria com o Ministério da Integração Nacional e participação do SEBRAE e dos governos estaduais e municipais e contam com a participação de mini e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações, agricultores familiares e micro e pequenos empreendedores. Os seminários do FNO-Itinerante contemplam prioritariamente municípios de baixa renda que apresentam histórico de pouca ou nenhuma operação de crédito.

No período de 2010 a junho de 2015, foram organizados e coordenados pelo Banco da Amazônia 82 seminários do FNO-Itinerante, alcançando municípios de todos os estados da Região Norte. Somente no 1º semestre de 2015, foram realizados 10 seminários que contaram com a participação de 753 pessoas (média de mais de 75 participantes por evento) resultando na contratação/prospecção de 57 operações de crédito, no valor de R\$ 5,5 milhões.

6.3.2 Consecução de Metas

Ao final do 1º semestre de 2015, o total de recursos do FNO alocado foi de R\$ 1.986,2 milhões, correspondente a 38,5% da meta estabelecida para o exercício de 2015, no valor de R\$ 5.160,0 milhões. O índice de consecução de metas por estado apresentou Tocantins, Rondônia e Pará com os melhores desempenhos, atingindo, respectivamente, 58,2%, 55,8% e 43,5% das metas previstas para o exercício (ver Quadro 8).

Quadro 8 Índice de Consecução das Metas do FNO por Estado
1º Semestre de 2015

Estado	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	Total
Meta Exercício de 2015	361,2	258,0	980,4	1.548,0	877,2	258,0	877,2	5.160,0
Realizado 1º Semestre de 2015	99,5	35,6	157,7	673,8	489,7	19,8	510,1	1.986,2
Índice de Consecução (%)	27,5	13,8	16,1	43,5	55,8	7,7	58,2	38,5

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2015 / Sistema SIG-Controper

As contratações do FNO no 1º semestre de 2015 apresentaram crescimento de 10,4% em relação ao 1º semestre de 2014, com destaque para as contratações nos estados do Tocantins, Roraima e Rondônia, nos quais houve uma evolução de 41,5%, 21,5% e 19,3%, respectivamente (ver Quadro 9).

Quadro 9 Evolução das Contratações do FNO por Estado
1º Semestre de 2015 / 1º Semestre de 2014

Estado	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	Total
Realizado 1º Semestre de 2014	125,4	42,5	187,8	655,9	410,6	16,3	360,6	1.799,1
Realizado 1º Semestre de 2015	99,5	35,6	157,7	673,8	489,7	19,8	510,1	1.986,2
Evolução das Contratações (%)	-20,7	-16,2	-16,0	2,7	19,3	21,5	41,5	10,4

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2015 / Sistema SIG-Controper

Os programas de financiamento, que apresentaram os melhores índices de consecução nas contratações realizadas no âmbito do FNO no 1º semestre de 2015 foram o FNO-Biodiversidade, atingindo 66,6% da meta prevista para o exercício de 2015, e o FNO-PRONAF, alcançando 49,1% da meta prevista (ver Quadro 10).

Quadro 10 Índice de Consecução das Metas do FNO por Programa
1º Semestre de 2015

Programa	Previsão Exercício de 2015 (R\$ Milhões)	Realizado 1º Sem. de 2015 (R\$ Milhões)	Índice de Consecução (%)
FNO-Pronaf	750,0	368,1	49,1
Pronaf A	516,0	34,0	6,6
Demais Grupos	234,0	334,1	142,8
FNO-Amazônia Sustentável	2.895,0	1.252,0	43,2
FNO-Biodiversidade	140,0	93,2	66,6
FNO-ABC	260,0	90,1	34,7
FNO-MPEI	1.115,0	182,8	16,4
Total	5.160,0	1.986,2	38,5

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2015 / Sistema SIG-Controper

Comparando as contratações do FNO no 1º semestre de 2015 com as metas estabelecidas para o exercício, verifica-se que as atividades do setor rural juntas atingiram 49,3% da meta, enquanto que as atividades dos demais setores atingiram 26,7%. No setor rural, as atividades com melhor desempenho nas contratações foram floresta, agropecuária e agricultura familiar, com 66,6%, 51,3% e 49,1% das metas previstas para 2015. Já nos demais setores, a indústria teve o melhor desempenho, com 46,2% da meta prevista (ver Quadro 11).

Quadro 11 Índice de Consecução das Metas do FNO por Setor e Atividade
1º Semestre de 2015

Setor / Atividade	Previsão (R\$ Milhões)	Realizado (R\$ Milhões)	Índice de Consecução (%)
Setor Rural	2.695,0	1.328,4	49,3
Agricultura Familiar	750,0	368,1	49,1
Agricultura de Baixo Carbono	260,0	90,1	34,7
Agropecuária	1.515,0	777,0	51,3
Pesca e Aquicultura	30,0	-	0,0
Floresta	140,0	93,2	66,6
Demais Setores	2.465,0	657,8	26,7
Agroindústria	115,0	-	0,0
Indústria	402,0	185,9	46,2
Turismo	120,0	37,8	31,5
Cultura	45,0	8,7	19,3
Infraestrutura	200,0	0,2	0,1
Exportação	20,0	-	0,0
Comércio e Serviço	1.548,0	419,7	27,1
Microempreendedor Individual	15,0	5,6	37,3
Total	5.160,0	1.986,2	38,5

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2015 / Sistema SIG-Contropor

6.3.3 Execução do Orçamento

O valor previsto na programação orçamentária do FNO, para o exercício de 2015, corresponde a R\$ 5.160,0 milhões, sendo realizado até o final de junho, entre receitas (reembolsos) e despesas (desembolsos), R\$ 2.025,0 milhões (39,2% do valor orçado para o exercício). O total dos reembolsos realizado no 1º semestre de 2015 atingiu o valor de R\$ 5.207,2 milhões (66,0% da meta prevista para o exercício), enquanto os desembolsos totalizaram R\$ 3.182,2 milhões, representando 116,3% da previsão (ver Quadro 12).

Quadro 12 Resultado da Programação Orçamentária do FNO
1º Semestre de 2015

Discriminação	Previsão (R\$ Milhões)	Realizado (R\$ Milhões)	%
Origem de Recursos (A)	7.896,1	5.207,2	66,0
Disponibilidade Prevista ao Final do Exercício Anterior	2.673,9	2.674,0	100,0
Transferências da União	2.301,6	1.173,0	51,0
Reembolsos de Créditos em 2015	2.490,3	1.136,4	45,6
Remuneração das Disponibilidades	141,1	119,9	85,0
Retorno ao FNO dos Valores Relativos aos Riscos	199,2	90,0	45,2
Outras Receitas (Recuperação de Crédito)	90,0	13,9	15,4
Aplicação de Recursos (B)	2.736,1	3.182,2	116,3
Taxa de Administração	460,3	236,2	51,3
Despesa com Auditoria Externa	0,5	0,9	180,0
Bônus de Adimplência	157,7	61,6	39,1
Despesa com Del Credere	506,3	-	0,0
Rebates	-	238,4	-
Remuneração do Banco da Amazônia sobre Operações do PRONAF	16,5	152,8	926,1
Desembolsos com Operações Contratadas em Exercícios Anteriores	1.488,9	2.480,0	166,6
Outras Despesas (Renegociação de Créditos Baixados)	105,9	12,3	11,6
Disponibilidade Total (C=A-B)	5.160,0	2.025,0	39,2

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2015 / Gerência de Contadoria (GECON)

6.3.4 Controle da Inadimplência

Ao final do 1º semestre de 2015, havia 101.554 operações do FNO em situação de atraso, totalizando R\$ 565,7 milhões, sendo R\$ 428,1 milhões (75,8%) em operações do setor rural e R\$ 137,6 milhões (24,2%) dos demais setores. A inadimplência total do Fundo atingiu 3,1%, redução de 24,4% em comparação ao 1º semestre de 2014 (4,1%), sendo 5,0% do setor rural e 1,4% dos demais setores (ver Anexo A – Tabelas 27 a 30).

Registra-se que a inadimplência do FNO verificada no 1º semestre de 2015 representou o menor índice comparativamente aos patamares alcançados no 1º semestre de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, resultado que demonstra a preocupação do Banco da Amazônia com a qualificação das operações de crédito do FNO (ver Quadro 13).

Quadro 13 Inadimplência do FNO
1º Semestre de 2010 ao 1º Semestre de 2015

Período	Inadimplência (%)	Variação (%)
1º Semestre de 2010	5,1	-
1º Semestre de 2011	5,0	-2,0
1º Semestre de 2012	5,1	2,0
1º Semestre de 2013	4,5	-11,8
1º Semestre de 2014	4,1	-8,9
1º Semestre de 2015	3,1	-24,4

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

7. Gestão do FNO pelo Banco da Amazônia

7.1 Formação de Alianças Institucionais

O Banco da Amazônia tem consciência, que o processo de desenvolvimento sustentável de uma região com as características e complexidades da Amazônia não pode ser conduzido de forma isolada por uma instituição, tornando-se indispensável a integração, de maneira sinérgica e complementar, das iniciativas dos agentes que atuam em prol do desenvolvimento regional, de forma a potencializar os resultados a serem alcançados, considerando a expertise, a experiência e o conhecimento de cada organização. Imbuído dessa visão, o Banco da Amazônia tem procurado consolidar um amplo e sólido sistema de alianças com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada visando a construção de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias, que possibilitem a superação dos desafios existentes e, em decorrência, a transformação das potencialidades regionais em reais oportunidades de negócios sustentáveis.

Entre o conjunto de ações visando o fortalecimento das alianças institucionais destaca-se o planejamento participativo adotado pelo Banco da Amazônia referente à aplicação das fontes de recursos financeiros sob sua gestão, especialmente o FNO. Anualmente, o Banco da Amazônia realiza, em todos os estados da Amazônia, encontros com seus parceiros institucionais com a finalidade de discutir o planejamento da aplicação dos recursos financeiros para os exercícios subsequentes, bem como, a busca da eficiência, eficácia e efetividade na alocação dos recursos, com vistas a maximizar os benefícios da natureza econômica, social e ambiental decorrentes das suas ações creditícias.

7.2 Atuação com Foco no Desenvolvimento Sustentável

O modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade, caracterizado por mudanças qualitativas nos padrões de produção e consumo e pela coexistência em equilíbrio das dimensões econômicas, ambientais e sociais, exige dos setores produtivos a incorporação no processo de produção de tecnologias ambientalmente limpas, com vistas à conservação dos recursos naturais e preservação da saúde dos consumidores, bem como, a rentabilidade dos negócios como forma de garantir a permanência das empresas no mercado.

No contexto do chamado desenvolvimento sustentável, a Região Amazônica adquire um papel preponderante considerando suas imensas potencialidades naturais e extraordinária biodiversidade, tendo o Banco da Amazônia, na condição de principal indutor do desenvolvimento regional sustentável, o desafio de buscar a inserção da economia amazônica nos mercados nacional e internacional, através da incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente e do incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais.

Sob essa perspectiva e visando consolidar um novo padrão de financiamento adequado às reais necessidades dos empreendedores regionais, o Banco da Amazônia criou a Política Socioambiental no Crédito, específica para o setor creditício da Instituição, incorporando os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o conjunto da análise e concessão de crédito de fomento e comercial. Referida Política, que é parte integrante da Política Corporativa pela Sustentabilidade do Banco da Amazônia, segue as diretrizes socioambientais de indução, salvaguarda e exclusão, para orientar a alocação do crédito e o relacionamento com o cliente. A diretriz de indução prioriza apoio financeiro diferenciado a clientes e atividades econômicas alinhadas com os preceitos do desenvolvimento sustentável; a diretriz de salvaguarda orienta o cliente a adotar medidas de caráter administrativo e técnico, para introduzir práticas sustentáveis em atividades tradicionais; e a diretriz de exclusão orienta a não concessão de crédito a pessoas e organizações que realizam atividades e práticas produtivas vedadas por lei, bem como, veda operar com clientes cujas atividades e práticas contradizem os princípios e os valores do Banco da Amazônia, traduzidos na sua Política Socioambiental.

7.3 Alinhamento com as Prioridades do Governo Federal para a Amazônia

O Banco da Amazônia é o principal agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica apoiando, através dos seus financiamentos, os segmentos econômicos considerados prioritários no âmbito das ações estratégicas governamentais visando o desenvolvimento regional sustentável, a exemplo da agricultura familiar, das micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais, do turismo e da cultura, os quais absorveram 28,6% (R\$ 567,3 milhões) dos financiamentos do FNO realizados no 1º semestre de 2015.

No âmbito da agricultura familiar, o Banco da Amazônia tem auxiliado o Governo Federal na execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região Norte por meio do Programa FNO-PRONAF (no 1º semestre de 2015 foram financiadas 11.669 operações de crédito, no valor de R\$ 368,1 milhões), o qual tem contribuído decisivamente para o fortalecimento da agricultura familiar na economia regional, bem como para a geração de expressivos resultados sociais e econômicos para o segmento, a exemplo da fixação do produtor no campo; democratização do crédito, promovendo inclusão social e bancária; melhoria dos padrões de produção e de qualidade de vida no meio rural amazônico; viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão de obra familiar; e geração de ocupações de mão de obra e renda para a população rural da Região.

Entre as ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia visando incrementar os financiamentos do FNO ao segmento da agricultura de base familiar destacam-se:

- a) contribuição na realização do Plano Safra 2014/2015, com a aplicação de R\$ 736,2 milhões, ultrapassando em 5,2% a meta estabelecida pelo MDA, no valor de R\$ 700,0 milhões para o período;
- b) realização anual de encontros técnicos de planejamento para a aplicação das fontes de recursos financeiros do Banco da Amazônia, em todos os estados da Região, com discussões específicas voltadas para os segmentos mais representativos da economia regional, entre os quais o da agricultura familiar;
- c) realização de seminários com a participação de técnicos das prestadoras de assistência técnica e elaboração de projetos, com ampla discussão das questões inerentes aos trabalhos realizados, inclusive treinamento nas planilhas das análises;
- d) organização de fóruns com a participação de mini e pequenos produtores rurais, onde são apresentadas as condições operacionais do Programa FNO-PRONAF;
- e) agilização das análises para concessão de crédito, com as propostas internalizadas no Banco da Amazônia não ultrapassando o prazo de sessenta dias para apreciação;
- f) descentralização das análises de projetos para as Superintendências Regionais e Agências do Banco da Amazônia;
- g) permanente diálogo com as instituições parceiras no sentido de expandir o crédito para os agricultores familiares;
- h) construção de cronogramas institucionais para a aplicação dos créditos dos PRONAF A e A/C;
- i) criação da rede da agricultura familiar com a participação de técnicos do Banco da Amazônia, cujo objetivo é criar um fluxo de relacionamento e informações sobre a agricultura familiar, com vistas a aprimorar a atuação junto a esse segmento;
- j) realização de visitas aos assentamentos para reunião com produtores, associações e cooperativas, levando esclarecimentos e dirimindo dúvidas sobre as linhas de crédito do FNO-PRONAF;
- k) realização de curso a distância (EAD) sobre agricultura familiar e crédito rural PRONAF com o tema “Agricultura Familiar e o PRONAF: uma abordagem conceitual”;
- l) participação em feiras, exposições, dia de campo e outros eventos promovidos por associações de agricultores familiares e órgãos de assistência técnica e extensão rural; e
- m) atuação alinhada ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel com o apoio à produção da palma de dendê através da linha de crédito PRONAF-Eco.

O apoio às micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais da Região representa uma das prioridades na atuação do Banco da Amazônia, tendo sido financiado no 1º semestre de 2015, através do FNO, 1.154 projetos de incentivo ao desenvolvimento do segmento, sendo contratado o valor de R\$ 182,9 milhões. Entre as iniciativas da Instituição em apoio às micro e pequenas empresas regionais destacam-se a participação no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e a parceria firmada com o SEBRAE Nacional visando o desenvolvimento de ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelos micro e pequenos empreendedores regionais.

O Banco da Amazônia dispensa atenção especial ao turismo regional sustentável por se tratar de um segmento estratégico na economia amazônica, tendo em vista sua grande potencialidade para gerar emprego e internalizar renda. O apoio financeiro do Banco da Amazônia ao segmento turístico ocorre de forma alinhada às diretrizes da Política Nacional de Turismo e prioridades das políticas estaduais voltadas para o segmento. Utilizando recursos do FNO, o Banco da Amazônia financiou no 1º semestre de 2015, em apoio ao turismo regional sustentável, 142 projetos no valor de R\$ 37,8 milhões.

A valorização e o desenvolvimento da cultura regional tem sido uma das principais características da atuação do Banco da Amazônia, que apoia os projetos do segmento cultural através do Programa “Amazônia Mais Cultura”. No 1º semestre de 2015 o Banco da Amazônia financiou, por meio do FNO, 38 projetos de incentivo à cultura amazônica, sendo aplicado o valor de R\$ 8,7 milhões.

7.4 Ação Integrada com os Governos Estaduais e Municipais

O Banco da Amazônia planeja e realiza a aplicação dos recursos financeiros sob sua gestão em consonância com as prioridades econômicas definidas nos programas de governo dos estados da Região, sendo que referidas prioridades constam nos planos de aplicação dos recursos financeiros dos estados, os quais são elaborados anualmente pelo Banco da Amazônia. Para tornar as ações planejadas em iniciativas com maior força político-institucional, baseadas nos princípios da gestão compartilhada e da coresponsabilidade, o Banco da Amazônia, através de sua Alta Gestão, tem firmado Protocolos de Intenções com os governos dos estados e as prefeituras municipais visando a implementação de ações voltadas para a expansão dos financiamentos, sobretudo do FNO, e em decorrência o fortalecimento do desenvolvimento sustentável dessas localidades.

7.5 Apoio à Implantação de Projetos Estruturantes

O Banco da Amazônia tem contribuído para a implantação de importantes projetos estruturantes na Região Amazônica, estimulando, assim, a construção da plataforma necessária para a expansão do desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Atuando em alinhamento com o PAC do Governo Federal, que representa a principal iniciativa de apoio aos projetos estruturantes na Região, o Banco da Amazônia já financiou, desde o lançamento do Programa em 2007 até o final de junho de 2015, somente com recursos do FNO, 36 projetos no valor total de R\$ 3.134,6 milhões, contemplando setores estratégicos da economia regional.

7.6 Incentivo à Expansão do Agronegócio Regional

O apoio ao desenvolvimento do agronegócio pelo Banco da Amazônia tem oportunizado a estruturação e a alavancagem de importantes segmentos e atividades da cadeia produtiva regional, abrangendo todos os atores do setor rural, a exemplo dos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande porte.

O incentivo do Banco da Amazônia ao agronegócio regional tem contribuído, decisivamente, para a inserção competitiva do segmento nos mercados nacional e internacional, como ocorre com a produção do biocombustível na Região. A principal fonte de financiamento do agronegócio regional é o FNO, cujos recursos proporcionaram no 1º semestre de 2015 a contratação de 1.262 operações de crédito, no valor de R\$ 960,4 milhões.

7.7 Estímulo ao Desenvolvimento das Áreas Prioritárias da PNDR

As áreas da Região Norte consideradas prioritárias pela PNDR (mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingu e municípios da Faixa de Fronteira) têm recebido atenção especial da política de crédito do Banco da Amazônia. No 1º semestre de 2015 essas áreas foram contempladas com o apoio financeiro do FNO através da contratação de 6.687 operações de crédito, no valor de R\$ 818,2 milhões, representando 41,2% dos financiamentos totais concedidos no período.

7.8 Atendimento aos Municípios mais Carentes

O Banco da Amazônia tem priorizado os financiamentos do FNO aos municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda, localidades com comprovada carência socioeconômica, fato que demonstra a preocupação da Instituição com a redução das desigualdades na Região. No 1º semestre de 2015 os municípios mais carentes absorveram 88,5% (13.969) das operações contratadas no período e 75,0% (R\$ 1.488,9 milhões) dos financiamentos realizados.

Entre as iniciativas de apoio ao desenvolvimento dos municípios mais carentes destaca-se a disseminação da estratégia denominada FNO-Itinerante, caracterizada pela realização de seminários específicos em localidades com perfil de baixa e média renda. Desde 2010, quando foram realizados os primeiros seminários do FNO-Itinerante, até junho de 2015, foram organizados e coordenados pelo Banco da Amazônia 82 seminários alcançando localidades de todos os estados da Região Norte, especialmente aquelas mais carentes.

7.9 Priorização dos Empreendimentos de Menor Porte

Em observância às diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos têm priorizado os empreendimentos de menor porte (agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte), com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar. No 1º semestre de 2015 os empreendimentos de menor porte foram contemplados com a contratação de 15.645 operações de crédito (99,1% do total de contratos realizados) e R\$ 1.524,6 milhões (76,8% dos financiamentos concedidos no período).

7.10 Presença do Crédito em toda Região Norte

Ao longo de mais de duas décadas de operacionalização do FNO pelo Banco da Amazônia, 100% dos municípios que integram a base político-institucional da Região Norte já foram contemplados com financiamentos. O atendimento dos 450 municípios da Região com recursos do Fundo foi possível graças ao esforço do Banco da Amazônia de levar o crédito às localidades de difícil acesso, sendo fundamental nesse processo de expansão creditícia, as parcerias firmadas com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada, pois o Banco da Amazônia acredita que a questão do desenvolvimento regional não pode ser conduzida por meio de ações institucionais isoladas, mas de maneira sinérgica levando-se em consideração a expertise, a experiência e o conhecimento de cada instituição que atua na Região.

7.11 Extensão do Crédito para Novos Clientes

Visando ampliar sua base de clientes e, ao mesmo tempo, estender o crédito do FNO para novos empreendedores regionais, o Banco da Amazônia realizou no 1º semestre de 2015 a contratação de 7.834 novas operações de crédito com clientes que operaram pela primeira vez com recursos do Fundo (49,6% do total das operações contratadas no período), sendo financiado o valor de R\$ 797,6 milhões (40,2% dos financiamentos concedidos).

7.12 Intensificação da Fiscalização dos Financiamentos

No 1º semestre de 2015, o Banco da Amazônia realizou a fiscalização em 3.319 operações de crédito financiadas com recursos do FNO, representando 45,8% da meta de fiscalizações programadas para o período, correspondente a 7.246 operações. Do total das fiscalizações realizadas, 778 operações foram no âmbito do PRONAF (36,5% da meta programada), 1.988 operações de empreendimentos do setor rural/exceto PRONAF (59,4% do programado) e 553 operações dos demais setores, correspondendo a 31,3% da meta prevista (ver Quadro 14).

Quadro 14 Quantidade de Operações do FNO Fiscalizadas pelo Banco da Amazônia
1º Semestre de 2015

Setor	Situação		
	Programado (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Rural / PRONAF	2.130	778	36,5
Rural / Exceto PRONAF	3.348	1.988	59,4
Demais Setores	1.768	553	31,3
Total	7.246	3.319	45,8

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Os financiamentos identificados em situação irregular sofreram a imediata intervenção do Banco da Amazônia por meio de medidas corretivas, a exemplo da regularização dos contratos através de negociação amigável; exigência de implantação dos projetos na forma aprovada pelo Banco da Amazônia ou, caso a mudança não comprometa a viabilidade do projeto, alteração formal do mesmo; reposição ou substituição das garantias defraudadas e, em caso de não atendimento pelo cliente, início do processo de cobrança judicial e denúncia por crime de ação pública incondicionada.

7.13 Esforço para a Renegociação e Recuperação do Crédito

No 1º semestre de 2015, o Banco da Amazônia realizou a renegociação e recuperação de 2.924 operações de crédito do FNO, no valor total de R\$ 120,0 milhões. Os estados que apresentaram o melhor desempenho, tanto em termos de quantidade de operações e valores renegociados e recuperados, foram o Pará, com 1.433 operações (49,0%) e R\$ 57.370,5 milhões (47,8%), e Tocantins, com 618 operações (21,2%) e R\$ 35.887,5 milhões (29,9%). Juntos esses dois estados renegociaram e recuperaram 77,7% do total renegociado e recuperado no período (ver Quadro 15).

Quadro 15 Renegociação e Recuperação do Crédito do FNO

1º Semestre de 2015

Estado	Nº de Operações	%	Valor (R\$ Milhões)	%
Acre	235	8,0	6.240,7	5,2
Amapá	25	0,9	3.604,2	3,0
Amazonas	232	7,9	8.466,3	7,1
Pará	1.433	49,0	57.370,5	47,8
Rondônia	288	9,8	4.939,6	4,1
Roraima	93	3,2	3.476,4	2,9
Tocantins	618	21,2	35.887,5	29,9
Total	2.924	100,0	119.985,2	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

7.14 Minimização do Risco de Crédito

O Banco da Amazônia vem atuando atentamente na busca da redução do risco das operações de crédito realizadas no âmbito do FNO. Nesse sentido, tem implementado uma série de medidas visando intensificar o controle da inadimplência, mantendo-a em patamares aceitáveis pelo mercado, destacando-se a realização de intenso acompanhamento preventivo, incluindo visitas e fiscalizações a empreendimentos financiados; a renegociação de operações contratadas com recursos do PRONAF, baseada em normativos estabelecidos em legislação federal; a contratação de escritórios de cobrança terceirizada; a firmação de parcerias institucionais com o INCRA, sindicatos, federações e prefeituras municipais para auxiliar na recuperação de resarcimento de créditos inadimplidos; e o ajuizamento de cobranças cuja tentativa de negociação amigável se mostrou frustrada.

Como resultado do conjunto de medidas adotadas pelo Banco da Amazônia, com vistas à redução dos riscos de crédito, o índice de inadimplência do FNO alcançou, ao final do 1º semestre de 2015, o patamar de 3,1% (redução de 24,2% em relação a igual período de 2014, quando a inadimplência foi de 4,1%), sendo este o menor nível registrado comparativamente à inadimplência do 1º semestre de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

7.15 Repasse de Recursos para Outras Instituições Financeiras

O Banco da Amazônia continua envidando esforços para cumprir o disposto no artigo 9º da Lei nº 7.827/1989 e artigo 2º da Portaria nº 616/2003, que tratam sobre o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos administradores a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estando em processo de negociação a firmação de parceria para repasse de recursos do FNO com as seguintes instituições: Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FomenTO), Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB) e Banco do Estado do Pará (BANPARÁ).

7.16 Otimização do Resultado Financeiro

Ao encerramento do 1º semestre de 2015, o Patrimônio Líquido do FNO totalizou R\$ 19.812,9 milhões, correspondendo a um crescimento de 11,2% ao registrado no mesmo período de 2014, no valor de R\$ 17.824,6 milhões. O ativo circulante, onde se incluem as disponibilidades e as operações de crédito, atingiu R\$ 5.024,5 milhões, representando 86,3% do valor registrado no 1º semestre de 2014, correspondente a R\$ 5.819,5 milhões.

Foi registrado, também, ao final desse período contábil, no ativo do Balanço Patrimonial, disponibilidades do Fundo no valor de R\$ 2.025,2 milhões, significando uma retração de 36,4% em comparação às verificadas ao término do 1º semestre de 2014, no valor de R\$ 3.185,5 milhões. As demonstrações contábeis do FNO se encontram pormenorizadas no Anexo B deste Relatório.

7.17 Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO

Na aplicação dos recursos do FNO no 1º semestre de 2015, o Banco da Amazônia atendeu a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM para o exercício, através do Ato nº 25, de 15/08/2014, referendado pela Resolução nº 40, de 11/12/2014, na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional e das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU), de aperfeiçoar o acompanhamento quantitativo e qualitativo de cada diretriz e prioridade no atendimento aos recursos do Fundo (ver Quadro 16).

Quadro 16 Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO
1º Semestre de 2015

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado R\$ mi (A)	Realizado R\$ mi (B)	Indicador1		Avaliação 3	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
				$I_{\alpha} = \left(\frac{B}{A}\right) \times 100^2$	%		
1. Diretrizes							
a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3º da Lei nº 7.827/89, atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2009.	Financiamentos para todos os empreendimentos e setores produtivos privados da Região Norte	5.160,00	1.986,22	-	38,5%		Resultado do 1º semestre.
b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Inclusive, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional.	Financiamentos para os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, estagnados de média renda e dinâmicos de menor renda	3.667,73	1.488,96	-	40,6%		Resultado do 1º semestre.
c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais.	Contribuição do FNO para o incremento do salário e criação de novas oportunidades de trabalho	Não há metas para incremento do salário	-	-	-	-	A aplicação do FNO contribuiu para incremento de R\$ 1 bilhão na massa salarial.
d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safrá, Brasil Maior e Brasil Sem Miséria.	Financiamentos para agricultura familiar, turismo, cultura, micro e pequena empresa, microcrédito produtivo orientado e pesca e aquicultura	2.060,00	602,41	-	29,2%		Resultado do 1º semestre.
e) Elevar a qualificação da mão de obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local.	Quantidade de pessoal qualificado para operacionalização do Pronaf	Não há meta financeira para este item.	-	-	-	-	No 1º semestre de 2015 foram realizadas as seguintes ações: "Workshop Fluxo do PRONAF" e "Fluxo do PROI – Disseminação", com cargas horárias de 16 e 2 horas, respectivamente, envolvendo a qualificação de 1.145 empregados no total.
f) Disseminar a lógica de integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).	Financiamentos para indústria	402,00	185,95	-	46,3%	-	Resultado do 1º semestre.
g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reforestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade.	Financiamentos para florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade)	140,00	93,16	-	66,5%		Resultado do 1º semestre.
h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).	Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados em áreas de ZEEs	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNC projetos/empreendimentos localizados nas áreas de ZEE concluídos pelos estados, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
i) Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritários.	Financiamentos para projetos de inovação tecnológica	50,00	0,00	-	-	-	Não houve demanda.
j) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APLs) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO.	Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados no âmbito dos APLs	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNC projetos/empreendimentos no âmbito dos APLs, porém, há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
k) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais.	Financiamentos para o agronegócio regional (agricultura, pecuária e agroindústria)	1.630,00	960,40	-	58,9%		Resultado do 1º semestre.
l) Apoiar a nacionalização da produção de bens	Financiamentos para projetos/empreendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNC projetos/empreendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado R\$ mi (A)	Realizado R\$ mi (B)	Indicador ¹		Avaliação ³	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
				$I_A = \left(\frac{B}{A} \right) \times 100^2$	Valor %		
m) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais ⁽⁴⁾	Financiamentos para os agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, e empreendedores individuais ⁽⁴⁾	2.631,60	1.524,60	-	57,9%	-	Resultado do 1º semestre.
2. Prioridades Setoriais							
a) Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica.	Financiamentos para indústria	402,00	185,95	-	46,3%	-	Resultado do 1º semestre.
b) Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter intrarregional	Financiamentos para projetos de logística e infraestrutura de transporte	Não há meta financeira para este item.	0,00	-	-	-	Não houve demanda.
c) Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização.	Financiamentos para pesca e aquicultura	30,00	0,00	-	-	-	Não houve demanda.
d) Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares.	Financiamentos com recursos do FNO-Pronaf Mais Alimentos e FNO-Pronaf Floresta	Apenas o Pronaf-A tem metas de aplicação; as metas para as demais linhas são agrupadas	300,98	-	-	-	Resultado do 1º semestre.
e) Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional.	Financiamentos para agricultura familiar, pesca e aquicultura e agropecuária	2.295,00	1.145,04	-	49,9%	-	Resultado do 1º semestre.
f) Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água, esgotamento sanitário e obras em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)	Financiamentos para os projetos do PAC	Não há meta financeira para este item.	0,00	-	-	-	Não houve demanda.
g) Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	Financiamentos para os projetos do PAC	Não há meta financeira para este item	0,00	-	-	-	Não houve demanda.
h) Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização.	Financiamentos para os empreendimentos turísticos sustentáveis na região	120,00	37,85	-	31,5%	-	Resultado do 1º semestre.
i) Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos.	Financiamentos para projetos culturais	45,00	8,70	-	19,3%	-	Resultado do 1º semestre.
j) Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais.	Financiamentos para projetos florestais em áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas (operações florestais)	140,00	109,47	-	78,2%	-	Resultado do 1º semestre.
k) Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação.	Financiamento de projetos para inovação tecnológica	50,00	0,00	-	-	-	Resultado do 1º semestre.
l) Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional.	Financiamento de projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional	50,00	0,00	-	-	-	Resultado do 1º semestre.
m) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos.	Financiamentos para projetos de produção agrícola em áreas de reserva legal	Não há meta financeira para este item	0,00	-	-	-	Não houve demanda.
n) Projetos de reciclagens e resíduos.	Financiamentos para projetos de reciclagens e resíduos	Não há meta financeira para este item.	0,12	-	-	-	Resultado do 1º semestre.
o) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	1.347,79	498,22	-	37,0%	-	Resultado do 1º semestre.
p) Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço.	Financiamentos para as atividades de comércio e serviço	1.548,00	419,65	-	27,1%	-	Resultado do 1º semestre.

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado R\$ mi (A)	Realizado R\$ mi (B)	Indicador ¹		Avaliação ³	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
				$I_{\alpha} = \left(\frac{B}{A} \right) \times 100^2$	Valor %		
3. Prioridades Espaciais							
a) Projetos nos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	1.347,79	498,22	-	37,0%		Resultado do 1º semestre.
b) Projetos nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (exceto os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE), da Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado do Tocantins) e do Xingu.	Financiamentos para os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas da Região Norte pela PNDR	552,63	319,95	-	57,9%		Resultado do 1º semestre.
c) Projetos nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnados ou dinâmica.	Financiamentos para os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, estagnados de média renda e dinâmicos de menor renda	3.667,73	1.488,96	-	40,6%		Resultado do 1º semestre.

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO para 2015 / Sistema SIG-Controper

(1) Meta Atingida

(2) Valor dos Financiamentos Realizados dividido pelo Valor dos Financiamentos Programados, vezes 100.

(3) I) Até 50% = meta não atingida; II) a partir de 50% até 80% = meta parcialmente atingida; III) a partir de 80% até 99% = meta satisfatoriamente atingida; IV) 100% = meta atingida; e V) acima de 100% = meta superada.

(4) A meta corresponde ao mínimo de 51% do orçamento do FNO para 2015, de R\$ 5,16 bilhões para os beneficiários de menor porte.

7.18 Cumprimento das Recomendações do Parecer Conjunto Nº 95/2015/SFRI/SUDAM/MI

Em observância às recomendações contidas no Ato nº 26, de 29/07/2015, o qual aprova “*ad referendum*” o Relatório de Gestão do FNO, elaborado com base no Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO no Exercício de 2014, consubstanciado no Parecer Conjunto nº 95/2015/SFRI/SUDAM/MI, de 22/07/2015, o Banco da Amazônia adotou as providências contidas no Quadro 17, demonstrado a seguir.

Quadro 17 Cumprimento das Recomendações do Parecer Conjunto nº 95/2015/SFRI/SUDAM/MI

Plano de Providências

Recomendação	Providência Adotada ou a ser Implementada	Prazo Proposto	Situação Atual
I. Instituir plano para melhoria de gestão da cobrança das operações.	Conforme Anexo B – Plano de Providências.	31/12/215	Sem alteração.
II. Rever o planejamento para incrementar a atuação nos Estados de Roraima e Amapá.	Conforme Anexo B – Plano de Providências.	Permanente	Sem alteração.
III. Estabelecer metas para as agências e indutores de comportamento para atuar em todos os 450 Municípios da Região e em todos os setores prioritários.	Conforme Anexo B – Plano de Providências.	31/12/215	Sem alteração.

Fonte: Banco da Amazônia.

8. Impactos do FNO

8.1 Distribuição Espacial do FNO

Nesta seção apresentam-se as estimativas dos impactos macroeconômicos espaciais e setoriais do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), relativos aos valores contratados no primeiro semestre de 2015. Os resultados foram obtidos por meio do *software Amazonsis*¹, cuja base científica está respaldada nos modelos econômicos de insumo-produto.

No primeiro semestre de 2015, as contratações com recursos do FNO totalizaram R\$ 1,986 bilhão. Adotando o recorte de oito setores com base no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), constatou-se que o setor da agropecuária absorveu o maior volume de recursos, representando 50,9% do total, na sequência vem comércio e transportes com 17,3% e outras indústrias com 15,3% (ver Quadro 18).

Quadro 18 Distribuição do FNO por Setor

Classificação em oito Setores Produtivos – 1º Semestre de 2015

Setores	Valor Contratado (R\$ milhões)	%
Agropecuária	1.011,9	50,9
Extrativa mineral e fóssil	1,2	0,1
Agroindústria	92,1	4,6
Outras indústrias	303,9	15,3
Infraestrutura	16,9	0,8
Construção civil	72,5	3,6
Comércio e transportes	343,9	17,3
Serviços	143,8	7,2
Total	1.986,2	100,0

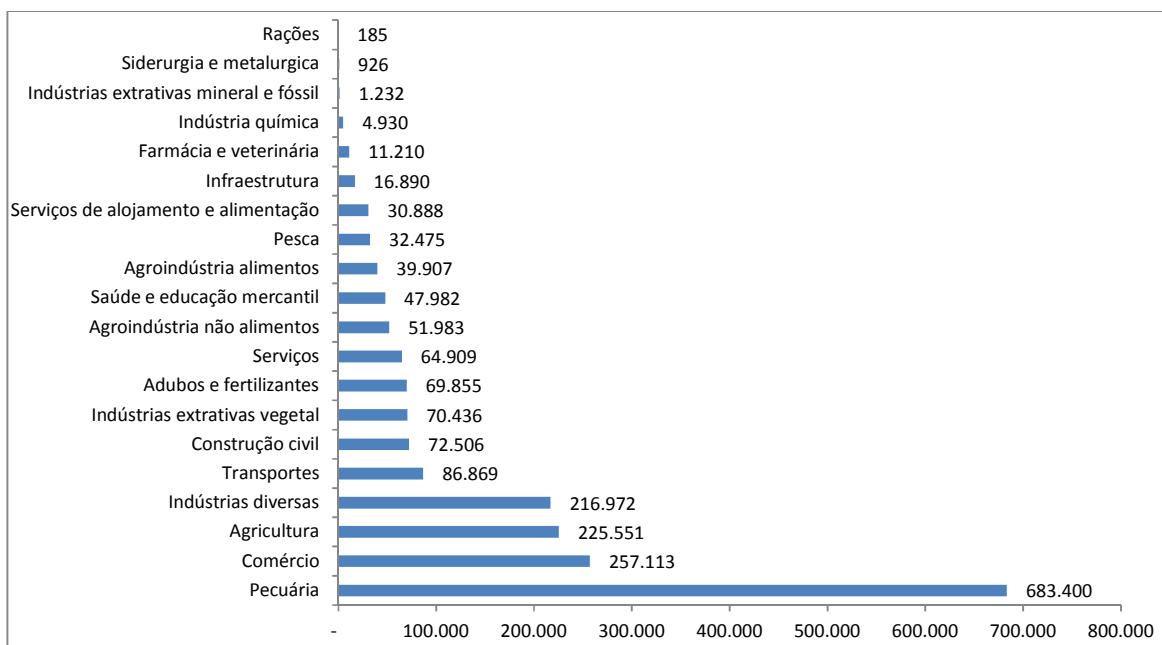
Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Efetuando a desagregação dos dados para 20 setores produtivos, constata-se que a maior parcela de recursos foi alocada no setor da pecuária com R\$ 683,4 milhões, seguido de comércio com R\$ 257,1 milhões. Na sequência vêm agricultura e indústrias diversas com R\$ 225,5 milhões e R\$ 216,9 milhões, respectivamente. Em conjunto, estes setores absorveram 69,6% dos recursos contratados no primeiro semestre de 2015 (ver Gráfico 9).

¹ Programa desenvolvido no âmbito do contrato entre o Banco da Amazônia e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPe/USP). Maiores detalhamentos sobre as características e especificações do modelo constam em GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. *Estrutura produtiva da Amazônia: uma análise de insumo-produto*. Belém: Banco da Amazônia, 2005.

Gráfico 9 Distribuição dos Recursos por 20 Setores Produtivos

1º Semestre de 2015 (em R\$ Mil)



Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Na distribuição por estado, observa-se maior alocação dos recursos do FNO nos estados do Pará (R\$ 673,8 milhões), seguido pelo Tocantins (R\$ 510,1 milhões), Rondônia (R\$ 489,7 milhões) e Amazonas (R\$ 157,7 milhões), absorvendo mais de 90% de todo crédito na Região. Já na distribuição dos setores por estado, observa-se que os financiamentos para a agropecuária foram mais expressivos em Tocantins (63%), Acre (55,2%), Pará (52,4%) e Rondônia (50,8%), enquanto que nos estados de Amazonas, Amapá e Roraima, houve predominância dos financiamentos em comércio e transportes, com 58%, 56,4% e 30,4%, respectivamente (ver Quadro 19).

Quadro 19 Distribuição do FNO por Setor e Estado

1º Semestre de 2015 (Em R\$ Milhões)

Setores	Acre		Amapá		Amazonas		Pará		Rondônia		Roraima		Tocantins	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agropecuária	54,9	55,2	5,2	14,6	20,9	13,2	352,9	52,4	248,9	50,8	7,4	37,2	321,6	63,0
Extrativa Min. e Fóssil	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,09	0,0	0,9	0,2	0,0	0,0	0,05	0,0
Agroindústria	1,2	1,2	8,3	23,3	6,9	4,4	13,3	2,0	59,3	12,1	0,1	0,6	3,0	0,6
Outras Indústrias	9,1	9,1	1,3	3,7	21,4	13,6	116,3	17,3	68,1	13,9	2,5	12,5	85,3	16,7
Infraestrutura	1,1	1,1	0,02	0,0	2,7	1,7	4,5	0,7	7,5	1,5	0,02	0,1	1,0	0,2
Construção Civil	4,4	4,5	0,2	0,6	1,8	1,1	21,8	3,2	29,0	5,9	0,7	3,6	14,5	2,9
Comércio e Transp.	17,8	17,9	20,1	56,4	91,4	58,0	120,6	17,8	42,7	8,7	6,0	30,4	45,3	8,9
Serviços	10,8	10,8	0,5	1,4	12,6	8,0	44,3	6,6	33,3	6,9	3,1	15,6	39,3	7,7
Total	99,5	100,0	35,6	100,0	157,7	100,0	673,8	100,0	489,7	100,0	19,8	100,0	510,1	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

8.2 Estimativa dos Benefícios Macroeconômicos do FNO

As aplicações do FNO, no primeiro semestre de 2015, geraram benefícios macroeconômicos para a Região Norte, estimando expectativa de incremento de R\$ 8.948 milhões no Produto Interno Bruto (PIB) e de R\$ 17.504 milhões no Valor Bruto da Produção (VBP). Os setores que mais contribuíram para o aumento estimado do PIB na Região foram agropecuária (25,3%), serviços (21,2%), outras indústrias (19,4%) e comércio e transportes (12,7%). A agropecuária (23,8%) e outras indústrias (23,2%) também contribuíram para o incremento estimado do VBP regional (ver Quadro 20).

Estima-se, ainda, que os investimentos realizados no período proporcionem incremento de R\$ 1.699 milhões na massa salarial e de R\$ 2.540 milhões em tributos, contribuindo também para a geração/manutenção de 310.757 empregos, impulsionado, principalmente, pelos setores da agropecuária, comércio e transporte e serviços.

Quadro 20 Estimativas de Impactos das Aplicações do FNO em Oito Setores

1º Semestre de 2015 (em R\$ Milhões, exceto Emprego)

Setores	PIB	%	VBP	%	Tributos	%	Salários	%	Empregos	%
Agropecuária	2.265,2	25,3	4.171,4	23,8	270,5	10,6	224,6	13,2	154.519	49,7
Extrativa min. e fóssil	259,0	2,9	352,7	2,0	27,5	1,1	10,7	0,6	364	0,1
Agroindústria	943,1	10,5	2.618,9	15,0	540,8	21,3	166,9	9,8	18.765	6,0
Outras indústrias	1.739,0	19,4	4.053,8	23,2	806,7	31,7	259,3	15,3	7.759	2,5
Infraestrutura	587,4	6,6	983,4	5,6	275,4	10,8	98,2	5,8	1.445	0,5
Construção civil	127,2	1,4	236,9	1,4	21,6	0,9	11,6	0,7	2.048	0,7
Comércio e transp.	1.134,4	12,7	2.565,6	14,7	321,4	12,6	420,3	24,7	65.854	21,2
Serviços	1.892,4	21,2	2.521,4	14,4	277,0	10,9	508,4	29,9	60.003	19,3
Total	8.947,7	100,0	17.504,1	100,0	2.541,0	100,0	1.699,9	100,0	310.757	100,0

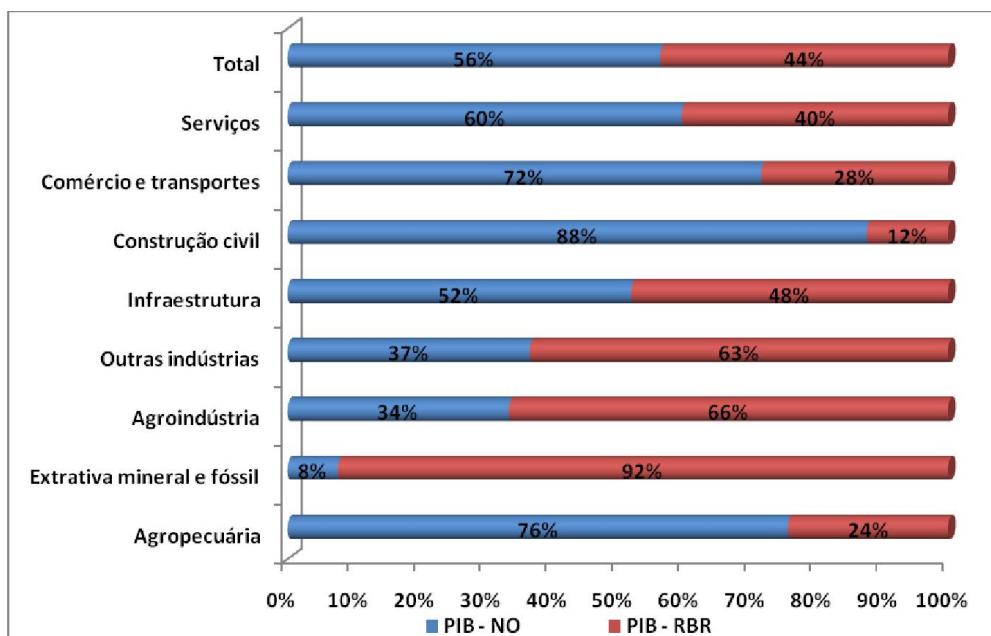
Fonte: Banco da Amazônia / software Amazonsis, 2015.

Os Gráficos 10 a 14 mostram, em percentuais, a distribuição dos impactos macroeconômicos em termos inter-regionais, destacando aqueles que são internalizados na Região Norte daqueles apropriados pelo resto do Brasil.

As variáveis PIB e VBP mostram que mais de 50% do incremento total será apropriado pela própria Região. Os setores que mais contribuem para este resultado são os da construção civil, comércio e transporte e agropecuária (ver Gráficos 10 e 11).

Gráfico 10 Distribuição Inter-Regional dos Impactos no PIB

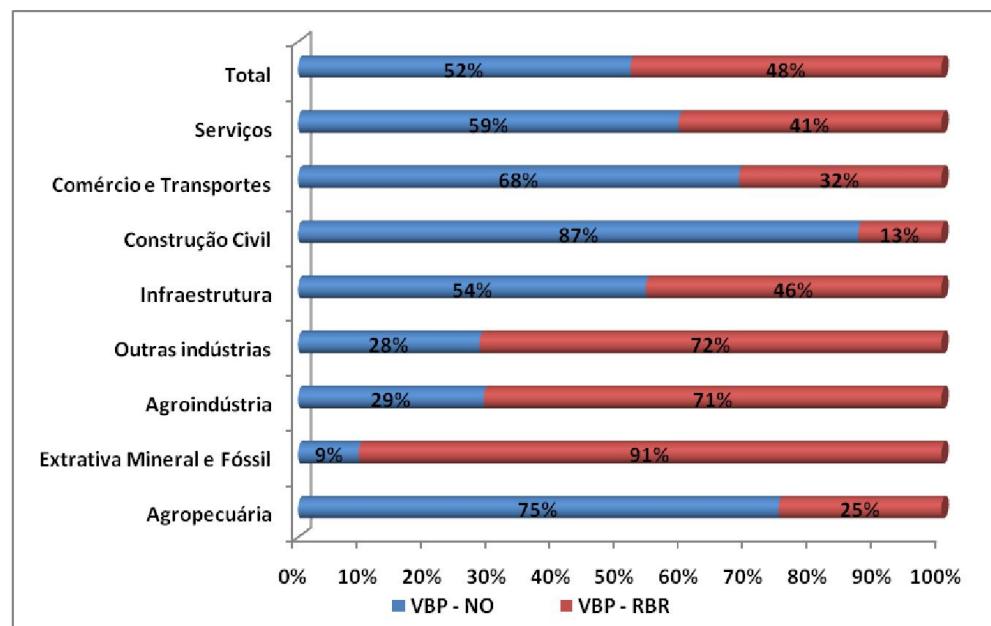
1º Semestre de 2015



Fonte: Banco da Amazônia / software Amazonesis, 2015.

Gráfico 11 Distribuição Inter-Regional dos Impactos no VBP

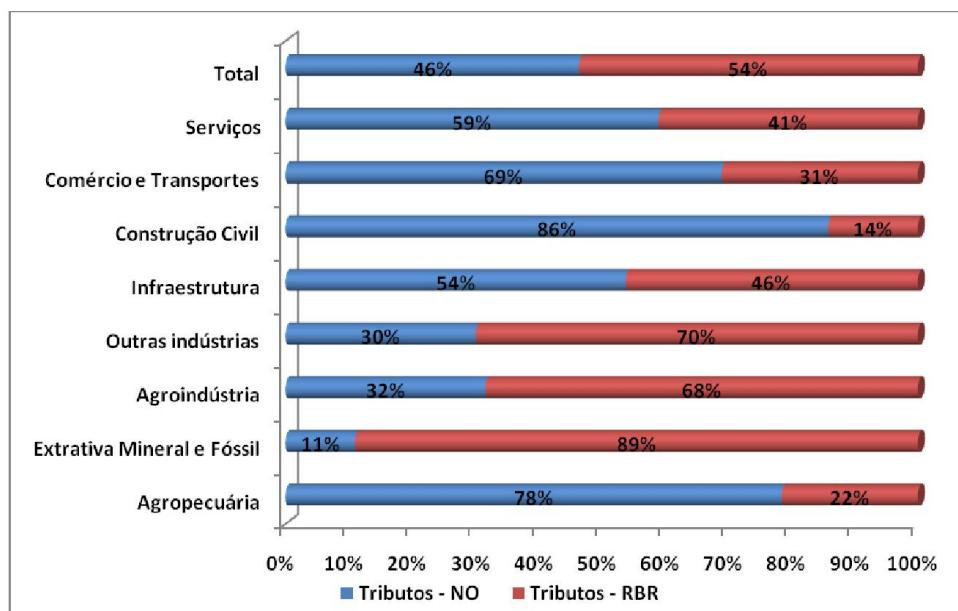
1º Semestre de 2015



Fonte: Banco da Amazônia / software Amazonesis, 2015.

Com relação à variável tributo, os maiores impactos internos são atribuídos à construção civil (86%), agropecuária (78%) e comércio e transportes (69%). Em termos de evasão, ou seja, tributo pago ao resto do Brasil, os setores com maior magnitude foram extrativa mineral e fóssil (89%) e outras indústrias (70%). Isto se deve, principalmente, a dependência com relação a máquinas e equipamentos de outras regiões do país (ver Gráfico 12).

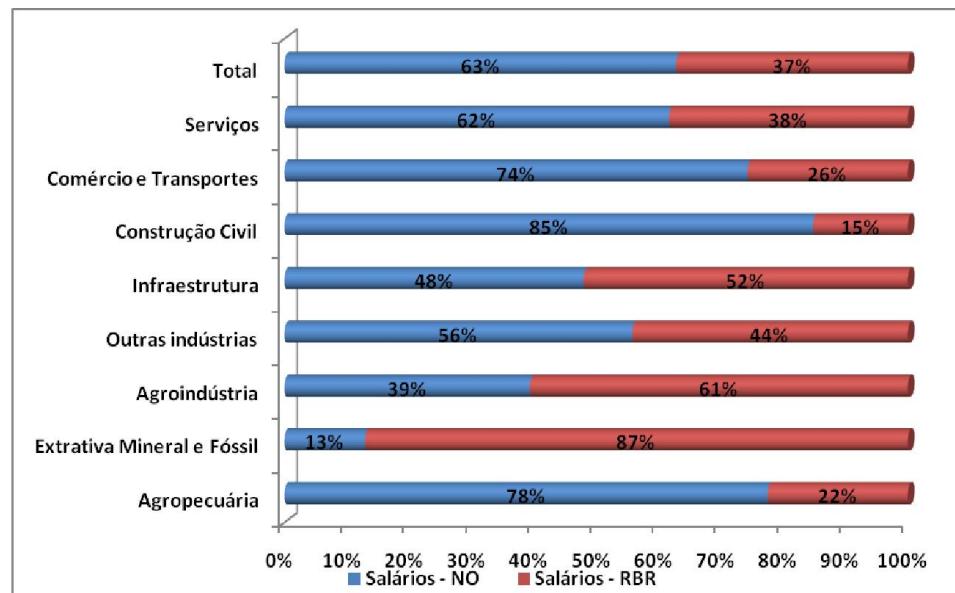
Gráfico 12 Distribuição Inter-Regional dos Tributos Gerados por Setor Econômico
1º Semestre de 2015



Fonte: Banco da Amazônia / software Amazonesis, 2015.

Já o incremento interno na massa salarial foi fortemente influenciado pelos setores da construção civil (85%), agropecuária (78%) e comércio e transportes (74%). Já extração mineral e fóssil (87%) e agroindústria (61%) são os segmentos com maior significância no incremento do salário no resto do Brasil (ver Gráfico 13).

Gráfico 13 Distribuição Inter-Regional na Geração de Salários
1º Semestre de 2015

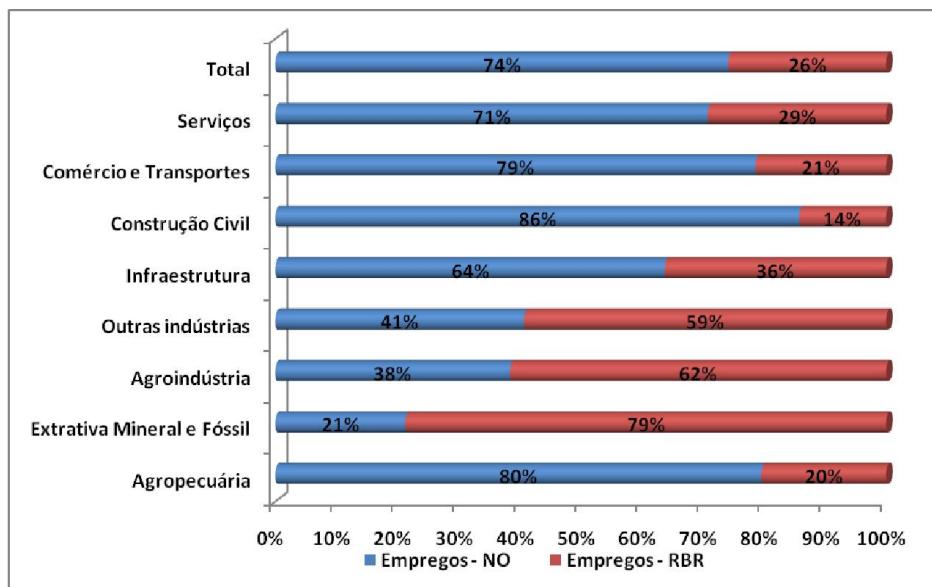


Fonte: Banco da Amazônia / software Amazonesis, 2015.

Quanto à variável emprego estima-se a geração/manutenção de 310.757 ocupações de mão de obra. Os maiores destaques foram para a agropecuária (49,7%), comércio e transportes (21,2%) e serviços (19,3%) (ver Quadro 20). O maior impacto em termos de internalização se verifica na construção civil (86%), agropecuária (80%), comércio e transporte (79%) e serviços (71%). Em termos globais, para cada 100 ocupações viabilizadas pelos financiamentos do FNO, 74 são geradas na própria Região (ver Gráfico 14).

Gráfico 14 Distribuição Inter-Regional nos Empregos Gerados

1º Semestre de 2015



Fonte: Banco da Amazônia / software Amazonsis, 2015

Os valores a seguir sintetizam as estimativas de impactos a serem gerados com a aplicação dos recursos do FNO no primeiro semestre de 2015.

Efeitos sobre toda a economia

Valor contratado (FNO) R\$ 1.986,2	↑ PIB	R\$ 8.948 milhões
	↑ VBP	R\$ 17.504 milhões
	↑ Tributos	R\$ 2.541 milhões
	↑ Salários	R\$ 1.699 milhões
	↑ Postos de trabalho	310.757 empregos

8.3 Avaliação da Evolução do Emprego Através do Método *Propensity Score Matching*

Nesta seção será apresentada uma comparação, por meio de análise descritiva, dos resultados alcançados entre as empresas beneficiadas e não beneficiadas com os financiamentos dos recursos do FNO, considerando uma série temporal de dez anos.

Em relação à qualificação dos trabalhadores, observa-se que já no início da série (ano 2000) o percentual de trabalhadores analfabetos nas empresas beneficiárias do FNO (2,31%) era menor que nas empresas não beneficiárias (4,28%). Decorridos dez anos, constata-se que houve uma redução mais acentuada na participação de analfabetos na força de trabalho das empresas beneficiárias (0,98%) do que nas não beneficiárias do Fundo (3,13%) (ver Quadro 21).

Quadro 21 **Grau de Instrução dos Trabalhadores (%)**

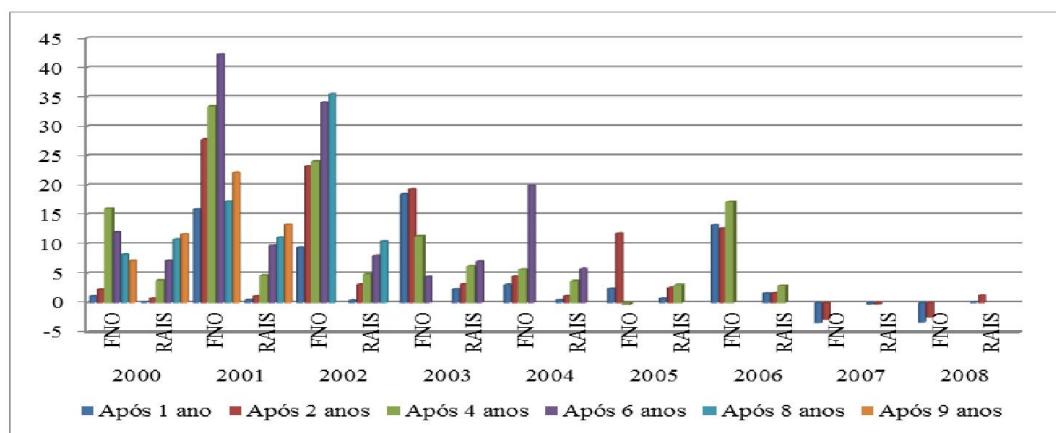
Percentual de Trabalhadores	2000		2010	
	FNO	RAIS	FNO	RAIS
Analfabetos	2,31	4,28	0,98	3,13
Até a 4ª Série	25,96	35,38	8,25	23,94
Até a 9ª Série	52,16	44,59	55,36	44,73
Ensino Médio	18,61	14,20	17,53	16,03
Ensino Superior	0,96	1,53	11,80	8,98

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

No outro extremo do nível de qualificação, nota-se que houve um aumento significativo na participação de profissionais com nível superior entre os trabalhadores das empresas beneficiadas com financiamento do FNO, passando de 0,96% em 2000 para 11,80% em 2010. A título de comparação, no mesmo período a participação de trabalhadores graduados nas empresas não apoiadas pelo Fundo passou de 1,53% para 8,98%.

No que concerne à geração de empregos, as empresas financiadas pelo FNO possuem maior poder para gerá-los em comparação às empresas não financiadas. Em todos os anos observados, nas empresas não financiadas percebe-se que à medida que o tempo passa essas empresas tendem a aumentar o seu número de empregados em escala exponencial (efeito escala). Já nas empresas financiadas pelo Fundo, o efeito escala ocorre de forma antecipada e concentrada até o quarto e sexto anos de financiamento, ou seja, nas empresas beneficiadas com o crédito do FNO o processo de geração de emprego ocorre mais rapidamente que nas empresas não beneficiadas (ver Gráfico 15).

Gráfico 15 Variação Média no Estoque de Emprego para as Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Ano-Base e Período de Tempo / 2000-2008



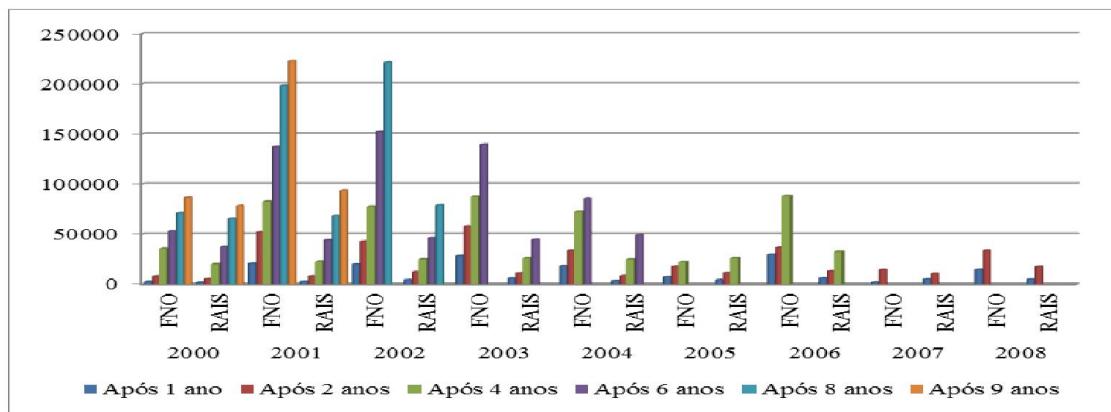
Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impacts do FNO, Livro 5

Pode-se notar, portanto, que o efeito do financiamento do FNO possui maior intensidade no médio prazo. Um destaque importante são os anos-base de 2001 e 2002. Foi a partir desses anos, que se observou o maior impacto de geração de empregos das empresas beneficiadas pelo Fundo.

No ano de 2001, quatro anos após, foram gerados mais de 30 empregos, chegando a mais de 40 para seis anos depois. Em 2002, após seis e oito anos, a média de empregos gerados foi próxima a 35 trabalhadores por empresa. Para as empresas não beneficiadas, no mesmo período, a média de empregados aumentou em 10 trabalhadores, ou seja, foi entre três e quatro vezes menor, se comparada às das empresas beneficiadas pelo FNO.

Outra importante análise a ser observada é o comportamento do padrão de crescimento da média da massa salarial ao longo dos anos, onde se constata aumento de escala na variação média da massa salarial (ver Gráfico 16).

Gráfico 16 Variação Média na Massa Salarial para as Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Ano-Base e Período de Tempo / 2000-2008 (R\$ 1,00)

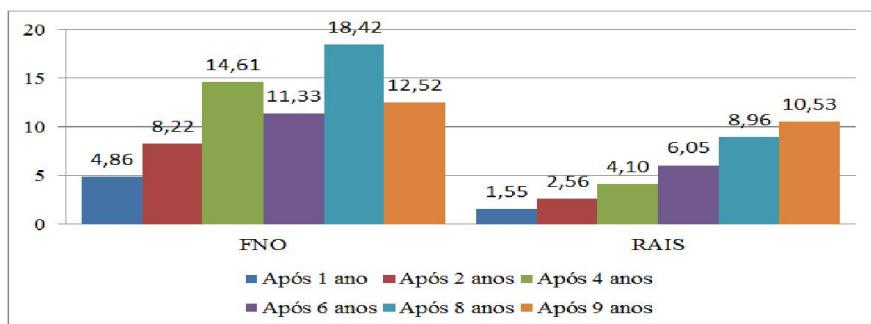


Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impacts do FNO, Livro 5

Assim como, para a variável emprego, os anos-base de 2001 e 2002 foram os que apresentaram melhor desempenho em aumento do total de salários das empresas. Para as empresas que receberam financiamento do FNO, em 2001, o aumento da massa salarial foi de quase dez vezes, em nove anos, chegando ao volume médio de R\$ 200,0 mil por empresa. Já nas empresas que não receberam o crédito do FNO, a média da massa salarial ficou abaixo dos R\$ 100,0 mil. Tal como ocorrido para o estoque de emprego, a massa salarial paga pelas empresas beneficiárias do FNO foi superior, em todos os anos-base, àquelas pagas pelas empresas não beneficiárias do Fundo.

Analizado os dados de todos os anos-base, de forma agregada, observa-se que para todos os intervalos de tempo as empresas beneficiárias do FNO aumentaram de forma mais significativa seu estoque de empregos que às empresas não contempladas com o financiamento do Fundo. Pode-se destacar o desempenho observado após oito anos da obtenção do financiamento, período em que as empresas contempladas contrataram, em média, mais que o dobro de profissionais contratados pelas empresas que não realizaram operações com recursos do FNO (ver Gráfico 17).

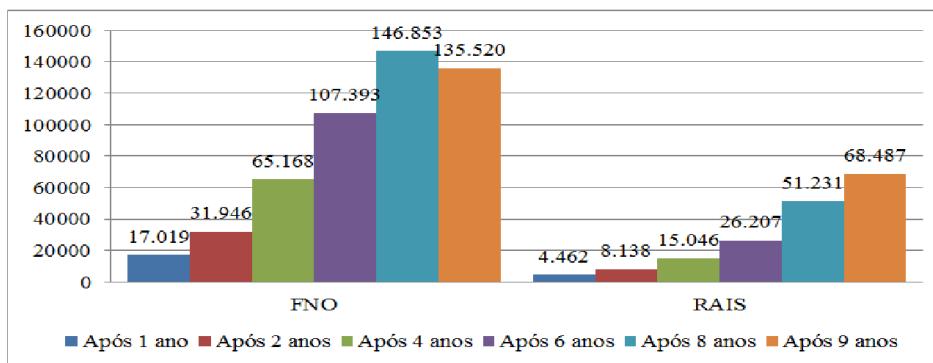
Gráfico 17 Variação Média do Estoque de Emprego para Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Anos-Base Agregados (Nº de Empregados)



Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Pode-se observar, também, diferencial expressivo de desempenho quando comparados o crescimento médio da massa salarial das empresas financiadas com o das empresas não financiadas com o FNO nos dados agregados (ver Gráfico 18).

Gráfico 18 Variação Média na Massa Salarial para Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Anos-Base Agregados (R\$ 1,00)



Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Após nove anos, observa-se que as empresas financiadas pelo FNO conseguem aumentar sua massa salarial média em R\$ 135,5 mil, enquanto as não financiadas aumentaram em R\$ 68,5 mil. Considerando-se o período de oito anos após a contratação da operação a diferença chega a ser favorável às empresas financiadas na ordem de R\$ 146,9 mil contra R\$ 51,2 mil.

A partir das informações observadas nas análises descritivas, onde ficou nítida a maior capacidade de geração de emprego e renda das empresas financiadas com recursos do FNO, faz-se necessário saber se essas evidências de diferenciais de desempenho são estatisticamente significantes quando se consideram as diferentes características das empresas financiadas e não financiadas pelo Fundo, ou seja, é necessário analisar o impacto do financiamento nos desempenhos a partir do modelo de *matching com propensity score*.

O Quadro 22, demonstrado a seguir, apresenta os impactos médios do FNO no crescimento do estoque de empregos para um, dois, quatro, seis, oito e nove anos após a obtenção de financiamento com recursos do Fundo. As primeiras duas linhas apresentam a média do número de empregados, tanto para as empresas financiadas pelo FNO quanto para as empresas não financiadas. A linha “sem controle” mostra a diferença simples entre as médias do número de empregos entre as empresas beneficiadas e não beneficiadas, sem considerar a aplicação do *propensity score*. Já as linhas seguintes apresentam essas diferenças empregando-se o *propensity score* com estratificação e Kernel.

Quadro 22 Impacto do FNO no Crescimento do Estoque de Emprego Agregado
(Nº de Empregados/Empresa)

Tipo de Empresa	Média da Variação do Emprego por Ano e (Pós-FNO)						Tipo de Empresa
	1 ano	2 anos	4 anos	6 anos	8 anos	9 anos	
Média Empresas Financiadas pelo FNO	4,87	8,22	14,61	11,33	18,41	12,52	
Média Empresas Não Financiadas pelo FNO	1,55	2,56	4,09	6,04	8,96	10,53	
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego							
Sem Controle	3,31**	5,66*	10,52***	5,29	9,46	1,99	
Propensity Score (Estratificação)	2,54	4,42*	6,97	1,57	6,01	-2,06	
Propensity Score (Kernel)	2,04	3,67	5,43	0,63	3,89	-5,58	

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

***Significativo a 1%; **significativo a 5%; *significativo a 10%

De maneira geral, observa-se, que durante quase todo o intervalo temporal de análise, as empresas financiadas aumentaram de forma mais intensiva seu número de empregados contratados. Entretanto, esses resultados apresentaram pouca significância estatística, com exceção do impacto no curto prazo, onde as empresas beneficiadas com o FNO contrataram, em média, 4,42 trabalhadores a mais que aquelas não beneficiadas, após o segundo ano de recebimento do financiamento.

Em contrapartida a esse fato, constata-se, que os resultados referentes entre a diferença da variação na massa salarial paga pelas empresas beneficiárias e não beneficiária do FNO são estatisticamente significativos quase na totalidade dos casos. Observa-se que as empresas contempladas pelo FNO reajustaram de forma mais intensiva suas folhas salariais (ver Quadro 23).

Quadro 23 Impacto do FNO na Massa Salarial Agregada (R\$/Empresa)

Tipo de Empresa	Nº de Observações e Média da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Empresa (Pós-FNO)					
	1 ano	2 anos	4 anos	6 anos	8 anos	9 anos
Média Empresas Financiadas pelo FNO	17.018,62	31.945,54	65.167,88	10.7393,2	146.852,6	135.519,8
Média Empresas Não Financiadas pelo FNO	4.462,393	8.137,906	15.046,16	26.207,25	51.230,85	68.486,68
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego						
Sem Controle	12.556,11***	23.807,6**	50.121,72***	81.185,97***	95.621,79***	67.033,09
Propensity Score (Estratificação)	10.662,37***	20.830,62***	41.743,76***	69.595,88***	79.886,03***	48.055,62
Propensity Score (Kernel)	9.444,73***	19.323,43***	37.927,01***	66.444,62	71.959,36**	34.119,1

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

***Significativo a 1%; **significativo a 5%; *significativo a 10%

Já no primeiro ano após a contratação do crédito, as empresas financiadas pelo FNO ampliam, em média, sua folha de pagamentos em R\$ 10,0 mil a mais que as empresas não beneficiárias com recursos do Fundo. Ao longo do tempo, essa diferença vai aumentando exponencialmente, chegando a quase R\$ 80,0 mil após oito anos.

Esse efeito evidencia que apesar de não ficar estatisticamente comprovado, nos anos-base agregados, o aumento do estoque de emprego, observa-se de forma muito clara aumento nos salários dos trabalhadores. Os impactos no crescimento da massa salarial são importantes, pois representam diretamente o acréscimo da renda das famílias da Região gerado pelo financiamento².

8.4 Avaliação com Base no Modelo de Equilíbrio Geral

Os setores contemplados com recursos do FNO necessitam contratar recursos produtivos (mão de obra e serviços de capital) e adquirir insumos para ampliar o valor da produção em igual montante ao dos recursos recebidos. Isso significa um aumento na demanda por insumos intermediários de outros setores da economia, que tendem a reagir ampliando sua produção para atender a esse aumento da demanda, bem como por fatores primários de produção, como capital e trabalho. O maior emprego de mão de obra e capital determina um incremento na procura por esses recursos, que devem observar aumentos em suas remunerações e reduções no seu desemprego.

² Para maiores detalhes sobre os impactos do FNO sobre os empregos e salários, ver o livro 5 da série Impactos do FNO.

Por outro lado, o aumento no valor da produção, advindo do emprego dos recursos do FNO, possibilita o aumento na oferta daqueles setores contemplados pelo Fundo. Dessa forma, espera-se queda no preço desses bens para os setores demandantes de insumos e consumidores finais e aumento nos fluxos de vendas estaduais, interregionais e externas.

O Quadro 24, a seguir, apresenta os impactos do FNO sobre o valor da produção setorial nos estados da Região Norte, em termos percentuais, a partir da aplicação dos recursos do FNO no período entre 2001 e 2014.

Quadro 24 **Impactos do FNO sobre o Valor da Produção Setorial (%)**

Setor	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	RBR
Soja	0,6	-	-	27,1	22,1	-	55,2	-0,1
Milho	7,2	0,6	8,0	1,1	0,2	0,7	5,5	0
Fruticultura	20,8	39,1	28,7	2,8	3,7	0,3	5,3	-0,2
Outros Agropecuários	8,8	0,2	2,3	0,8	0,8	0,6	2,3	0
Bovinocultura	11	1,1	4,8	8,6	4,1	0,7	7,5	-0,2
Florestal	13,8	0,8	0,1	1,1	4,4	-	19,5	-0,2
Energia	2,3	0,9	0,7	0,8	56,3	0,5	-	0
Mecânica e Elétrica	3,6	1,2	0,1	4,8	3,3	1,6	19,4	0
Madeira e Mobiliário	1,1	6,9	0	0,2	0,5	1,7	11,6	0
Celulose, Papel e Gráfica	1,8	1,1	1,1	0,3	6,0	1,0	28,7	0
Agroindústria Vegetal	2,5	1,8	0,6	1,3	0,1	0,8	0,6	0
Agroindústria Animal	1,5	1,1	1,8	0,5	0	0,8	0,1	0
Abate de Bovinos	-	-	1,7	8,5	0	0,7	4,1	-0,1
Outras Manufaturas	23	3,5	0,7	1,0	17,1	6,4	10,1	0
Comércio	0,3	0,6	0,8	0,5	5,3	0	0,4	0
Transporte	1,0	0,9	0,2	0,8	0	0,5	0,7	0
Outros Serviços	1,0	0,8	0,6	1,2	0,9	0,6	0,8	0

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Conforme descrito, é possível observar que o crédito do FNO promoveu a expansão da produção em todos os setores e estados da Região Norte. Em alguns setores houve expansão muito pronunciada na produção, como soja no Tocantins (55,2%), fruticultura no Amapá (39,1%) e no Amazonas (28,7%) e energia em Rondônia (56,3%). No resto do Brasil o modelo revelou mudanças setoriais modestas em termos relativos, com ligeira queda na produção em alguns dos setores mais estimulados pelo FNO na Região Norte, como os da soja, fruticultura, bovinocultura, energia e abate de bovinos.

Os resultados negativos sobre a produção do resto do Brasil indicam que os aumentos nas ofertas da Região Norte, proporcionados pelos investimentos mais elevados do FNO, competem com o restante da produção do país, sendo capaz de substituir a compra desses bens com origem no resto do Brasil e destinados à Região, com deslocamento do eixo de produção. O comportamento dos preços dos bens e serviços reflete essa alteração na estrutura de produção dos diversos setores.

O Quadro 25, abaixo, demonstra que o preço dos produtos da maioria dos setores analisados sofreu redução percentual, em função do aumento na oferta dos bens e serviços, evidenciando o potencial do FNO como instrumento acessório de controle de preços via elevação da oferta. Isso pode ser verificado para os setores de fruticultura, bovinocultura, abate de bovinos e outras manufaturas em todos os estados.

Nota-se, também, a queda de preço nas agroindústrias que processam produtos de origem vegetal nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Tocantins e animal nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, induzido tanto pela expansão da oferta de matéria-prima quanto pelos investimentos diretos do FNO, dado que esses investimentos estimulam a ampliação da produção nesses setores e a oferta de matéria-prima, em função do aumento na atividade produtiva do setor primário.

Quadro 25 **Impactos do FNO sobre os Preços dos Bens e Serviços (%)**

Setor	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	RBR
Soja	0	0	-2,9	-18	-7,3	0	-5,9	0
Milho	-0,4	0	-0,5	0	-1,8	0	-0,4	0
Fruticultura	-3,5	-4,5	-2,7	-1,2	-3,1	-0,6	-1,3	0
Outros Agropecuários	-0,9	0	-0,2	-0,1	-2,2	-0,1	-0,3	0
Bovinocultura	-3,4	-0,3	-1,3	-2,8	-3,6	-0,8	-2	0
Florestal	-1,5	0	-0,3	-0,3	-2,4	-0,2	-6,9	0
Energia	0	0	-0,1	0,1	-10,9	0	0,1	0
Mecânica e Elétrica	-0,3	0	0	-0,4	-2,3	-0,1	-1,6	0
Madeira e Mobiliário	0	-0,5	0	0	-2	-0,1	-0,8	0
Celulose, Papel e Gráfica	0	0	0	0,1	-2,7	0	-2,4	0
Agroindústria Vegetal	-0,1	-0,1	0	0	-2,6	0	-0,1	0
Agroindústria Animal	-0,1	0	-0,1	0	-2,2	-0,1	0	0
Abate de Bovinos	-0,4	-0,2	-0,6	-1,5	-2,7	-0,4	-1	-0,1
Outras Manufaturas	-2,4	-0,5	0	0	-3,4	-0,6	-0,5	0
Comércio	0,1	0	-0,1	0	-3,7	0	0	0
Transporte	0,2	0	0	0,1	-2,8	0	0,1	0
Outros Serviços	0,2	0	0	0,1	4,4	0	0,2	0

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Em quase todos os casos em que houve aumento de preços na Região Norte, os desembolsos do Fundo contribuíram pouco para isso, geralmente em nível inferior a 0,5% em um ano. A exceção ficou por conta do setor de serviços, que por suas características tende a apresentar expansão sempre que há elevação na renda da população, além do fato de serem pouco sensíveis às substituições. As razões para o aumento dos preços desses produtos estão relacionadas com o aumento da demanda por mão de obra utilizada para atender o aumento da produção. As mudanças em preços no resto do Brasil por conta das aplicações do FNO na Região Norte são inexpressivas, apesar de positivas majoritariamente.

8.5 Análise Conclusiva dos Impactos do FNO

Conforme se observa, os investimentos financiados com recursos do FNO impactaram de forma muito positiva na economia regional e nacional. A concessão de créditos de fomento promove elevação do produto, renda, salários e arrecadação de tributos nas regiões onde se efetivam os investimentos, assim como, em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos, através do efeito transbordamento.

No 1º semestre de 2015, o Banco da Amazônia aplicou R\$ 1.986,2 milhões do FNO, que, através de seus efeitos multiplicadores, possuem potencial para incrementar R\$ 17.504 milhões no Valor Bruto da Produção (VBP) regional e promover a expansão do PIB da Região Norte em R\$ 8.948 milhões. O crédito do FNO também traz retornos significativos para as contas públicas, uma vez que o valor estimado de tributos oriundos dos negócios (compras/vendas/contratações) necessários para implementar os projetos financiados, correspondente a R\$ 2.541 milhões, supera o valor aplicado pelo Fundo.

A qualidade de vida dos trabalhadores, também, foi positivamente afetada pelos financiamentos do FNO concedidos pelo Banco da Amazônia, uma vez que a massa salarial teve incremento de R\$ 1.699 milhões. Estima-se, ainda, que os projetos financiados possibilitaram a geração/manutenção de 310.757 postos de trabalho diretos, indiretos ou induzidos.

Os números alcançados, pelo FNO no 1º semestre de 2015, ratificam a importância do Fundo como principal instrumento econômico-financeiro propulsor do desenvolvimento regional sustentável, bem como o papel do Banco da Amazônia como agente executor das políticas, planos e programas do Governo Federal voltados para a Região Amazônica.

9. Avaliação do FNO

9.1 Avaliação do Desempenho Acumulado

Ao longo de duas décadas e meia de operacionalização do FNO pelo Banco da Amazônia, foram contratadas 641.395 operações de crédito, injetando na economia regional R\$ 34.228,5 milhões. Do total das operações contratadas, 609.342 (95,0%) contemplaram empreendimentos do setor rural, sendo a maior parte contratações em apoio à agricultura de base familiar (455.807 operações), evidenciando a preocupação do Banco da Amazônia no sentido de atender prioritariamente os beneficiários de menor porte. Já os empreendimentos dos demais setores foram contemplados com 32.053 operações (5,0%).

Em termos de valores financiados, os segmentos produtivos do setor rural absorveram R\$ 16.917,0 milhões (49,4% do total financiado) enquanto os segmentos dos demais setores contrataram R\$ 17.311,5 milhões (50,6% da demanda global). Esses números demonstram que na gestão do FNO o Banco da Amazônia tem procurado alocar os recursos de forma equilibrada entre os setores da economia regional (ver Quadro 26).

Quadro 26 Contratações Acumuladas do FNO
Período 1989 ao 1º Semestre de 2015

Setor	Nº de Operações	%	Valor (R\$ Milhões)	%
Rural	609.342	95,0	16.917,0	49,4
▪ Agricultura Familiar	455.807	74,8	5.598,9	33,1
▪ Demais Segmentos	153.535	25,2	11.318,1	66,9
Demais Setores	32.053	5,0	17.311,5	50,6
Total	641.395	100,0	34.228,5	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Apesar do desempenho satisfatório na gestão dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia tem plena consciência que ainda há espaço para a expansão dos financiamentos do Fundo, considerando as imensas potencialidades e oportunidades existentes na Região. No entanto, paralelamente existem, também, algumas necessidades, especialmente de natureza infraestrutural (portanto, fora da competência institucional do Banco da Amazônia), que precisam ser atendidas para que o crédito do FNO não apenas contemple todos os municípios que compõem a base político-institucional da Região Norte, fato que já é uma realidade, mas também, possibilite a redução mais acentuada das desigualdades intra e interregionais, do êxodo rural, da pobreza extrema e dos níveis de desemprego mediante a criação de mais oportunidades de trabalho no campo e nas cidades.

9.2 Avaliação Através dos Indicadores de Eficácia, Efetividade e Eficiência

O Quadro 27, demonstrado a seguir, apresenta uma síntese de alguns indicadores de eficácia, efetividade e eficiência na aplicação do FNO no 1º semestre de 2015. São indicadores que medem o desempenho quantitativo do Fundo, em termos de geração de emprego e renda, crescimento do PIB regional e outros indicadores macroeconômicos, bem como no cumprimento das diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM, em consonância com a PNDR e demais políticas públicas voltadas para a Região.

Quadro 27 Indicadores de Eficácia, Efetividade e Eficiência do FNO
1º Semestre de 2015

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta 2015	Resultado 1º Sem/2015	Realizado
1. Índice de Consecução de Metas (ICM)	Indicador que mede o índice percentual de consecução das metas programadas para o exercício por estado, setor, programas de financiamento, atividades econômicas, mesorregiões diferenciadas e pelas tipologias da PNDR (em %).	$ICM_n = \left(\frac{V_R}{V_p} \right) \times 100$ Onde: V_R é o valor realizado; V_p é o valor programado; e n é o estado, setor, programa, atividade, mesorregião ou tipologias da PNDR.	Ver Item 6.2 Quadros 8 a 11	Ver Item 6.2 – Quadros 8 a 11	Ver Item 6.2 Quadros 8 a 11
2. Comparativo do Resultado da Programação Orçamentária (CPO)	Indicador que estabelece o comparativo percentual entre os valores da programação orçamentária previstos e os efetivamente realizados, para fins de verificação de desempenho (em %).	$CPO_n = \left(\frac{V_R}{V_p} \right) \times 100$ Onde: V_R é o valor realizado; V_p é o valor programado; e n é o item orçamentário.	Ver Item 6.3.3 Quadro 11	Ver Item 6.3.3 - Quadro 12	Ver Item 6.3.3 Quadro 12
3. Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO (ADP)	Indicador que mede o cumprimento do Banco da Amazônia às diretrizes e prioridades do FNO, estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM (em %).	$ADP_n = \left(\frac{V_R}{V_p} \right) \times 100$ Onde: V_R é o valor realizado; V_p é o valor programado; e n é a diretriz ou prioridade.	Ver Item 7.17 Quadro 15	Ver Item 7.17 - Quadro 16	Ver Item 7.17 Quadro 16
4. Avaliação dos Impactos do FNO com base na Matriz de Insumo-Produto	Metodologia que avalia os impactos macroeconômicos na Região, devido à atuação do FNO, considerando a distribuição dos recursos conforme o recorte de oito setores com base no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas/CNAE (resultados obtidos pelo sistema AMAZONSYS, desenvolvido pelo Banco da Amazônia).	Indicadores de crescimento do PIB, VBP, Tributos, Salários e Postos de Trabalho.	Ver Item 8.2	Ver Item 8.2	Ver Item 8.2
5. Avaliação dos Impactos do FNO com base no Modelo de Equilíbrio Geral	Metodologia que tem por finalidade avaliar as políticas de distribuição de renda e crescimento da região, devido à atuação do FNO (estudo desenvolvido pela Fundação Arthur Bernardes/FUNARBE, vinculada à Universidade de Viçosa, contratada pelo Banco da Amazônia).	O modelo de equilíbrio geral está fundamentado por um conjunto de equações não lineares e simultâneas, onde o mecanismo de preços desempenha um papel muito importante na alocação de recursos.	Ver Item 8.3	Ver Item 8.3	Ver Item 8.3
6. Avaliação da Evolução do Emprego Através do Método Propensity Score Matching	Metodologia que tem por finalidade mensurar o efeito do financiamento do FNO na geração de emprego junto às empresas financiadas pelo Fundo, por ano-base e período de tempo (estudo desenvolvido pela Fundação Arthur Bernardes/FUNARBE, vinculada à Universidade de Viçosa, contratada pelo Banco da Amazônia).	O método <i>Propensity Score Matching</i> analisa os dados de todos os anos-base, de forma agregada, realizando uma comparação preliminar, por meio de análise descritiva, entre as empresas beneficiadas e não beneficiadas na alocação de recursos.	Ver Item 8.4	Ver Item 8.4	Ver Item 8.4

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta 2015	Resultado 1º Sem/2015	Realizado
7. Índice de Retorno do Patrimônio Líquido do FNO (IRPL)	Indicador que mede a rentabilidade ou retorno do Patrimônio Líquido do FNO em relação ao lucro líquido do Fundo no exercício corrente, tomando como base o patrimônio líquido do exercício anterior (em %).	$IRPL = \left(\frac{LQ}{PLa} \right) \times 100$ Onde: LQ é o lucro líquido do Fundo no exercício; e PLa é o Patrimônio Líquido do FNO no exercício anterior.	-	PL 1º sem/2014: R\$ 17.824,56 mi PL 1º sem/2015: R\$ 19.812,94 mi Lucro líquido 1º sem/2015: (R\$ 190,78 mi) $IRPL = \left(\frac{-190,78}{17.824,56} \right) \times 100 = -1,07\%$	Rentabilidade do PL recuou 1,07%
8. Margem Financeira Sobre o Patrimônio Líquido do FNO (MFPL)	Indicador que mede a margem financeira sobre o Patrimônio Líquido do FNO, com base no comparativo direto entre as operações de risco e o patrimônio líquido do Fundo no exercício corrente (em %).	$MFPL = \left(\frac{MF}{PL} \right) \times 100$, sendo $MF = PL - OCR$ Onde: OCR são as operações de crédito que oferecem risco para o FNO; MF é a margem financeira do PL; e PL é o Patrimônio Líquido do FNO no exercício corrente.	-	Op. Crédito: R\$ 17.810,49 mi PL 1º sem/2015: R\$ 19.812,94 mi MF: R\$ 2.002,45 mi $IRPL = \left(\frac{2.002,45}{19.812,94} \right) \times 100 = 10,1\%$	Margem financeira do FNC é 10,1% do PL
9. Evolução da Inadimplência do FNO (EINAD) ¹	Indicador que mede a evolução da inadimplência do FNO, com base no comparativo entre o saldo vencido das operações e o saldo total da carteira (em %).	$EI = \left(\frac{SV}{ST} \right) \times 100$ Onde: SV é o saldo vencido das operações; e ST é o saldo total da carteira.	-	Saldo vencido 30/06/15: R\$ 565,72 mil Saldo total 30/06/15: R\$ 18.457,64 mi $EINAD = \left(\frac{565,72}{18.457,64} \right) \times 100 = 3,1\%$	% 1º sem/12: 5,1% % 1º sem/13: 4,5% % 1º sem/14: 4,1% % 1º sem/15: 3,1%
10. Destinação dos Recursos por Porte do Beneficiário (DRPB)	Indicador que mede o cumprimento do Banco da Amazônia à diretriz do FNO de financiamento aos beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte, incluindo os microempreendedores individuais, até o limite mínimo de 51%, respeitando o limite mínimo de 30% para os beneficiários de mini/micro e pequeno porte (em % - este índice tem que ser igual ou maior do que 51%).	$DRPB = \left(\frac{TCmpe}{TC} \right) \times 100$ Onde: $TCmpe$ é o total das contratações para os beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte + microempreendedores individuais; e TC é o total das contratações no exercício	51%	Contratado MPE ² : R\$ 1.524,6 mi Contratado total: R\$ 1.986,2 mi $DRPB = \left(\frac{1.524,6}{1.986,2} \right) \times 100 = 76,8\%$	150,5%
11. Volume de Crédito Contratado (VCC)	Indicador que representa o total das contratações dos recursos do FNO no exercício (em R\$)	$VCC = \left(\frac{TC}{TCE} \right) \times 100$ Onde: TC é o total das contratações no exercício; e TCE é o total estimado de contratações.	R\$ 5.160,0 mi	Contratado total: R\$ 1.986,2 mi $VCC = \left(\frac{1.986,2}{5.160,0} \right) \times 100 = 38,5\%$	38,5%
12. Volume de Crédito Liberado (VCL)	Indicador que representa o total das liberações dos recursos do FNO no exercício (em R\$)	$VCL = \left(\frac{TL}{TLE} \right) \times 100$ Onde: TL é o total das liberações no exercício; e TLE é o total estimado de liberações.	R\$ 5.106,0 mi	Liberado total: R\$ 2.465,5 mi $VCC = \left(\frac{2.465,5}{5.106,0} \right) \times 100 = 48,3\%$	48,3%
13. Índice de Qualidade da Carteira (IQC)	Indicador que mede a qualidade da carteira de crédito do Banco, incluindo FNO (em % - o índice aceitável no mercado é em torno de 7,5%)	$IQC = IPFRCN - IPFRA$ Onde: $IPFRCN$ é o Índice Ponderado por Faixa de Risco Curso Normal; e $IPFRA$ é o Índice Ponderado por Faixa de Risco Atrasado.	7,8%	IPFRCN ³ : 8,65% IPFRA ³ : 0,66% $IQC = 8,65\% - 0,66\% = 8,0\%$	102,6%
14. Percentual de Retrabalho na Análise das Operações (PRET)	Indicador que mede o percentual de retrabalho na análise das operações do FNO (em %). Quanto menor o percentual, melhor a qualidade da análise.	$PRET = \left(\frac{TPapre}{TP} \right) \times 100$ Onde: $TPapre$ é o total de propostas reapresentadas para análise na matriz do Banco ⁴ ; e TP é o total de propostas internalizadas na matriz do Banco ⁴ .	-	TPapre: 68 propostas TP: 233 propostas $PRET = \left(\frac{68}{233} \right) \times 100 = 29,2\%$	29,2%

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta 2015	Resultado 1º Sem/2015	Realizado
15. Custo de Análise dos Projetos (CAP)	Indicador que mede o custo médio de análise dos projetos do FNO (em R\$).	$CAP = \left(\frac{(DP + DCI + DVF)}{TPA} \right) \times 100$ <p>Onde: DP é despesas com pessoal; DCI é despesas com cópias e impressão; DVF é despesas com viagens e fiscalizações; e TPA é o total de projetos analisados na matriz do Banco⁴.</p>	-	TD: R\$ 4.446 mil DCI: R\$ 12,76 mil DVF: R\$ 66,99 mil TPA: 233 projetos $PRET = \left(\frac{4.446 + 12,76 + 66,99}{233} \right) = R\$ 19,4$	O custo médio é de R\$ 19,4 mil para cada projeto acima de R\$ 2 mi analisado no Banco.

(1) Considera a inadimplência até 360 dias, excluindo os créditos em atraso baixados como prejuízo e os renegociados ou repactuados e também as parcelas referentes à rubrica contábil Rendas a Apropriar (RAP).

(2) MPE = beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte e microempreendedor individual.

(3) Extraídos do Sistema de Avaliação de Risco-SISRISCO – base: 30/06/2015 (Banco da Amazônia).

(4) Propostas acima de R\$ 2 milhões.

Anexo A – Tabelas

**Tabela 1 Contratações por Setor Produtivo
1º Semestre de 2015**

Setor	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Rural	12.930	81,9	1.328.309.786	66,9
Demais Setores	2.859	18,1	657.909.566	33,1
Total	15.789	100,0	1.986.219.352	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 2 Contratações por Porte do Beneficiário e Setor Produtivo
1º Semestre de 2015**

Porte	Rural				Demais Setores				Total			
	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
Mini/Micro	12.091	93,5	470.868.421	35,5	946	33,1	18.144.379	2,8	13.037	82,6	489.012.800	24,7
Pequeno	659	5,1	434.185.654	32,7	1.720	60,2	285.566.274	43,4	2.379	15,1	719.751.928	36,2
Pequeno-Médio	140	1,1	252.922.040	19,0	89	3,1	62.867.187	9,6	229	1,4	315.789.227	15,9
Médio	35	0,3	106.276.319	8,0	84	2,9	168.510.072	25,5	119	0,7	274.786.391	13,8
Grande	5	0,0	64.057.352	4,8	20	0,7	122.821.654	18,7	25	0,2	186.879.006	9,4
Total	12.930	100,0	1.328.309.786	100,0	2.859	100,0	657.909.566	100,0	15.789	100,0	1.986.219.352	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 3 Contratações por Estado e Porte do Beneficiário
1º Semestre de 2015**

Estado	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno-Médio		Médio		Grande		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.373	45.033.211	148	35.504.499	12	15.331.288	3	2.060.000	1	1.600.000	1.537	99.528.998
Amapá	278	3.397.088	88	15.907.348	5	2.192.298	7	11.131.046	1	3.000.000	379	35.627.780
Amazonas	1.328	32.710.057	295	43.568.434	19	13.657.355	19	34.229.504	3	33.555.751	1.664	157.721.101
Pará	6.470	199.744.275	814	239.809.614	60	83.585.523	34	82.572.670	9	68.084.293	7.387	673.796.375
Rondônia	2.163	131.133.979	468	167.497.569	33	59.011.523	28	97.469.655	7	34.542.883	2.699	489.655.609
Roraima	117	3.541.307	86	11.487.470	6	4.682.830	1	111.353	-	-	210	19.822.960
Tocantins	1.308	73.452.883	480	205.976.994	94	137.328.410	27	47.212.163	4	46.096.079	1.913	510.066.529
Total	13.037	489.012.800	2.379	719.751.928	229	315.789.227	119	274.786.391	25	186.879.006	15.789	1.986.219.352

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 4 Contratações por Programa de Financiamento
1º Semestre de 2015**

Programa	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
FNO-PRONAF	11.669	73,9	368.072.122	18,5
FNO-Amazônia Sustentável	2.864	18,1	1.252.019.170	63,0
FNO-Biodiversidade	31	0,2	93.161.589	4,8
FNO-ABC	71	0,5	90.111.878	4,5
FNO-MPEI	1.154	7,3	182.854.593	9,2
Total	15.789	100,0	1.986.219.352	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 5 Contratações por Atividade Econômica
1º Semestre de 2015**

Atividade	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Agricultura Familiar	11.669	73,9	368.072.122	18,5
Agricultura de Baixo Carbono	71	0,5	90.111.878	4,5
Agropecuária	1.159	7,3	776.964.197	39,1
Pesca e Aquicultura	-	0,0	-	0,0
Floresta	31	0,2	93.161.589	4,8
Comércio e Serviço	1.705	10,8	419.651.063	21,1
Cultura	38	0,2	8.700.268	0,4
Turismo	142	0,9	37.847.265	1,9
Indústria	143	0,9	185.949.275	9,4
Infraestrutura	1	0,0	175.000	0,0
Microempreendedor Individual	830	5,3	5.586.695	0,3
Total	15.789	100,0	1.986.219.352	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 6 Contratações por Setor Produtivo, Programa de Financiamento, Atividade Econômica e Estado
1º Semestre de 2015

Setor / Programa / Atividade	Acre		Amapá		Amazonas		Pará		Rondônia		Roraima		Tocantins		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Setor Rural	1.341	69.649.950	230	5.635.621	1.228	35.617.656	6.298	430.045.603	2.291	349.788.761	100	9.953.834	1.442	427.618.361	12.930	1.328.305
1. FNO- PRONAF	1.291	39.506.122	227	3.115.642	1.209	28.079.943	5.966	170.928.800	1.895	82.814.256	83	2.940.017	998	40.687.342	11.669	368.072
PRONAF A	217	5.358.548	59	1.505.482	29	622.480	682	16.410.625	149	3.461.612	-	-	285	6.669.660	1.421	34.028
PRONAF A/C	7	38.372	-	-	-	-	19	101.397	16	106.824	3	14.883	9	53.405	54	314
PRONAF Agroindústria	1	186.151	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	186
PRONAF Amazônia Recuperação	-	-	-	-	-	-	11	1.486.505	-	-	52	1.756.765	2	289.785	65	3.531
PRONAF B	310	762.000	4	10.000	94	232.900	933	2.328.466	335	836.058	-	-	40	100.000	1.716	4.268
PRONAF B - MPO	-	-	107	384.885	121	430.261	1.021	3.501.752	-	-	-	-	-	-	1.249	4.316
PRONAF Custojo	13	277.003	-	-	9	79.109	262	3.303.875	95	2.301.542	2	71.324	24	449.161	405	6.482
PRONAF Ecologia	-	-	-	-	-	-	88	6.908.170	1	39.270	-	-	-	-	89	6.941
PRONAF Floresta	-	-	56	1.197.323	-	-	1.026	21.084.875	58	1.944.620	-	-	-	-	1.140	24.226
PRONAF Jovem	-	-	-	-	-	-	7	52.103	49	702.855	-	-	3	44.999	59	798
PRONAF Mais Alimentos Familiar	737	32.662.940	1	17.952	945	26.424.122	1.675	111.338.175	1.100	72.429.408	26	1.097.045	623	32.787.771	5.107	276.751
PRONAF Mulher	6	221.108	-	-	11	291.071	242	4.412.857	92	992.067	-	-	12	292.561	363	6.208
2. FNO-Amazônia Sustentável	45	25.187.498	3	2.519.979	18	6.041.467	301	216.489.625	375	232.421.191	15	5.819.237	402	288.485.200	1.159	776.964
Agropecuária	45	25.187.498	3	2.519.979	18	6.041.467	301	216.489.625	375	232.421.191	15	5.819.237	402	288.485.200	1.159	776.964
Pesca e Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. FNO- Biodiversidade	2	2.158.778	-	-	1	1.496.246	11	23.641.203	2	7.484.554	1	195.735	14	58.185.073	31	93.168
Floresta	2	2.158.778	-	-	1	1.496.246	11	23.641.203	2	7.484.554	1	195.735	14	58.185.073	31	93.168
4. FNO- ABC	3	2.797.552	-	-	-	-	20	18.985.975	19	27.068.760	1	998.845	28	40.260.746	71	90.117
Agricultura de Baixo Carbono	3	2.797.552	-	-	-	-	20	18.985.975	19	27.068.760	1	998.845	28	40.260.746	71	90.117

Setor / Programa / Atividade	Acre		Amapá		Amazonas		Pará		Rondônia		Roraima		Tocantins		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Demais Setores	196	29.879.048	149	29.992.159	436	122.103.445	1.089	243.750.772	408	139.866.848	110	9.869.126	471	82.448.168	2.859	657.90
1. FNO-Amazônia Sustentável	104	15.754.787	94	23.011.530	308	102.750.210	640	185.303.446	230	95.419.111	78	7.838.100	251	44.977.789	1.705	475.0
Comércio e Serviço	90	14.386.787	83	15.388.097	255	62.158.277	539	104.030.951	194	42.125.519	64	6.811.650	205	37.386.941	1.430	282.28
Cultura	-	-	1	247.586	3	185.500	15	1.640.929	5	879.090	1	120.000	6	818.000	31	3.89
Turismo	5	355.000	5	315.000	20	1.585.500	37	3.598.350	18	2.126.152	8	577.450	24	3.837.929	117	12.39
Exportação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria	9	1.013.000	5	7.060.847	30	38.820.933	49	76.033.216	13	50.288.350	5	329.000	16	2.934.919	127	176.48
2. FNO-MPEI	92	14.124.261	55	6.980.629	128	19.353.235	449	58.447.326	178	44.447.737	32	2.031.026	220	37.470.379	1.154	182.8
Comércio e Serviço	32	11.199.918	8	5.709.422	25	12.981.728	67	41.543.827	68	36.932.922	3	1.778.927	72	27.216.097	275	137.36
Cultura	1	280.000	-	-	1	1.364.382	-	-	1	289.731	-	-	4	2.875.050	7	4.80
Turismo	3	681.490	-	-	5	3.709.431	6	12.605.165	6	3.415.790	-	-	5	5.040.008	25	25.45
Indústria	4	1.633.126	2	1.060.011	3	571.767	1	1.898.730	4	3.104.510	-	-	2	1.200.866	16	9.46
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	1	175.000	-	-	-	-	-	-	1	17
Microempreendedor Individual	52	329.727	45	211.196	94	725.927	374	2.224.604	99	704.784	29	252.099	137	1.138.358	830	5.58
Total	1.537	99.528.998	379	35.627.780	1.664	157.721.101	7.387	673.796.375	2.699	489.655.609	210	19.822.960	1.913	510.066.529	15.789	1.986.21

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 7 Contratações por Área Prioritária da PNDR
1º Semestre de 2015

Estado	Faixa de Fronteira				Alto Solimões				Chapada das Mangabeiras				Vale do Rio Acre			
	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	22	19	1.537	99.528.999	-	-	-	-	-	-	-	-	11	10	379	52.950.241
Amapá	8	7	175	29.221.377	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	21	12	238	11.781.416	9	4	46	1.248.321	-	-	-	-	2	2	123	7.352.713
Pará	5	5	374	25.407.611	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondônia	26	26	1.587	312.455.992	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	15	12	210	19.822.960	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	8	6	90	21.358.381	-	-	-	-
Total	97	81	4.121	498.218.355	9	4	46	1.248.321	8	6	90	21.358.381	13	12	502	60.302.954
% Municípios Atendidos	83,5				44,4				75,0				92,3			
Estado	Bico do Papagaio				Xingu				Total							
	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00				
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	33	29	1.916	152.479.240				
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	8	7	175	29.221.377				
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	32	18	407	20.382.450				
Pará	25	25	1.135	159.071.566	10	10	446	48.292.758	40	40	1.955	232.771.935				
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	26	26	1.587	312.455.992				
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	15	12	210	19.822.960				
Tocantins	25	22	347	29.675.393	-	-	-	-	33	28	437	51.033.774				
Total	50	47	1.482	188.746.959	10	10	446	48.292.758	187	160	6.687	818.167.728				
% Municípios Atendidos	94,0				100,0				85,6							

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 8 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR
1º Semestre de 2015

Tipologia da PNDR	Nº de Municípios	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
Alta Renda	24	1.820	11,5	497.264.578	25,0
Baixa Renda	101	3.583	22,7	213.120.869	10,7
Dinâmica de Menor Renda	134	5.430	34,4	462.295.990	23,3
Estagnada de Média Renda	153	4.956	31,4	813.537.915	41,0
Total	412	15.789	100,0	1.986.219.352	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 9 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar por Estado
1º Semestre de 2015

Estado	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Previsão Exercício de 2015 (R\$ 1,00)	Índice de Consecução (%)
Acre	1.291	11,1	39.506.122	10,7	65.000.000	60,8
Amapá	227	1,9	3.115.642	0,8	20.350.000	15,3
Amazonas	1.209	10,4	28.079.943	7,6	58.500.000	48,0
Pará	5.966	51,1	170.928.800	46,5	309.650.000	55,2
Rondônia	1.895	16,2	82.814.256	22,5	170.000.000	48,7
Roraima	83	0,7	2.940.017	0,8	1.500.000	196,0
Tocantins	998	8,6	40.687.342	11,1	125.000.000	32,5
Total	11.669	100,0	368.072.122	100,0	750.000.000	49,1

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 10 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar por Linha de Financiamento
1º Semestre de 2015

Linhas de Financiamento do PRONAF	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Oportunidades de Trabalho
PRONAF A	1.421	12,2	34.028.407	9,2	5.684
PRONAF A/C	54	0,5	314.881	0,1	216
PRONAF Agroindústria	1	0,0	186.151	0,0	4
PRONAF Amazônia Recuperação	65	0,5	3.533.055	1,0	260
PRONAF B	1.716	14,7	4.269.424	1,2	6.864
PRONAF B - MPO	1.249	10,7	4.316.899	1,2	4.996
PRONAF Custoéio	405	3,5	6.482.013	1,8	1.620
PRONAF Ecologia	89	0,7	6.947.440	1,9	356
PRONAF Floresta	1.140	9,8	24.226.818	6,5	4.560
PRONAF Jovem	59	0,5	799.957	0,2	236
PRONAF Mais Alimentos Familiar	5.107	43,8	276.757.413	75,2	20.428
PRONAF Mulher	363	3,1	6.209.664	1,7	1.452
Total	11.669	100,0	368.072.122	100,0	46.676

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 11 Contratações em Apoio ao Comércio e Serviço
1º Semestre de 2015

Estado	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Previsão Exercício de 2015 (R\$ 1,00)	Índice de Consecução (%)
Acre	122	7,2	25.586.705	6,1	152.110.000	16,8
Amapá	91	5,3	21.097.519	5,0	111.700.000	18,9
Amazonas	280	16,4	75.140.005	17,9	337.450.000	22,3
Pará	606	35,6	145.574.778	34,8	440.390.000	33,1
Rondônia	262	15,4	79.058.441	18,8	192.500.000	41,1
Roraima	67	3,9	8.590.577	2,0	119.150.000	7,2
Tocantins	277	16,2	64.603.038	15,4	194.700.000	33,2
Total	1.705	100,0	419.651.063	100,0	1.548.000.000	27,1

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 12 Contratações em Apoio ao Turismo Regional Sustentável
1º Semestre de 2015

Estado	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Acre	8	5,6	1.036.491	2,7
Amapá	5	3,5	315.000	0,8
Amazonas	25	17,6	5.294.931	14,0
Pará	43	30,3	16.203.515	42,9
Rondônia	24	16,9	5.541.941	14,6
Roraima	8	5,6	577.450	1,5
Tocantins	29	20,5	8.877.937	23,5
Total	142	100,0	37.847.265	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 13 Contratações em Apoio à Cultura Amazônica
1º Semestre de 2015

Estado	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Acre	1	2,6	280.000	3,2
Amapá	1	2,6	247.585	2,8
Amazonas	4	10,5	1.549.883	17,8
Pará	15	39,5	1.640.929	18,9
Rondônia	6	15,8	1.168.821	13,5
Roraima	1	2,6	120.000	1,4
Tocantins	10	26,4	3.693.050	42,4
Total	38	100,0	8.700.268	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 14 Contratações em Apoio à Biodiversidade Amazônica
1º Semestre de 2015

Estado	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Acre	2	6,4	2.158.778	2,3
Amazonas	1	3,2	1.496.246	1,6
Pará	11	35,6	23.641.203	25,4
Rondônia	2	6,4	7.484.554	8,0
Roraima	1	3,2	195.735	0,2
Tocantins	14	45,2	58.185.073	62,5
Total	31	100,0	93.161.589	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 15 Contratações em Apoio à Regularização e Recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente Degradadas (Encargos Anuais de 4,71%)
1º Semestre de 2015

Estado	Mini		Pequeno		Pequeno-Médio		Médio		Grande		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	-	-	1	1.690.026	-	-	-	-	-	-	1	1.690.026
Amazonas	-	-	2	1.755.642	-	-	-	-	-	-	2	1.755.642
Pará	5	1.819.616	18	24.144.551	-	-	4	8.161.737	-	-	27	34.125.904
Rondônia	1	566.615	1	1.710.293	3	16.237.744	-	-	-	-	5	18.514.652
Tocantins	5	3.601.549	9	6.841.911	1	3.290.160	-	-	1	39.646.079	16	53.379.699
Total	11	5.987.780	31	36.142.423	4	19.527.904	4	8.161.737	1	39.646.079	51	109.465.923

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 16 Contratações em Apoio ao Programa ABC
1º Semestre de 2015

Estado	Mini		Pequeno		Pequeno-Médio		Médio		Grande		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1	284.401	1	538.593	1	1.974.558	-	-	-	-	3	2.797.552
Pará	1	141.405	14	10.330.592	3	2.521.373	1	2.196.090	1	3.796.515	20	18.985.975
Rondônia	3	3.971.996	14	10.697.945	1	2.398.819	-	-	1	10.000.000	19	27.068.760
Roraima	-	-	-	-	1	998.845	-	-	-	-	1	998.845
Tocantins	-	-	12	11.400.646	15	23.660.688	1	5.199.412	-	-	28	40.260.746
Total	5	4.397.802	41	32.967.776	21	31.554.283	2	7.395.502	2	13.796.515	71	90.111.878

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 17 Contratações por Finalidade do Crédito
1º Semestre de 2015**

Finalidade do Crédito	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
Custeio	841	5,3	249.090.807	12,5
Investimento	11.941	75,7	1.088.496.500	54,8
Capital de Giro	1.977	12,5	249.790.938	12,6
Infraestrutura	1.030	6,5	398.841.107	20,1
Total	15.789	100,0	1.986.219.352	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 18 Contratações por Finalidade do Crédito, Setor Produtivo e Estado
1º Semestre de 2015**

Setor Rural

Estado	Investimento		Custeio		Infraestrutura		Total	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	1.290	61.215.724	31	3.374.256	20	5.059.971	1.341	69.649.951
Amapá	1.206	32.888.488	13	233.298	9	2.495.869	1.228	35.617.655
Amazonas	228	3.381.215	2	2.254.405	-	-	230	5.635.620
Pará	5.867	353.408.508	383	51.231.554	48	25.405.544	6.298	430.045.606
Rondônia	2.004	222.932.067	221	70.279.680	66	56.577.013	2.291	349.788.760
Roraima	85	7.244.072	15	2.709.761	-	-	100	9.953.833
Tocantins	1.177	263.530.651	176	119.007.853	89	45.079.857	1.442	427.618.361
Total	11.857	944.600.725	841	249.090.807	232	134.618.254	12.930	1.328.309.786

Demais Setores

Estado	Investimento		Capital de giro		Infraestrutura		Total	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	7	2.891.046	126	12.065.091	63	14.922.910	196	29.879.047
Amapá	11	50.858.373	326	52.530.660	99	18.714.409	436	122.103.442
Amazonas	2	7.748.344	126	15.145.075	21	7.098.741	149	29.992.160
Pará	23	62.023.770	794	85.682.471	272	96.044.533	1.089	243.750.774
Rondônia	20	9.963.966	245	40.082.723	143	89.820.160	408	139.866.849
Roraima	1	599.023	83	6.560.850	26	2.709.253	110	9.869.126
Tocantins	20	9.811.253	277	37.724.068	174	34.912.847	471	82.448.168
Total	84	143.895.775	1.977	249.790.938	798	264.222.853	2.859	657.909.566

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 19 Contratações por Faixa de Valores
1º Semestre de 2015

Faixa de Valores	Setor Rural													
	PRONAF A		PRONAF B		PRONAF Demais		Biodiversidade		Amazônia Sustentável/ABC		Total			
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
Até R\$ 500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-	0,0	-
Acima de R\$ 500,00 Até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-	0,0	-
Acima de R\$ 1.000,00 Até R\$ 10.000,00	53	329.583	1.716	4.269.424	2.210	9.595.304	-	-	2	17.000	3.981	30,8	14.211.311	1,1
Acima de R\$ 10.000,00 Até R\$ 35.000,00	1.368	33.698.824	-	-	2.803	61.255.937	1	29.430	30	716.500	4.202	32,6	95.700.691	7,2
Acima de R\$ 35.000,00 Até R\$ 100.000,00	-	-	-	-	3.004	189.322.501	-	-	194	14.274.452	3.198	24,7	203.596.953	15,3
Acima de R\$ 100.000,00 Até R\$ 200.000,00	-	-	-	-	510	67.218.031	3	546.667	212	31.053.154	725	5,6	98.817.852	7,4
Acima de R\$ 200.000,00 Até R\$ 1.000.000,00	-	-	-	-	4	1.071.042	12	7.543.965	591	313.879.234	607	4,7	322.494.241	24,3
Acima de R\$ 1.000.000,00 Até R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	1	1.311.476	14	45.395.449	196	426.876.493	211	1,6	473.583.418	35,7
Acima de R\$ 10.000.000,00 Até R\$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3	34.965.684	3	0,0	34.965.684	2,6
Acima de R\$ 20.000.000,00 Até R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1	39.646.078	2	45.293.558	3	0,0	84.939.636	6,4
Acima de R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-	-
Total	1.421	34.028.407	1.716	4.269.424	8.532	329.774.291	31	93.161.589	1.230	867.076.075	12.930	100	1.328.309.786	100

Faixa de Valores	Demais Setores																	
	Agroindústria		Indústria		Turismo/Cultura		Exportação		Infraestrutura		Comércio e Serviço		Empreendedor Individual		Total			
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
Até R\$ 500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	491	1	0,0	491	0,0		
Acima de R\$ 500,00 Até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1.919	2	0,0	1.919	0,0		
Acima de R\$ 1.000,00 Até R\$ 10.000,00	-	-	1	9.000	1	6.000	-	-	-	24	221.350	735	4.087.414	761	26,7	4.323.764	0,7	
Acima de R\$ 10.000,00 Até R\$ 35.000,00	-	-	13	272.200	32	860.260	-	-	1	32.460	309	7.750.604	92	1.496.871	447	15,6	10.412.395	1,6
Acima de R\$ 35.000,00 Até R\$ 100.000,00	-	-	49	3.637.019	83	5.776.204	-	-	5	317.819	771	52.333.924	-	-	908	31,9	62.064.966	9,4
Acima de R\$ 100.000,00 Até R\$ 200.000,00	-	-	22	3.251.280	22	3.255.048	-	-	6	1.046.100	215	33.041.106	-	-	265	9,3	40.593.534	6,2
Acima de R\$ 200.000,00 Até R\$ 1.000.000,00	2	621.000	16	5.416.342	30	12.038.744	-	-	34	18.221.956	291	125.737.488	-	-	373	13,0	162.035.530	24,6
Acima de R\$ 1.000.000,00 Até R\$ 10.000.000,00	1	1.759.132	-	-	12	24.611.277	-	-	16	42.784.333	66	149.225.992	-	-	95	3,3	218.380.734	33,2
Acima de R\$ 10.000.000,00 Até R\$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15.008.135	2	35.252.432	-	-	3	0,1	50.260.567	7,6
Acima de R\$ 20.000.000,00 Até R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4	109.835.665	-	-	-	-	4	0,1	109.835.665	16,7
Acima de R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-	0,0	-
Total	3	2.380.132	101	12.585.841	180	46.547.533	-	-	67	187.246.468	1.678	403.562.896	830	5.586.695	2.859	100	657.909.566	100

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 20 Contratações em Valores Acima de R\$ 10 Milhões
1º Semestre de 2015

Empreendimento	UF	Município	Tipologia da PNDR	Finalidade	Programa / Atividade	Valor do Projeto (R\$ 1,00)	Valor Financiado (R\$ 1,00)	Posto Traba
Setor Rural						122.065.320	119.905.320	62
Bovinos – Prod.Came-Matriz p/Povoamento	PA	Cumaru do Norte	EMR	Investimento Semifixo	FNO-Amazônia Sustentável/Agropecuária	14.400.000	12.240.000	16
Bovinos – Prod. Carne	RO	Alta Floresta do Oeste	EMR	Infraestrutura	FNO-Amazônia Sustentável/Agropecuária	12.592.800	12.592.800	2
Soja – Máquinas e Implem. e Cultivo do Solo	RO	Chupinguaia	EMR	Investimento	FNO-Amazônia Sustentável/Agropecuária	20.132.884	20.132.884	34
Bovinos – Prod. Leite-Criação	RO	Porto Velho	AR	Investimento Semifixo	FNO-Amazônia Sustentável/Agropecuária	74.939.636	74.939.636	10
Demais Setores						187.678.760	160.096.232	1.63
Transporte Rod. Cargas em Geral	AM	Manaus	AR	Investimento Misto	FNO-Amazônia Sustentável/Indústria	28.204.957	21.555.750	27
Transporte Por Navegação Interior Carga	AM	Manaus	AR	Investimento Misto	FNO-Amazônia Sustentável/Com. e Serviços	27.223.759	19.355.405	58
Fab. Fertiliz. Fosfatados Nitrog Potas	PA	Barcarena	DMR	Infraestrutura	FNO-Amazônia Sustentável/Transformação	55.576.604	46.898.623	99
Fab. Prod. Diversos	PA	Belém	AR	Investimento Misto	FNO-Amazônia Sustentável/Transformação	17.217.158	15.008.135	18
Transporte Aéreo Regular	PA	Belém	AR	Investimento Misto	FNO-Amazônia Sustentável/Com. e Serviços	15.897.027	15.897.027	20
Fab. Artef. Div Mad. Palha Cortiça Mat. Tran.	RO	Porto Velho	AR	Infraestrutura	FNO-Amazônia Sustentável/Transformação	43.559.255	41.381.292	94
Total						309.744.080	280.001.552	1.69

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 21 Contratações pela Primeira Vez
1º Semestre de 2015

Estado	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno-Médio		Médio		Grande		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	715	23.277.006	45	12.220.351	2	3.704.288	-	-	-	-	762	39.201.645
Amapá	159	2.771.047	49	10.916.455	3	775.000	4	8.731.047	1	3.000.000	216	26.193.549
Amazonas	874	21.981.490	170	21.641.059	8	7.271.845	7	24.233.002	3	33.555.750	1.062	108.683.146
Pará	3.252	121.315.384	345	110.371.322	19	22.012.588	8	26.816.267	-	-	3.624	280.515.561
Rondônia	1.111	65.001.939	118	46.379.204	7	29.163.080	6	43.299.893	-	-	1.242	183.844.116
Roraima	26	555.985	42	3.741.132	2	1.945.050	-	-	-	-	70	6.242.167
Tocantins	678	32.861.210	150	72.302.825	20	32.276.653	8	9.994.477	2	5.450.000	858	152.885.165
Total	6.815	267.764.061	919	277.572.348	61	97.148.504	33	113.074.686	6	42.005.750	7.834	797.565.349

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 22 Contratações com Participação de Recursos Próprios por Porte do Beneficiário

1º Semestre de 2015

Setor Rural

Porte	Recursos do FNO		Recursos Próprios		Total	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
Mini	470.868.421	35,5	601.319	1,7	471.469.740	34,6
Pequeno	434.185.654	32,7	8.903.969	25,8	443.089.623	32,5
Pequeno/Médio	252.922.040	19,0	8.269.832	23,9	261.191.872	19,2
Médio	106.276.319	8,0	6.684.076	19,4	112.960.395	8,3
Grande	64.057.352	4,8	10.072.145	29,2	74.129.497	5,4
Total	1.328.309.786	100,0	34.531.341	100,0	1.362.841.127	100,0

Demais Setores

Porte	Recursos do FNO		Recursos Próprios		Total	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
Micro	18.144.379	2,8	35.959	0,1	18.180.338	2,6
Pequeno	285.566.274	43,4	5.315.481	13,3	290.881.755	41,6
Pequeno/Médio	62.867.187	9,5	3.246.173	8,1	66.113.360	9,5
Médio	168.510.072	25,6	14.285.381	35,6	182.795.453	26,2
Grande	122.821.654	18,7	17.201.403	42,9	140.023.057	20,1
Total	657.909.566	100,0	40.084.397	100,0	697.993.963	100,0

Todos os Setores

Porte	Recursos do FNO		Recursos Próprios		Total	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
Micro	489.012.800	24,6	637.278	0,9	489.650.078	23,8
Pequeno	719.751.928	36,3	14.219.450	19,1	733.971.378	35,6
Pequeno/Médio	315.789.227	15,9	11.516.005	15,4	327.305.232	15,8
Médio	274.786.391	13,8	20.969.457	28,1	295.755.848	14,4
Grande	186.879.006	9,4	27.273.548	36,5	214.152.554	10,4
Total	1.986.219.352	100,0	74.615.738	100,0	2.060.835.090	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 23 Contratações com Participação de Recursos Próprios por Estado
1º Semestre de 2015

Setor Rural

Estado	Recursos do FNO		Recursos Próprios		Total	%
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%		
Acre	69.649.950	5,2	188.845	0,6	69.838.795	5,1
Amapá	5.635.621	0,4	-	0,0	5.635.621	0,4
Amazonas	35.617.656	2,7	-	0,0	35.617.656	2,6
Pará	430.045.603	32,4	14.555.449	42,2	444.601.052	32,7
Rondônia	349.788.761	26,3	3.520.818	10,1	353.309.579	25,9
Roraima	9.953.834	0,8	1.484	0,0	9.955.318	0,7
Tocantins	427.618.361	32,2	16.264.745	47,1	443.883.106	32,6
Total	1.328.309.786	100,0	34.531.341	100,0	1.362.841.127	100,0

Demais Setores

Estado	Recursos do FNO		Recursos Próprios		Total	%
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%		
Acre	29.879.048	4,5	509.732	1,3	30.388.780	4,4
Amapá	29.992.159	4,5	624.093	1,5	30.616.252	4,4
Amazonas	122.103.445	18,6	15.515.062	38,6	137.618.507	19,7
Pará	243.750.772	37,1	17.783.393	44,4	261.534.165	37,5
Rondônia	139.866.848	21,3	2.556.612	6,4	142.423.460	20,4
Roraima	9.869.126	1,5	149.450	0,4	10.018.576	1,4
Tocantins	82.448.168	12,5	2.946.055	7,4	85.394.223	12,2
Total	657.909.566	100,0	40.084.397	100,0	697.993.963	100,0

Todos os Setores

Estado	Recursos do FNO		Recursos Próprios		Total	%
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%		
Acre	99.528.998	5,0	698.577	0,9	100.227.575	4,9
Amapá	35.627.780	3,1	624.093	0,8	36.251.873	3,0
Amazonas	157.721.101	6,6	15.515.062	20,8	173.236.163	7,1
Pará	673.796.375	33,9	32.338.842	43,4	706.135.217	34,3
Rondônia	489.655.609	24,7	6.077.430	8,1	495.733.039	24,1
Roraima	19.822.960	1,0	150.934	0,2	19.973.894	1,0
Tocantins	510.066.529	25,7	19.210.800	25,8	529.277.329	25,6
Total	1.986.219.352	100,0	74.615.738	100,0	2.060.835.090	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 24 Propostas em Carteira – Situação da Demanda por Programa
1º Semestre de 2015**

Programa	Propostas Apresentadas no 1º Semestre 2015 e Aprovadas		Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente de Documentação		Em Contratação		Indeferidas/ Canceladas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Setor Rural	12.930	1.328.309.786	-	-	-	-	4.096	352.706.967	-	-	337	89.738.914	36	2.290.103	17.399	1.773.000
PRONAF - A	1.421	34.028.407	-	-	-	-	661	12.941.204	-	-	23	637.223	1	21.495	2.106	47.600
PRONAF - B	1.716	4.269.424	-	-	-	-	1.074	2.697.710	-	-	151	501.500	-	-	2.941	7.400
PRONAF - Demais	8.532	329.774.292	-	-	-	-	2.087	89.673.202	-	-	86	4.514.928	33	1.052.148	10.738	425.000
FNO - Biodiversidade	31	93.161.589	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	93.100
FNO - ABC	71	90.111.878	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71	90.100
Outros	1.159	776.964.196	-	-	-	-	274	247.394.851	-	-	77	84.085.263	2	1.216.460	1.512	1.109.600
Demais Setores	2.859	657.909.566	-	-	-	-	244	324.818.822	-	-	76	130.033.547	6	1.696.350	3.185	1.114.400
Agroindustrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	143	185.949.275	-	-	-	-	25	81.494.056	-	-	6	21.373.348	-	-	174	288.800
Turismo	142	37.847.263	-	-	-	-	1	2.446.835	-	-	7	5.451.056	-	-	150	45.700
Exportação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura	1	175.000	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30.000	-	-	2	2.000
Comércio e Serviço	1.705	419.651.064	-	-	-	-	218	240.877.931	-	-	62	103.179.143	6	1.696.350	1.991	765.400
Outros	868	14.286.964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	868	14.200
Total	15.789	1.986.219.352	-	-	-	-	4.340	677.525.789	-	-	413	219.772.461	42	3.986.453	20.584	2.887.500

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 25 Propostas em Carteira – Situação da Demanda por Estado
1º Semestre de 2015

Estado	Propostas Apresentadas no 1º Semestre 2015 e Aprovadas		Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente de Documentação		Em Contratação		Indeferidas/ Canceladas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.537	99.528.998	-	-	-	-	260	34.754.330	-	-	72	78.186.277	1	400.000	1.870	212.
Amapá	379	35.627.780	-	-	-	-	278	199.137.898	-	-	15	22.671.542	16	553.673	688	257.
Amazonas	1.664	157.721.101	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.664	157.
Pará	7.387	673.796.375	-	-	-	-	1.941	211.528.962	-	-	101	12.284.605	17	1.213.421	9.446	898.
Rondônia	2.699	489.655.609	-	-	-	-	289	19.666.338	-	-	112	22.954.574	2	958.845	3.102	533.
Roraima	210	19.822.960	-	-	-	-	9	6.130.566	-	-	6	7.982.481	-	-	225	33.
Tocantins	1.913	510.066.529	-	-	-	-	1.563	206.307.695	-	-	107	75.692.982	6	860.514	3.589	792.
Total	15.789	1.986.219.352	-	-	-	-	4.340	677.525.789	-	-	413	219.772.461	42	3.986.453	20.584	2.887.5

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 26 Propostas em Carteira – Situação da Demanda por Porte
1º Semestre de 2015

Porte	Propostas Apresentadas no 1º Semestre 2015 e Aprovadas		Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente de Documentação		Em Contratação		Indeferidas/ Canceladas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Setor Rural	12.930	1.328.309.786	-	-	-	-	4.096	352.706.967	-	-	337	89.738.914	36	2.290.103	17.399	1.773.000
Mini	12.091	470.868.420	-	-	-	-	3.938	134.335.844	-	-	291	14.263.045	34	1.073.643	16.354	620.5
Pequeno	659	434.185.655	-	-	-	-	139	146.886.511	-	-	38	37.741.801	1	796.242	837	619.6
Pequeno-Médio	140	252.922.040	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	140	252.9
Médio	35	106.276.319	-	-	-	-	14	46.383.382	-	-	8	37.734.068	1	420.218	58	190.8
Grande	5	64.057.352	-	-	-	-	5	25.101.230	-	-	-	-	-	-	10	89.1
Demais Setores	2.859	657.909.566	-	-	-	-	244	324.818.822	-	-	76	130.033.547	6	1.696.350	3.185	1.114.4
Micro	946	18.144.378	-	-	-	-	44	9.493.837	-	-	8	578.789	-	-	998	28.2
Pequeno	1.720	285.566.275	-	-	-	-	164	91.598.373	-	-	54	34.362.048	6	1.696.350	1944	413.2
Pequeno-Médio	89	62.867.187	-	-	-	-	0	0	-	-	0	0	-	-	89	62.8
Médio	84	168.510.072	-	-	-	-	29	125.627.555	-	-	11	34.069.131	-	-	124	328.2
Grande	20	122.821.654	-	-	-	-	7	98.099.057	-	-	3	61.023.579	-	-	30	281.9
Total	15.789	1.986.219.352	-	-	-	-	4.340	677.525.789	-	-	413	219.772.461	42	3.986.453	20.584	2.887.5

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 27 Inadimplência por Setor Produtivo
Posição em 30/06/2015

Setor	Nº Op. em Atraso	%	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	%	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	%	Inadimplência % (B/A)
Rural	97.377	95,9	8.606.077.896	46,6	428.125.383	75,8	5,0
Demais Setores	4.177	4,1	9.851.559.175	53,4	137.594.803	24,2	1,4
Total	101.554	100,0	18.457.637.071	100,0	565.720.186	100,0	3,1

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 28 Inadimplência por Porte do Beneficiário
Posição em 30/06/2015

Setor Rural

Porte	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Mini	4.027.340.699	282.980.423	7,0
Pequeno	1.726.016.904	38.368.675	2,2
Pequeno-Médio	897.839.386	605.806	0,1
Médio	1.082.591.867	53.951.449	5,0
Grande	872.289.040	52.219.030	6,0
Total	8.606.077.896	428.125.383	5,0

Demais Setores

Porte	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Micro	110.908.905	6.069.603	5,5
Pequeno	1.749.091.581	48.169.969	2,8
Pequeno-Médio	431.587.254	3.194.378	0,7
Médio	1.942.166.939	38.234.578	2,0
Grande	5.617.804.496	41.926.275	0,8
Total	9.851.559.175	137.594.803	1,4

Todos os Setores

Porte	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Mini/Micro	4.138.249.604	289.050.026	7,0
Pequeno	3.475.108.485	86.538.644	2,5
Pequeno-Médio	1.329.426.640	3.800.184	0,3
Médio	3.024.758.806	92.186.027	3,1
Grande	6.490.093.536	94.145.305	1,5
Total	18.457.637.071	565.720.186	3,1

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 29 Inadimplência por Estado
Posição em 30/06/2015

Setor Rural

Estado	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Acre	505.761.930	10.406.922	2,1
Amapá	105.917.518	8.449.482	8,0
Amazonas	487.541.683	101.350.495	20,8
Pará	3.358.183.638	199.247.450	5,9
Rondônia	1.677.121.071	23.418.302	1,4
Roraima	77.786.032	8.303.229	10,7
Tocantins	2.393.766.024	76.949.503	3,2
Total	8.606.077.896	428.125.383	5,0

Demais Setores

Estado	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Acre	566.421.610	8.851.056	1,6
Amapá	419.517.655	4.340.362	1,0
Amazonas	2.420.406.736	28.695.251	1,2
Pará	2.544.448.581	64.055.736	2,5
Rondônia	2.908.455.544	19.650.813	0,7
Roraima	165.143.517	1.931.222	1,2
Tocantins	827.165.532	10.070.363	1,2
Total	9.851.559.175	137.594.803	1,4

Todos os Setores

Estado	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Acre	1.072.183.540	19.257.978	1,8
Amapá	525.435.173	12.789.844	2,4
Amazonas	2.907.948.419	130.045.746	4,5
Pará	5.902.632.219	263.303.186	4,5
Rondônia	4.585.576.615	43.069.115	0,9
Roraima	242.929.549	10.234.451	4,2
Tocantins	3.220.931.556	87.019.866	2,7
Total	18.457.637.071	565.720.186	3,1

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 30 Inadimplência por Programa de Financiamento
Posição em 30/06/2015

Programa	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
FNO-PRONAF	3.325.190.605	264.957.706	8,0
FNO-Amazônia Sustentável	14.287.786.299	259.670.518	1,8
FNO-Biodiversidade	719.240.315	29.376.032	4,1
FNO-ABC	-	-	0,0
FNO-MPEI	12.963.162	1.497.071	11,6
FNO-Emergencial *	112.456.690	10.218.859	9,1
Total	18.457.637.071	565.720.186	3,1

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

(*) Programa extinto em 2013

Anexo B – Plano de Providências

Documento reproduzido conforme a qualidade do original.

4. Fisco Federal - NIF 005.920.000-01 - Compartilhada - Carta Patente: 0.063.00001 - CNPJ: 04.902.079.0001-44

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

BALANÇO PATRIMONIAL

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

		30.06.2015	30.06.2014
ATIVO			
CIRCULANTE			
DISPONIBILIDADES	(Nota 3.3)	5.024.477	5.819.457
Recursos a Alugar		2.025.160	3.185.526
Recursos Alocados		2.025.160	2.007.392
TÍTULOS E CREDITS A RECEBER	(Nota 11.4)	14.529	14.032
PROAGRO A RECEBER - RURAL	(Nota 11.5)	390	329
DEVEDORES POR REPASSE	(Nota 5.6)	837	829
OPERAÇOES DE CREDITO - RISCO DO FUNDO	(Nota 3.1.1)	249.019	387.696
Financiamento Próprio		180.122	197.339
Financiamento Próprio		142.267	221.458
Financiamento Industrial-Agronômico		2.926	36.508
Provisão Operações de Crédito	(Nota 3.3.1)	176.396	168.107
OPERAÇOES DE CREDITO - RISCO COMPARTILHADO	(Nota 3.1.2)	2.818.395	2.309.509
Financiamento Próprio		475.566	447.486
Financiamento Próprio		1.204.516	1.000.344
Financiamento Industrial-Agronômico		478.549	398.403
Financiamento - Comércio e Serviços		790.439	598.061
Provisão Operações de Crédito	(Nota 3.3.2)	(130.675)	(134.785)
PROVISAO BONUS DE ADIMPLÉNCIA	(Nota 3.5)	(83.853)	(78.516)
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		14.825.702	12.035.908
DEVEDORES POR REPASSE	(Nota 3.6)	8.805	9.643
OPERAÇOES DE CREDITO - RISCO DO FUNDO	(Nota 3.1.3)	976.380	981.750
Financiamento Próprio		518.509	528.301
Financiamento Próprio		471.917	470.936
Financiamento Industrial-Agronômico		4.764	1.926
Provisão Operações de Crédito	(Nota 3.3.3)	(16.750)	(15.410)
OPERAÇOES DE CREDITO - RISCO COMPARTILHADO	(Nota 3.1.2)	14.186.493	11.402.115
Financiamento Próprio		2.011.677	1.416.126
Financiamento Próprio		3.503.404	2.470.580
Financiamento Industrial-Agronômico		3.754.432	3.228.809
Financiamento - Comércio e Serviços		4.320.409	3.891.514
Provisão Operações de Crédito	(Nota 3.3.3)	(2.926)	(4.814)
PROVISAO BONUS DE ADIMPLÉNCIA	(Nota 3.5)	(345.976)	(357.600)
TOTAL		19.850.179	17.855.365
PASSIVO			
CIRCULANTE			
OUTRAS OBRIGAÇOES	(Nota 1.3)	37.238	30.806
Taxa de Administração		37.238	30.806
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 3.4)	19.812.941	17.824.559
REPASSE DO TESOURO NO SEMESTRE		1.172.639	1.089.419
REPASSE DO TESOURO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES		18.271.125	16.244.865
LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		568.954	543.114
(PREJUIZO) DO SEMESTRE		(190.778)	(52.859)
TOTAL		19.850.179	17.855.365

Art. 1º As Explanadas não põem em dúvida as demonstrações financeiras.

Belém (PA) 05 de agosto de 2015

Conselho de Administração

San Pedro Roberto Júnior
Presidente

Valter Pedro Rossi
Conselheiro

Enia Maria Sant'ana
Conselheira

Antônio Soárez Mariano Furtado
Conselheiro

Silvana Cristina Alencastro Siza
Conselheira

Paulo Maude
Conselheiro

Diretoria Executiva

Valter Pedro Rossi
Presidente

Marco Aurélio de Queiroz Campos
Diretor

José Marques de Lima
Diretor

Edv. Silviano Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Wilson Evans
Diretor

Marcelo Belém Góis Costa
Contador
CPC-PA 007217/0
CPF:039.642.812-34



Documento reproduzido conforme a qualidade do original.

Lei nº 7.837, de 23/09/1989

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Sessões junta-se 20 de outubro de 2015 a 2016

Sociedade e Economia

		30.06.2015	30.06.2014
RECEITAS		484.531	487.785
Receitas de impostos	(Nota 3.4)	291.279	291.714
Receitas de impostos sobre bens	(Nota 3.4)	116.709	116.741
Receitas de impostos sobre serviços	(Nota 3.4)	12.411	12.330
DESPESAS		(675.309)	(540.624)
Despesas de pessoal	(Nota 3.5)	12.141.124	12.141.124
Despesas de manutenção e operação - Pessoal	(Nota 3.5)	(152.773)	(12.121)
Despesas de material		(9.444)	(4.214)
Despesas de manutenção e operação - Bens	(Nota 3.6 e 5.6)	(3.145)	(1.133)
Despesas de fornecimento de serviços	(Nota 3.5)	(15.944)	(1.133)
Despesas de fornecimento de bens	(Nota 3.5)	(119.577)	(114.241)
Despesas de fornecimento de serviços	(Nota 3.5)	(8.141)	(4.214)
(PREJUIZO) DO SEMESTRE		(190.778)	(52.839)

¹⁰ See also the discussion of the role of plants in the Japanese garden in the introduction.

Journal of Oral Rehabilitation 2003 30: 1033–1040

Conselho de Administração

1.1.1. Puerto Rico Booby Islands
Puerto Rico

Dear Ms. Linda Soffiano Senate Staff

અનુભૂતિકાળ પરિસ્થિતિ

2010-11 The National Curriculum

Project Manager Competencies

PRACTICAL ECONOMICS

Valmir Pedro/Rossi
- Presidente

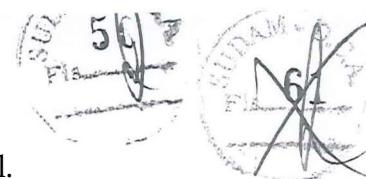
Marco Aurelio de Queiroz Campos
Pucaré

José Marques de Lima

卷之三

Agência de Belém - Série C
Contador
CRC PA 097217/0

Documento reproduzido conforme a qualidade do original.



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém, Pará - Companhia Aberta - Carta Patente 3369/00001 - CNPJ 04.902.979/0001-44

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

E V E N T O S	
SALDO EM 31.12.2013	16.787.979
Recurso repassados no semestre	1.089.419
Reservado do semestre	(52.839)
SALDO FINAL EM 30.06.2014	17.824.559
SALDO EM 31.12.2014	18.830.080
Recurso repassados no semestre	1.173.639
Reservado do semestre	(190.778)
SALDO FINAL EM 30.06.2015	19.812.941

Assinaturas e intintas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belém (Pará) 05 de agosto de 2015

Conselho de Administração

João Pedro Rossi Junior
Presidente

Jaímir Pedro Rossi
Conselheiro

Priscilla Maria Suntana
Conselheira

Antônio Carlos Priva Futuro
Conselheiro

Silvana Cristina Nascimento Silva
Conselheira

Paulo Mauder
Conselheiro

Diretoria Executiva

Vamir Pedro Rossi
Presidente

Marco Aurelio de Queiroz Campos
Diretor

José Marques de Lima
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Junior
Diretor

Wilson Evaristo
Diretor

Marina de Belém Silva Costa
Contador
CRC-PA 007217/0
CPF-039 842 812-34



Documento reproduzido conforme a qualidade do original.

Este documento é de propriedade da Companhia de Desenvolvimento do Nordeste - CODEPLAN - CNPJ 04.312.290/0001-41

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei N° 7.827, de 27.09.1989

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	30.06.2015	30.06.2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido semestre	1.961.778	50.829
Desembolso de recursos para operações de crédito	148.857	104.146
Despesas de produção, manutenção e administração	79.944	123.448
Lucro líquido ajustado	88.023	241.889
Resumo em fluxo de caixa a receber	10.491	11.142
Aumento de débitores por reembos	(43)	451
Aumento em operações de crédito	(1.324.368)	(1.583.612)
Resumo em outras operações	(1.478)	4.359
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.910.428)	(1.547.189)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Finanças e depósitos da Tesouraria Nacional	1.173.639	1.059.419
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.173.639	1.089.419
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(648.766)	(215.881)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa líquido semestre	2.873.926	9.401.407
Caixa líquido 30 semestre	2.325.160	8.186.416
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(648.766)	(215.881)

Este documento é de propriedade da Companhia de Desenvolvimento do Nordeste - CODEPLAN - CNPJ 04.312.290/0001-41

Conselho de Administração

Paulo Roberto Junior
Representante

Edson Pedro Pessa
Representante

Priscila Maria Santana
Representante

Carolina Pinto Pessôa
Representante

Vanessa Nascimento Souza
Representante

Paulo Maupet
Representante

Directoria Executiva

Paulo Roberto Pessa
Presidente

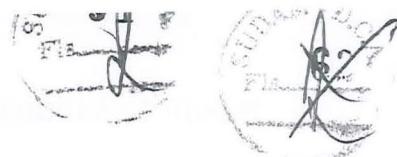
Marco Antônio de Queiroz Campos
Diretor

Luiza Marques de Lima
Diretora

Luiz Otávio Mendes Viana Junior
Diretor

Wilson Evangelista
Diretor

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contextualização

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 159, inciso I, alínea "c", e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989 e demais legislações referente ao assunto. O Fundo representa o principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento sustentável da Região Norte, sendo administrado pelo Banco da Amazônia S.A, instituição financeira pública federal de caráter regional, que tem sede administrativa na Av. Presidente Vargas, nº 800, Belém (PA).

a) Área de atuação

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios.

b) Política de alocação de recursos

Os recursos do FNO são aplicados pelo Banco da Amazônia de acordo com o Plano Anual de Aplicação de Recursos Financeiros, elaborado em conformidade com a legislação vigente; contemplando políticas, planos e programas do Governo Federal; e, alinhamento com diretrizes, prioridades e orientações estratégicas, compreendendo:

- a) Diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- b) Orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Região, como o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 – o "Plano Mais Brasil", o Plano Brasil Maior, o Plano Brasil Sem Miséria, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política Nacional de Agricultura Familiar, a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, Plano Nacional de Turismo (PNT), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Mais Cultura, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura;
- c) Políticas e prioridades dos estados da Região Norte; e
- d) Orientações e programas contidos no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

c) Programas de financiamento

Em 2015, o FNO está sendo operacionalizado através de cinco programas de financiamento, a saber: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF), Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais (FNO-MPEI) e Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC).

d) Fiscalização

Na forma exigida pelo art.19 da Lei nº 7.827/1989, as demonstrações financeiras do FNO são publicadas semestralmente devidamente auditadas. Além disso ficam à disposição dos



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Órgãos de fiscalização como Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU), inclusive sendo encaminhadas anualmente ao Congresso Nacional.

2. Base para a preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais, sobretudo a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e Portaria Interministerial MI/MF nº 11 de 28 de dezembro de 2005.

A emissão das demonstrações financeiras do FNO foi autorizada pelo Banco Administrador em

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional do FNO. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- rebates, descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- remissão dos financiamentos vinculados ao Procera;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

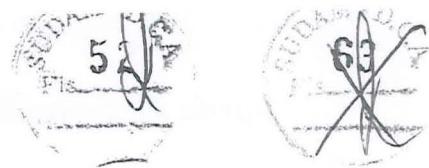
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

Os encargos financeiros das operações de crédito são devidos e consequentemente calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2001 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos variam de acordo com a legislação e regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural, no capítulo 10, do Banco Central do Brasil.

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



b) Taxa de administração

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, com base na alíquota de 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

c) Remuneração do agente financeiro Pronaf

A remuneração do agente financeiro devida ao Banco administrador é apurada mensalmente sobre os saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em conformidade com as regras definidas nos itens 17, 17-A, 17-B, 18 e 19 da Seção 1, capítulo 10 do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil.

d) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas do Tesouro Nacional e dos retornos dos financiamentos, remunerações pela taxa extra-mercado do BACEN, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

e) Devedores por repasses

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

f) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inadimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de rendas a apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo não circulante.

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

1. Risco integral do Fundo - operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998, operações vinculadas aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, operações da linha de crédito emergencial e operações de repasses a outras instituições financeiras;
2. Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o Fundo) - operações vigentes contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998.



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005.

Com base na Portaria Interministerial MI/MF nº 244/2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

- montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
- valor da provisão existente antes da referida renegociação.

Essa provisão está registrada totalmente no ativo não circulante.

As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do banco operador revertem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

h) Provisão para bônus de adimplência

Em conformidade com os normativos legais para os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento.

A Provisão para bônus de adimplência é constituída somente para as operações em situação de normalidade, considerando todo o bônus a ser concedido até o vencimento final da operação.

i) Patrimônio líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

j) Demonstrativos financeiros

As demonstrações contábeis do FNO foram elaboradas na forma da Lei das Sociedades por Ações, sendo observada a legislação específica para os Fundos Constitucionais de Financiamento.

k) Isenção tributária

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

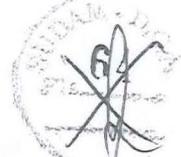
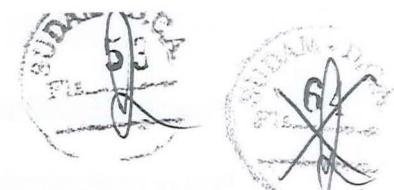
	30/06/2015	30/06/2014
Recursos a alocar	-	2.007.392
Recursos alocados	2.025.160	1.178.134
	2.025.160	3.185.526

b) Rendas sobre valores disponíveis

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



30/06/2015 30/06/2014

Remuneração das disponibilidades	<u>119.900</u>	<u>155.341</u>
----------------------------------	----------------	----------------

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira

	Risco do Fundo					
	30/06/2015			30/06/2014		
	Normal	Vencido	Total	Normal	Vencido	Total
Indústria, comércio e serviço	6.378	1.252	7.630	3.917	34.517	38.434
Pronaf	628.362	68.269	696.631	671.715	54.425	726.140
Rurais	549.150	65.134	614.284	602.604	89.790	692.394
Provisão para operações de crédito	(16.750)	(76.396)	(93.146)	(19.413)	(68.107)	(87.520)
Devedores por repasses	9.642	-	9.642	10.472	-	10.472
	<u>1.176.782</u>	<u>58.259</u>	<u>1.235.041</u>	<u>1.269.295</u>	<u>110.625</u>	<u>1.379.920</u>

	Risco do Compartilhado					
	30/06/2015			30/06/2014		
	Normal	Vencido	Total	Normal	Vencido	Total
Indústria, comércio e serviço	9.707.587	136.342	9.843.929	7.991.896	124.791	8.116.687
Pronaf	2.342.778	144.465	2.487.243	1.729.596	134.016	1.863.612
Rurais	4.657.662	150.258	4.807.920	3.682.580	188.344	3.870.924
Provisão para operações de crédito	(3.529)	(130.675)	(134.204)	(4.814)	(134.785)	(139.599)
	<u>16.704.498</u>	<u>300.390</u>	<u>17.004.888</u>	<u>13.399.258</u>	<u>312.366</u>	<u>13.711.624</u>

Circulante	<u>3.068.251</u>	<u>2.698.036</u>
Não circulante	<u>15.171.678</u>	<u>12.393.508</u>

b) Movimentação da provisão das operações de crédito

Nas provisões dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstradas:

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo Inicial	(219.332)	(171.994)
Risco Integral FNO	(132.719)	(87.973)
Risco Compartilhado	(86.613)	(84.021)
Provisões constituídas	(198.857)	(194.240)
Risco Integral FNO	(76.914)	(66.369)
Risco Compartilhado	(121.943)	(127.871)
Valores baixados	190.839	139.115
Risco Integral FNO	116.487	66.822
Risco Compartilhado	74.352	72.293
Saldos no fim do exercício	(227.350)	(227.119)



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco Integral FNO	(93.146)	(87.520)
Risco Compartilhado	(134.204)	(139.599)

c) Créditos baixados

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no semestre foi de R\$265.179 (R\$211.408 em 2014), sendo que R\$ 74.352 (R\$72.293 em 2014) foi assumido pelo Banco.

d) Renegociações

As operações de crédito renegociadas no semestre totalizaram R\$143.803 (R\$187.752 em 2014) sendo que 876 (1.587 em 2014) operações, no valor de R\$3.431 (R\$184.278 em 2014) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 2.553 (1.424 em 2014) operações, correspondente a R\$ 140.372 (R\$3.474 em 2014) tiveram por base medidas emanadas pelo Governo.

e) Rebates

As Resoluções CMN nº4.298 e 4.299/2014 autorizam concessão de rebates de até 80% para a liquidação das operações contratadas ao amparo das linhas de crédito do Pronaf. No semestre foram registradas despesas de rebates no montante de R\$ 6.973.

f) Remissão - Procera

Em cumprimento ao artigo 8º da Lei nº 13.001/2014 foi publicada a Resolução CMN nº4365/2014 que dispõe sobre a remissão e liquidação de dívidas das operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera) . No semestre foram remitidas 192 operações de crédito totalizando R\$814 registrados como despesa do Fundo.

g) Recuperação de créditos baixados

O Fundo foi resarcido pelo valor de R\$72.410 (R\$71.830 em 2014) e o Banco da Amazônia S.A. com R\$46.089 (R\$15.472 em 2014), referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

h) Outras despesas

Foi resarcido ao Banco da Amazônia o valor de R\$756 (R\$9.559 em 2014), referente regularização de operações de crédito que tinham sido honradas integralmente pelo Banco ao Fundo.

i) Rendas de operações de crédito

	30/06/2015	30/06/2014
Indústria, comércio e serviço	210.756	185.253
Rural e pronaf	81.464	75.361
	292.220	260.614

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Provisão para bônus de adimplência

a) Movimentação

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo inicial	(411.362)	(391.292)
Constituição/(reversão)	(79.944)	(100.488)
Concessão	61.477	55.664
Saldo final	(429.829)	(436.116)

b) Despesas

	30/06/2015	30/06/2014
Despesas com bônus no semestre	(79.944)	(100.488)

7. Taxa de administração

A taxa de Administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitada em cada exercício, a 20% do valor das transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, de que trata o art. 13 da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

a) Obrigações

	30/06/2015	30/06/2014
Taxa de administração a pagar	37.238	30.806

Refere-se ao valor apropriado no mês de junho, cujo desembolso ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

b) Despesas

	30/06/2015	30/06/2014
Taxa de administração do semestre	234.728	217.884

A taxa de administração no semestre foi constituída atentando-se para o limitador de 20% dos repasses do Tesouro, conforme sistemática de cálculo definida no art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

8. Remuneração agente Pronaf

Além da despesa regular do semestre, foi registrado o valor de R\$ 107.030, correspondente à remuneração adicional devida no período de maio 2013 a dezembro de 2014, incidente sobre as operações de Pronaf de risco compartilhado, de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.213 de 30 de abril de 2013.

A remuneração adicional do PRONAF somente foi registrada após a manifestação do Ministério da Integração através do Ofício nº 306/DFRP/SFRI/MI, de 3 de junho de 2015, que deu conformidade aos cálculos apresentados pelo Banco.

9. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do Superávit ou Déficit do semestre. De acordo com o



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e provenientes de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FNO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

Os saldos das transferências do Tesouro Nacional e do (Prejuízo) do semestre em 30 de junho de 2015 e 2014 são os seguintes:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Repasses do Tesouro no semestre	1.173.639	1.089.419
Repasses do Tesouro nos exercícios anteriores	18.271.126	16.244.865
Lucros de exercícios anteriores	558.954	543.114
Prejuízo do semestre	(190.778)	(52.839)
	<u>19.812.941</u>	<u>17.824.559</u>

10. Contingências

Até o final do semestre de 2015 e 2014, o administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao Fundo e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio da consultoria jurídica do administrador Banco da Amazônia S.A.

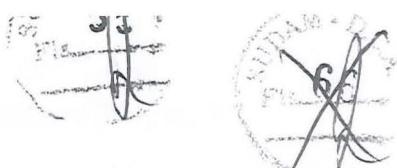
11. Partes relacionadas

O FNO realiza transações bancárias com seu Administrador, o Banco da Amazônia S.A. A remuneração sobre os valores disponíveis é calculada e registrada, mensalmente, mediante a aplicação da taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto no § 5º do art. 9º-A, da Lei nº 7.827/1989, incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, o que impossibilita a aplicação dos recursos disponíveis com outro indexador de rentabilidade.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e créditos a receber, outras obrigações e demais transações entre partes relacionadas são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros e levando em conta a presumível ausência de risco.

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 4	2.025.160	3.185.526
Títulos e Créditos a receber (a)	14.529	14.082
Proagro a Receber – Crédito Rural (b)	390	329
Passivo		
Taxa de administração a pagar – Nota 7	37.238	30.806
Resultado		
Rendas de remuneração das disponibilidades – Nota 4	119.900	155.341
Despesas de administração	234.728	217.884
Despesas de remuneração agente Pronaf	152.778	8.212
Despesas de reembolsos operações indenizadas	756	9.559

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Os títulos e créditos a receber serão realizados no segundo dia útil subsequente, conforme Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005, e estão assim constituídos:
 - Valores assumidos pelo Banco da Amazônia por ocasião da transferência para prejuízo de operações de crédito de risco compartilhado, no mês de junho; e
 - Valores das amortizações de créditos baixados como prejuízo, que foram recebidos nos dois últimos dias úteis do mês de junho.
- b) O Proagro a Receber é constituído pelos valores das parcelas de financiamentos rurais e das despesas de comprovação de perdas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), aguardando resarcimento pelo Banco Central do Brasil.

12. Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos do FNO está inserida no ambiente de controle do Banco da Amazônia S.A., seu administrador, e tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades do FNO, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

a) Risco de crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores dos financiamentos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

No caso do FNO, para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco da Amazônia S.A., na função de administrador deste Fundo Constitucional, utiliza sua política de risco de crédito, que tem como propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o FNO atua como uma das contrapartes.

A constituição da provisão para operações de crédito é feita utilizando-se os critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005, na qual a provisão é realizada considerando o total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FNO.

O FNO possui parte de sua carteira com risco compartilhado com seu banco administrador.

b) Risco de mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

A exposição do FNO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros é mitigada, considerando que cerca de 91% de sua carteira de crédito constitui risco compartilhado com o Banco da Amazônia S.A.



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2015 e 2014

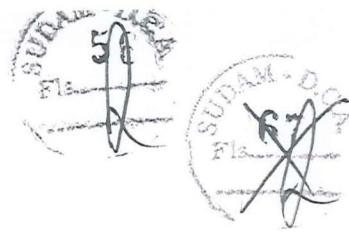
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o Fundo encontra-se sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

13. Registro no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Os saldos do FNO estão disponíveis no Siafi, por força da Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O
CPF: 039.842.812-34



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA Nº 2015/003

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião ordinária realizada nesta data, após analisar o Relatório dos Auditores Independentes, de 10.08.2015, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30.06.2015, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir da ressalva e limitações apontadas no Relatório dos Auditores Independentes, aprovou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Banco da Amazônia referentes ao primeiro semestre de 2015.

Brasília (DF), 10 de agosto de 2015.

JOÃO PINTO RABELO JUNIOR
Presidente

PRICILLA MARIA SANTANA
Conselheira

PAULO MAUGER
Conselheiro

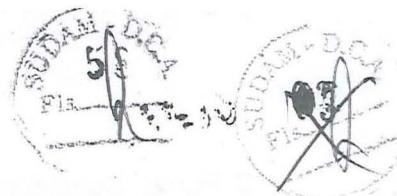
VALMIR PEDRO ROSSI
Conselheiro

ANTÔNIO CARLOS PAIVA FUTURO
Conselheiro

SILVANA CRISTINA NASCIMENTO SILVA
Conselheira







Em 29 de setembro de 2015

PARECER CONJUNTO CGEAP/DIPLAN e CGAV/DGFAI N° 03

Senhor Superintendente,

O presente Parecer é resultante do trabalho conjunto, realizado pela Coordenação Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento – CGEAP, unidade vinculada a Diretoria de Planejamento – DIPLAN e a Coordenação Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais CGAV, unidade vinculada a Diretoria Fundos – DGFAI, com o objetivo de fazer algumas considerações sobre o Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados obtidos no primeiro semestre de 2015 nas ações do Fundo Constitucional do Norte – FNO, apresentado pelo Banco operador Banco da Amazônia.

O presente documento servirá de base para a elaboração do Parecer conjunto realizado entre a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), relativo ao Relatório acima citado.

O Fundo Constitucional do Norte – FNO, é um dos instrumentos de ação da Superintendência do desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, conforme estatuído no artigo 5º da Lei complementar nº 124 de 2007, que recriou a SUDAM.

No texto da Lei nº 7.827/89 em seu artigo 14 fica estabelecido aos conselhos deliberativos das superintendências regionais, entre outras atribuições o de avaliar os resultados obtidos. Estas atribuições estão ratificadas no Decreto nº 8.275, de 27.06.2014 que aprova a estrutura regimental da SUDAM.

O Banco da Amazônia, na qualidade de operador do Fundo Constitucional do Norte, entre outras competências e responsabilidades, por força do que dispõe o artigo 20 da Lei nº 7.827/89, apresenta semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional-MI e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, que ora passamos analisar.

1. OBJETIVOS E DIRETRIZES E PRIORIDADES

1.1. Objetivos

A origem dos Fundos está constituída, através do artigo 159, inciso I, alínea "c" da Carta Magna, que prevê a obrigação da União em destinar 3% do produto da arrecadação do Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.



O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO foi regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, com alterações posteriores através das Leis nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001. O fundo tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, por meio da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em harmonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, promovendo, assim, maior eficácia na aplicação dos recursos, de modo a aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e contribuir para a melhoria da distribuição de renda.

1.2. Beneficiários

Constituem-se por força da Lei nº 7.827/89 e legislações posteriores como beneficiários: os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas que desenvolvem atividades nos setores agropecuário, mineral, industrial e agroindustrial. Também contemplam financiamento aos setores turístico, comercial e serviços, além de empreendimentos de infraestrutura econômica, inclusive os de iniciativas de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia regional em decisão do Conselho Deliberativo da SUDAM.

1.3. Diretrizes e Prioridades

Cabe ao Conselho Deliberativo da SUDAM estabelecer as diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do FNO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

As diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos FNO estão estabelecidas no artigo 3º da Lei nº 7.827, de 27/09/1989. Complementarmente, cabe ao Ministério da Integração Nacional, na forma do artigo 14-A da mencionada Lei, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007, definir as diretrizes e orientações gerais para sua operacionalização, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Para o exercício de 2015 essas diretrizes e prioridades foram aprovadas “Ad referendum” pelo o Ato nº 25, de 15 de agosto de 2014 - Diretrizes e Prioridades do FNO – 2015, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional, consubstanciadas na Portaria nº 296, de 14/08/2014, publicada no DOU (nº 155, Secção 1, pág.40) , de 18/08/2014.

1.3.1. Diretrizes

1.3.1.1. Diretrizes Definidas no Art. 3º da Lei nº 7.827/89

- a) Concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;
- b) Ação integrada com instituições federais sediadas nas regiões;
- c) Tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- d) Preservação do meio ambiente;
- e) Adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- f) Conjulação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente

- carentes;
- g) Orçamentação anual das aplicações dos recursos;
 - h) Uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
 - i) Apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intrarregionais de renda;
 - j) Proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
 - k) Programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento (Incluído pela Lei Complementar nº 129, de 2009);
 - l) Divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento (Incluído pela Lei Complementar nº 129, de 2009).

1.3.1.2. Diretrizes Recomendadas Através do Ato nº 25 do CONDEL/SUDAM

- a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3º da Lei nº 7.827/1989; atualizada pela Lei Complementar nº 129/2009.
- b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Incluíente, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;
- c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais;
- d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safra, Brasil Maior e Brasil Sem Miséria;
- e) Elevar a qualificação da mão de obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local;
- f) Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);
- g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade;
- h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE);
- i) Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritários;
- j) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APL's) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;
- k) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais;
- l) Apoiar a nacionalização da produção de bens;
- m) Apoiar empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- n) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.

1.3.2. Prioridades

As prioridades para o exercício de 2015 foram divididas em Setoriais e Espaciais, considerando a relevância para o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte, conforme observado no anexo do Ato nº 25, de 15/08/2014 – CONDEL/SUDAM, aprovado “Ad referendum”



PP B
3

3. RECOMENDAÇÕES

O Parecer Conjunto Nº 95/2015/SRFI/SUDAM/MI, de 22/07/2015, apresenta as seguintes recomendações ao BASA ao analisar o relatório do ano passado (2014):

- a) Instituir controle para reduzir a inadimplência das operações realizadas com recursos do FNO, destacando-se para este fim a inadimplência observada no setor não rural;
- b) Rever o planejamento para atuar nos Estados de Roraima e Amapá, visando atingir o percentual mínimo estabelecido de 5% por Unidade da Federação, a fim de cumprir além desta meta, os objetivos da PNDR;
- c) Estabelecer metas para as agências e indutores de comportamento para que os recursos do Fundo atendam todos os 450 municípios da Região;
- d) Rever o planejamento e instituir controles para cumprir metas de concessão de crédito em setores prioritários que não alcançaram as metas estabelecidas.

O relatório do BASA das atividades do 1º semestre do FNO apresenta um plano de providências baseado no Parecer Conjunto Nº 31/2015, o qual foi constatado como sendo um parecer da SUDECO, e não da SUDAM. Entretanto é possível fazer as seguintes constatações baseadas na análise do relatório do BASA:

- a) Com relação ao controle da inadimplência, o item 6.3.4 do relatório do BASA apresenta um quadro comparando a inadimplência no final do 1º semestre de 2015 com o mesmo período de anos anteriores. Em comparação com o 1º semestre de 2014, a inadimplência total apresentou uma redução de 24,4%, passando de 4,1% para 3,1%, o que representa um montante de R\$565,7 milhões, distribuídos em 101.554 operações do FNO.
- b) No caso dos Estados de Roraima e Amapá, o relatório não aponta nenhuma medida específica para os mesmos, porém percebemos que no Amapá houve um decréscimo de 16,2% nas contratações, em comparação com o 1º semestre de 2014, resultando num total de R\$35,6 milhões, sendo este valor 13,8% da meta para o ano de 2015. No Estado de Roraima houve um aumento de 21,5% em comparação com o mesmo período de 2014, resultando em R\$19,8 milhões, o que representa apenas 7,7% da meta inicial para 2015;
- c) Com relação ao atendimento de todos os 450 municípios abrangidos pelo FNO, o BASA informa que tem metas de aplicação anual distribuídas por agências, abrangendo todos os municípios. Ao final do 1º semestre, houve contratações em 410 municípios, correspondendo a 91,1% do total. O Banco informa ainda que está estabelecendo estratégias para atingir os 450 municípios até o final do exercício de 2015;
- d) Em relação ao cumprimento das metas nos setores prioritários, o relatório do BASA aponta as prioridades de investimento do FNO, dentre as quais podemos destacar: pesca e aquicultura, infraestrutura, turismo, cultura, comércio e serviço. Estes setores não obtiveram resultado satisfatório, principalmente o de pesca e aquicultura, onde não houve nenhum financiamento realizado.

SETOR / ATIVIDADE	PREVISÃO EXERCÍCIO 2015 (R\$ Milhões)	REALIZADO 1º SEM. 2015 (R\$ Milhões)	ÍNDICE DE CONSECUÇÃO (%)
Pesca / Aquicultura	30,0	0,0	0,0
Turismo	120,0	37,8	31,5
Cultura	45,0	8,7	19,3
Infraestrutura	200,0	0,2	0,1
Comércio e Serviço	1.548,0	419,7	27,1

Além destes setores, temos ainda as contratações segundo a tipologia da PNDR. As consideradas prioritárias segundo o relatório são as de baixa renda, estagnada e dinâmica, as quais concentraram aproximadamente 75% dos recursos financiados no período.

TIPOLOGIA DA PNDR	PREVISÃO EXERCÍCIO 2015 (R\$ Milhões)	REALIZADO 1º SEM. 2015 (R\$ Milhões)	ÍNDICE DE CONSECUÇÃO (%)
Alta Renda	1.492,3	497,3	33,32
Baixa Renda	740,5	213,1	28,78
Dinâmica de Menor Renda	1.299,8	462,3	35,57
Estagnada de Média Renda	1.627,4	813,5	49,99
Total	5.160,0	1.986,2	38,5

4. CONCLUSÃO

Considerando que o repasse da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ao Banco da Amazônia de recursos para o FNO no valor de R\$1.173,7 milhões, representa 99,3% do valor do valor de repasse previsto para o período no valor de R\$1.181,5 milhões;

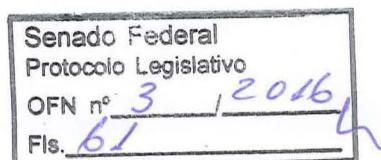
Considerando que no primeiro semestre, foram contratados 15.789 operações de crédito, no valor de R\$1.989,2 milhões, utilizando saldo do fundo.

Considerando que os empreendimentos do setor rural absorveram 81,9% das operações contratadas (12.930 operações) e 66,9% dos financiamentos concedidos (R\$1.328,3 milhões), enquanto os demais setores demandaram apenas 18,1% das operações contratadas (2.859 operações) e 33,1% dos recursos financiados (R\$657,9 milhões).

Podemos afirmar que as operações de crédito beneficiaram um maior numero de empreendedores de menor porte, atendendo especialmente os agricultores familiares, mini, pequenos e pequenos médios produtores rurais, cooperativas e associações de microempreendedores individuais, micro empresas e empresas de pequeno e pequeno médio porte.

Considerando ainda que ao final do 1º semestre de 2015, os financiamentos do Fundo priorizaram os municípios comprovadamente mais carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social, os quais são tipificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda. Essas localidades absorveram mais de 75,0% dos financiamentos concedidos no semestre, no valor de R\$1.488,9 milhões, e 88,5% das operações de créditos contratadas, correspondentes a 13.969 operações.

Examinando o relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo FNO, relativo ao primeiro semestre de 2015, submetido à apreciação da SUDAM, concluímos que as ações desenvolvidas pelo Banco operador do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para o exercício de 2015, estão mantendo consonância com as Diretrizes e Prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo da SUDAM (CONDEL).



P. R. 9

É o Parecer.

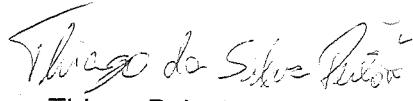
Belém/PA, 29 de Setembro de 2015.



Paulo Contente
Contador



Rodrigo Portugal
Economista



Thiago Peixoto
Analista Téc. Adm.



Wanderley Andrade
Coordenador da CEMPE



ELIZETE SANTOS GASPAR
Coordenadora Geral CGEAP



CELSO LIMA
Coordenador CGAV



Thiago Peixoto
Analista Téc. Adm.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 004/2016/CMO

Brasília, 17 de fevereiro de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Solicitação de autuação do Ofício nº 003/2016/GAB-SUDAM, de 08/01/2015, relativo ao Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO – 1º semestre de 2015.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, em obediência ao estabelecido pelo § 4º, art, 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, encaminhou a esta Presidência, através do Ofício nº 003/2016/GAB-SUDAM, de 08.01.2015, para efeito de fiscalização e controle, o “Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO – 1º semestre de 2015”.

A fim de que esta Comissão exerça de forma plena a sua competência constitucional, necessário se faz que o referido documento seja antes autuado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, e, posteriormente, prossiga observando os trâmites regimentalmente determinados.

Assim sendo, encaminho, em anexo, para autuação, os originais do **Ofício nº 003/2016/GAB-SUDAM, de 08/01/2015**.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.



Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente

Câmara dos Deputados - Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II)
Ala - Sala 08 – Térreo - 70.160-900 - Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6892 - 3216-6893 - Fax: (61) 3216-6905

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)